

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA PAULA NOEMY DANTAS SAITO BORGES

**O CURRÍCULO DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

FRANCA

2018

ANA PAULA NOEMY DANTAS SAITO BORGES

**O CURRÍCULO DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Me. Rodrigo Touseiro Dias Lopes

FRANCA

2018

Borges, Ana Paula Noemy Dantas Saito.

O currículo do ensino técnico integrado ao ensino médio:
desafios e perspectivas / Ana Paula Noemy Dantas Saito Borges.
–Franca: [s.n.], 2018.

177 f.

Dissertação (Mestrado Profissional – Políticas Públicas).
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas
e Sociais

Orientador: Rodrigo Touse Dias Lopes

1. Políticas públicas. 2. Ensino integrado. 3. Ensino profissional.
4. Currículos. I. Título.

CDD – 375

ANA PAULA NOEMY DANTAS SAITO BORGES

**O CURRÍCULO DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do
Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

**Prof. Me. Rodrigo Touse Dias Lopes, Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Franca**

1º Examinador: _____

**Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino, Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Franca**

2º Examinador: _____

**Profa. Dra. Natalina Aparecida Laguna Sicca, Centro Universitário
Moura Lacerda, Programa de Pós-Graduação em Educação –
Campus Ribeirão Preto**

1º Suplente: _____

**Profa. Dra. Tatiana Noronha, Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho” – Campus Franca**

2º Suplente: _____

**Profa. Dra. Cláudia Regina Bovo, Universidade Federal do
Triângulo Mineiro, Departamento de História do Programa de Pós-
Graduação em História da UFMG**

Franca, 23 de março de 2018.

Dedico este trabalho, primeiramente, ao meu esposo, Giuliano Roberto Borges, que sempre esteve ao meu lado, incentivando-me em todos os momentos que foquei para a conquista deste objetivo. Dedico também a toda a minha família: Marlene (minha mãe); Clarissa (minha irmã gêmea), Paulo Junior (meu irmão) e Paulo (meu pai), que nos momentos em que estive ausente, sempre me apoiaram e me deram forças para conquista deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida, pelas oportunidades e por todos os caminhos traçados até o dia de hoje.

Ao meu orientador Prof. Me. Rodrigo Touse Dias Lopes que foi muito dedicado e paciente, mostrando-me os passos certos para seguir, com confiança e autonomia e sempre pronto para me orientar, em todos os momentos em que precisei, com muita educação e ética profissional.

Agradeço também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas por todo o aprendizado e dedicação à educação. E à Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino, pela qual tenho muita admiração e carinho.

A todos os alunos, Coordenadores de Curso e Coordenadores Pedagógicos das Escolas Técnicas da regional de Ribeirão Preto que participaram da pesquisa, com seriedade e respeito, além de suas diretorias que me abriram as portas de suas escolas.

A equipe da Supervisão Educacional Pedagógica Regional de Ribeirão Preto que muito me deu forças para a realização desta análise. Agradeço também a minha nova equipe de trabalho, o Grupo de Supervisão Educacional da Área da Gestão Pedagógica, cuja oportunidade de integrar àquela equipe foi determinante para o presente estudo do ensino integrado e as possibilidades do novo ensino médio..

E para finalizar, preciso agradecer a minha mãe, Marlene Dantas, Professora de Língua Portuguesa, pela sua relevante contribuição e paciente auxílio nesta caminhada.

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.

Cora Coralina

BORGES, Ana Paula Noemy Dantas Saito. **O Currículo do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio: Desafios e Perspectivas**. 2018. 177f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Política Pública) – Faculdade Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

A presente dissertação consiste na integração curricular e a formação profissional dos alunos de 08 Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo, especificamente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pertencentes à Supervisão Educacional Pedagógica Regional – Ribeirão Preto e que ofertaram em 2017 o Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, também conhecido como Etim de Administração. Este curso foi escolhido por abranger maior quantidade de Escolas Técnicas da regional de Ribeirão Preto. Esta dissertação tem como objetivo geral investigar a proposta curricular integrada. Os objetivos específicos estão relacionados com a verificação da integração entre os componentes curriculares da formação geral (Base Nacional Comum e a parte diversificada) com os componentes curriculares da formação profissional e técnica (Ensino Técnico). Analisando o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação e os projetos integradores/ interdisciplinares, por meio de coleta de dados: pesquisa bibliográfica; aplicação de questionário (quantitativo) para os alunos da 1ª e 3ª séries do Etim de Administração; para os Coordenadores de Curso (quantitativo e qualitativo). Ambos foram realizados utilizando a ferramenta *Google Docs*. A entrevista com os Coordenadores de Projetos responsáveis pela Coordenação Pedagógica foi realizada por meio da *Skype for Business*. A análise documental dos Diários de Classe e Planos de Trabalho Docente dos componentes curriculares de: Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional; Matemática; Cálculos Financeiros e Estatísticos e Técnicas Organizacionais. No primeiro capítulo, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a história da educação profissional com o foco no ensino integrado, desde a década de 1950 até os dias atuais, contextualizando a investigação histórica, legislação, características do ensino integrado e as políticas públicas na formação profissional. No segundo capítulo foi efetivada a análise da organização curricular no Plano de Curso do Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, características da modalidade de ensino, os requisitos de acesso, perfil profissional de conclusão, critérios de avaliação de aprendizagem, o processo de avaliação como meio de integração, metodologias de ensino, instalação e equipamentos, certificação e diploma. O terceiro capítulo contempla a pesquisa realizada nas 08 escolas técnicas. Participaram, no total, 392 pessoas. Analisando os dados coletados percebe-se que os alunos da 1ª série ingressaram nesta modalidade de ensino com a expectativa de atuar no mercado de trabalho. A integração curricular entre os componentes curriculares da formação geral e formação profissional ocorre parcialmente. Porém, a maioria dos alunos se sente qualificada para atuar como Auxiliar Administrativo. Os alunos da 3ª série percebem a integração curricular. Segundo os alunos, os estudos estão relacionados com o mercado de trabalho, mas a maioria se direcionará ao vestibular. Os Coordenadores de Curso consideram que a integração curricular ocorre por meio de projetos

integradores, mas que há a necessidade de adequação desta integração utilizando-se de aulas e avaliações. Porém, os professores focam o ensino no mercado de trabalho. Os Coordenadores Pedagógicos explanaram que a integração curricular ocorre na aplicação de projetos, entretanto, faz-se necessário adequar esta prática. Nos registros acadêmicos dos Diários de Classe e Planos de Trabalho Docente a realização dos projetos interdisciplinares e a integração curricular não ficaram evidentes. Desta forma, como produto desta investigação, foram propostas orientações pedagógicas e adequações curriculares, denominado “O currículo integrado na prática”, como forma de buscar a integração curricular no ensino integrado.

Palavras-chave: Ensino Integrado. Currículo Integrado. Políticas Públicas na Educação Profissional. Formação Profissional.

BORGES, Ana Paula Noemy Dantas Saito. The Curriculum of Integrated Technical Education in High School: Challenges and Perspectives. 2018. 177f. Thesis (Master Degree in Public Policy Planning and Analysis) – Faculdade Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

ABSTRACT

This thesis is related to the curricular integration and the professional qualification of the students from 8 Technical Schools of the State of São Paulo, specifically of the “Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza”, belonging to Regional Supervision of Ribeirão Preto and that provided Administration technical education integrated with the High School, also known as ETIM of Administration. This course was chosen because it includes a greater number of Technical Schools in Ribeirão Preto. This thesis has a general objective to investigate the integrated curricular proposal and its practice in the classroom. The specific objectives are related to the verification of the integration between the general classes (High School) with the professional and technical classes (Administration). The teaching/learning process, evaluation and projects were analyzed through data collection: bibliographic research; questionnaire for 1st and 3rd year students (quantitative); questionnaire for coordinators (quantitative and qualitative). Google Docs were used for both questionnaires. Skype for Business was used to interview the Project Coordinators responsible for the ETIM of Administration. A document analysis was done using the classes diaries and work plans: Portuguese, Literature and Communication; Mathematics; Financial and Statistics; and Organizational Techniques. In the first chapter, a bibliographical research was done on the history of technical education focusing on the integrated education, in the 1950s to the present, contextualizing historical research, legislation, integrated teaching characteristics and public policies in technical education. In the second chapter, the analysis of the curricular organization in the Course Plan for Technical Education in High School, characteristics of the teaching modality, access requirements, professional completion profile, learning evaluation criteria, evaluation process as a means of integration, teaching methodologies, installation and equipment, certification and diploma. The third chapter is about the research carried out in the 8 technical schools. A total of 392 people participated. It was noticed in the collected data that the students of the first grade entered this modality of education with the expectation of working as Administrators. The curricular integration between the curricular components of the general classes and professional classes occurs partially. But, most feel qualified to act as Administrative Assistant. The students of the third grade perceive the curricular integration between the disciplines. The studies are related to the market, but that most will try to join a University. The Course Coordinators believe that curricular integration occurs through integrative projects, but needs to adapt this integration using the lessons and assessment. However, teachers focus on teaching in the market. The Pedagogical Coordinators commented that the curricular integration occurs in the application of projects, but that they need to adapt this practice. In the academic records of class diaries and work plans, the implementation of interdisciplinary projects and curricular integration was not evident. Thus, as a

product of this research, pedagogical guidelines and curricular adaptations were proposed, called "The integrated curriculum in practice", as a way to seek curricular integration in integrated teaching.

Keywords: Integrated Education. Integrated Curriculum. Public Policies in Professional Education. Professional qualification.

LISTA DE SIGLAS

CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
SDECTI	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo
CPS	Centro Paula Souza
ETIM	Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio
EM	Ensino Médio
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
GFAC	Grupo de Formulações e Análise Curriculares
EJA	Educação de Jovens e Adultos
CFE	Conselho Federal de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
FAT	Fundação de Apoio a Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
PROUNI	Programa Universidade para todos
FIES	Financiamento Estudantil
MTec	Ensino Médio Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
SARESP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
GEPED	Gestão Pedagógica do Grupo de Supervisão Educacional do Centro Paula Souza
GSE	Grupo de Supervisão Educacional do Centro Paula Souza
CETECCAP	Centro de Capacitações do Centro Paula Souza
EAD	Educação à Distância
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional
MEC	Ministério da Educação
MB	Menção Muito Bom

B	Menção Bom
R	Menção Regular
I	Menção Insatisfatória
DCT	Divisão de Classe em Turma
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
EE	Escola Estadual da Secretaria da Educação

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Oferecimento do MTec	99
Tabela 02: Formação acadêmica dos Coordenadores Pedagógicos	130
Tabela 03: Análise do Diário de Classe e o Plano de Curso - Escola 01:	147
Tabela 04: Análise do Diário de Classe e PTD da Escola 03:.....	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de Etecs que oferecem o Etim Administração	95
Gráfico 2: Quantidade de alunos por série	95
Gráfico 03: Quantidade de pessoas pesquisadas por escola.....	101
Gráfico 04: Quantidade de alunos por escola – 1ª série	105
Gráfico 05: Motivo para fazer o Etim de Administração – 1ª série	106
Gráfico 06: Apresentação das competências, habilidades e bases tecnológicas do Plano de Curso – 1ª série.....	106
Gráfico 07: Os professores da formação geral relacionam suas aulas com a formação profissional - 1ª série	107
Gráfico 08: Qualificado como Auxiliar Administrativo - 1ª série.....	108
Gráfico 09: Quantidade de alunos por escola referente a 3ª série	109
Gráfico 10: Integração curricular na 3ª série	110
Gráfico 11: Relação dos estudos com o mercado de trabalho	111
Gráfico 12: Integração no processo de avaliação	111
Gráfico 13: Formação do aluno do Etim de Administração	112
Gráfico 14: Decisão do aluno após finalização do curso	113
Gráfico 15: Divulgação do Plano de Curso	115
Gráfico 16: Confeção do Plano de Trabalho Docente (PTD).....	116
Gráfico 17: Presença das bases científicas no PTD	118
Gráfico 18: Registros acadêmicos e a integração curricular	119
Gráfico 19: Alunos em PP no ensino integrado.....	120
Gráfico 20: Processo de avaliação e recuperação	121
Gráfico 21: A ocorrência dos projetos integradores	121
Gráfico 22: Integração dos docentes no Conselho de Classe.....	122
Gráfico 23: Reunião de curso.....	123
Gráfico 24: A integração curricular durante as aulas.....	124
Gráfico 25: Foco das aulas na formação geral.....	124
Gráfico 26: Foco principal para a formação do aluno do Etim.....	125
Gráfico 27: Gênero dos Coordenadores Pedagógicos.....	129
Gráfico 28: Tempo (anos) de Centro Paula Souza.....	129
Gráfico 29: Tempo (anos) na função da Coordenação Pedagógica.....	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Temas das aulas complementares.....	153
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Etecs de acordo com as regiões administrativas	48
Figura 02: Itinerário Formativo	68
Figura 03: Parte do Plano de Trabalho Docente – Formação Geral	80
Figura 04: NSA – Quadro de instrumento de avaliação	82
Figura 05: NSA – Quadro nº 01 de critérios de avaliação	82
Figura 06: NSA – Quadro nº 02 de critérios de avaliação	83
Figura 07: Quadro de menções	86
Figura 08: PTD – Quadro de atividades docentes.....	88
Figura 09: PTD – Propostas de integração	90
Figura 10: Reforma do Ensino Médio (MP 746/16)	97
Figura 11: Mapa das Escolas Técnicas.....	102
Figura 12: Parte do PTD da Formação Profissional	117
Figura 13: A avaliação prevista no Plano de Curso por competência	157

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. O ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS	24
1.1. Panorama Histórico da Educação Profissional e do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”	25
1.2. A Modalidade do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio: características curriculares, aspecto pedagógico e desafios para integração	36
1.3. Os Ensinos Médio, Técnico e Técnico Integrado ao Ensino Médio no Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”: Legislação, Características e Referências Históricas	45
1.4. As Políticas Públicas na Formação Profissional	52
2.1. Organização Curricular e características da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	64
2.1.1. Requisitos de Acesso	72
2.1.2. O Processo de Avaliação no Centro Paula Souza e o Sistema Acadêmico (NSA)	74
2.1.3. A Avaliação no Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	84
2.1.4. Metodologias de Ensino em busca da Integração Curricular e os registros no PTD	86
2.1.5. Instalação e Equipamentos	90
2.1.6. Docentes do Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	92
2.2. O oferecimento do Ensino Integrado na Supervisão Educacional Pedagógica Regional de Ribeirão Preto	93
2.3. O Novo Ensino Médio e a realidade no Centro Paula Souza	96

3. A INTEGRAÇÃO CURRICULAR: NA VISÃO DOS ALUNOS E EQUIPE GESTORA; CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS E ANÁLISE DOCUMENTAL .100

3.1.	Análise dos Questionários: Alunos da 1ª série – Etim de Administração	105
3.2.	Análise dos Questionários: Alunos da 3ª série – Etim de Administração	109
3.3.	Análise dos Questionários: Coordenadores de Curso	114
3.4.	Análise das Entrevistas: Coordenadores de Projetos responsáveis pela Coordenação Pedagógica das Unidades Escolares da Regional de Ribeirão Preto.....	127
3.5.	Análise Documental dos Diários de Classe e Plano de Trabalho Docente.....	147

4. O PROTÓTIPO: COMPLEMENTAÇÃO DO CURSO MOODLE SOBRE O ENSINO INTEGRADO: “O CURRÍCULO INTEGRADO NA PRÁTICA”152

4.1.	Descrição da ação	152
4.1.1.	Aula Complementar 01: Planejamento pedagógico para as ações integradas	153
4.1.2.	Aula Complementar 02: O processo de ensino-aprendizagem integrado: práticas em sala de aula	154
4.1.3.	Aula Complementar 03: A Avaliação como meio de Integração Curricular.....	155

CONSIDERAÇÕES FINAIS:159

APÊNDICES167

ANEXOS174

INTRODUÇÃO

A educação profissional é voltada para o cidadão que possui interesse em qualificar sua formação escolar para exercer função no mercado de trabalho para além das vagas oferecidas a quem tem apenas nível médio de escolaridade, buscando também a atender as exigências tecnológicas do mercado.

Esta dissertação está relacionada com o ensino integrado, que de forma simplificada, é o ensino médio e a formação profissional, mas trabalhando o currículo de forma integrada. Em referência ao currículo do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS), especificamente do Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio das Escolas Técnicas pertencentes à Supervisão Educacional Pedagógica Regional de Ribeirão Preto.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo (SDECTI), órgão do governo estadual, além de consolidar as condições para estimular e atrair o investimento no Estado, tem por objetivo, “[...] intensificar o desenvolvimento sustentável do Estado, estimular vantagens competitivas das empresas e dos empreendedores paulistas e incorporar tecnologia aos produtos da região (Site do CPS, 2018).

Para atender a demanda supracitada, o Centro Paula Souza (CPS) oferece diversas modalidades de ensino profissional, no Regimento Comum das Escolas Técnica (2013) consta no 5º artigo que o CPS oferta cursos de: Qualificação Profissional; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), todos nas formas previstas pela legislação.

No artigo 35, do Regimento Comum das Etecs (2013, p. 09 e 10), consta no § 1º que: “curso será desenvolvido de modo a assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas, observada a legislação vigente”.

Na formação integral, o currículo é composto por componentes curriculares (disciplinas), do Ensino Médio referente à Base Nacional Comum (formação geral e a parte diversificada) e a formação técnica e profissional (Ensino Técnico), assim, o aluno do ensino integrado possui a formação profissional até a finalização dos seus estudos, além da formação para cidadania.

Conforme o Plano de Curso do Etim de Administração (2017), a formação geral (Ensino Médio) no ensino integrado é direcionada para o exercício da cidadania e da moralidade; atuando como cidadão participativo; para o desenvolvimento da identidade pessoal e social; referentes nos pontos: intelectual, corporal e emocional; o desenvolvimento das questões culturais e a preparação para escolha da profissão, atuando de forma solidária à sociedade.

Na formação do Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, tem como objetivo capacitar o aluno para enfrentar o mundo do trabalho; com responsabilidades éticas e sociais; entender o contexto socioeconômico; aplicar técnicas das organizações administrativas e saber empreender com autonomia.

Segundo Ciavatta (2005, p. 85), comenta sobre a formação humana, que a intenção é de assegurar ao aluno, independente da sua faixa etária e escolaridade, uma formação completa, “[...] para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política...”

O Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio tem trazido alguns questionamentos pedagógicos para serem analisados nesta dissertação, como: quando iniciou o ensino integrado, qual era o cenário da educação, política e trabalho no Brasil? Como o currículo integrado forma o aluno para o mercado de trabalho e para cidadania? Como colocar em prática a integração do currículo?

A escolha desta habilitação profissional é devido a abrangência do oferecimento do curso nas escolas da regional de Ribeirão Preto, que atualmente, é composta por 19 Etecs e 19 Classes Descentralizadas (CD), sendo que 08 delas, oferecem este curso (07 Etecs e 01 CD). Desde 2016, todas as Unidades Escolares (Etec Sede) passaram a oferecer o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio em diversas habilitações profissionais, conforme o site do CPS (2018).

Por se tratar de uma “nova” modalidade de ensino, assim, justifica-se a necessidade de verificar a prática pedagógica e ações para a integração curricular. Pois, não deve ser entendido como o Ensino Médio + Ensino Técnico, há necessidade de refletir sobre as práticas, conforme os seguintes questionamentos: Os professores integram o currículo? O Professor da Matemática do ensino integrado, por exemplo, ministra aulas iguais que as do Ensino Médio? O professor da Formação Profissional prevê as bases científicas no plano de trabalho docente?

Percebe-se que os Planos de Cursos do Ensino Médio e do Ensino Integrado são diferentes, em decorrências das diferentes habilitações profissionais.

Considerando estes aspectos, a pesquisa tem o objetivo geral investigar a proposta curricular da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio e os objetivos específicos são à integração curricular entre os componentes da formação geral e a formação profissional; outro aspecto é a contextualização da modalidade de ensino com a evolução histórica e as políticas públicas para a educação profissional.

Para isso, a primeira seção trata do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, a contribuição histórica e a relação com as políticas públicas, ela foi subdividida em 04 partes, na primeira discute-se o panorama histórico da educação profissional e do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, no qual, de forma ampla foi realizada uma investigação histórica desde 1909, onde se iniciou a educação profissional no Brasil até os dias atuais, fazendo uso de autores como: Acacia Kuenzer, Adão Oliveira, Gilda Mendonça, Marilza Regattieri, Jane Castro, Carmen Moraes, Júlia Alves e José Antônio Küller. Na segunda parte, aborda-se sobre a modalidade do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, descrevendo sobre o funcionamento deste curso, características curriculares, o aspecto pedagógico e desafios para a integração curricular, trazendo elementos de Mônica Silva, Dante Moura, Rosa Pinheiro e outros autores supramencionados. Na terceira parte, descreve-se sobre a legislação e características do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio no Centro Paula Souza, utilizando referências de Celso Ferretti e Adão Oliveira. Já na quarta e última parte, discorre-se sobre as políticas públicas na formação profissional, as incertezas dos jovens com o competitivo mundo do trabalho, as questões econômicas e sociais associadas, baseados nos autores Hércules Honorato, Adão Oliveira, Alex Pizzio, George França, Edgard Alves e Acacia Kuenzer.

Na segunda seção, discorre-se sobre o currículo do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, que se adentra ao objetivo de estudo, dividido em 03 partes. A primeira apresenta a organização curricular e as características da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, esta foi subdividida em 06 partes: requisitos de acesso; o processo de avaliação no Centro Paula Souza; a avaliação no Etim de Administração; metodologias de ensino para integração curricular e os registros no Plano de Trabalho Docente; instalação e

equipamentos; docentes do Etim de Administração. A segunda parte trata-se sobre o oferecimento do Ensino Integrado na Supervisão Educacional Pedagógica Regional de Ribeirão Preto, para estes 02 subcapítulos foram utilizados o Plano de Curso do Centro Paula Souza como referência. E a terceira relata sobre o “Novo” Ensino Médio e a realidade no Centro Paula Souza.

Na terceira seção denominada de Pesquisa, dividida em 05 partes, foram aplicados questionários utilizando a ferramenta *Google Docs* e a entrevista por meio da *Skype for Business*, este levantamento ocorreu durante a primeira quinzena do mês de dezembro de 2017. Na primeira parte aplicou-se questionário para os alunos da 1ª série do Etim de Administração, verificando se eles possuem o conhecimento sobre o currículo integrado e suas expectativas com a realização do curso. Na segunda parte, utilizou-se questionário para os alunos da 3ª série, investigando sobre a integração curricular na prática e perspectivas para formação profissional. Utilizando da mesma metodologia, a terceira parte, a pesquisa ocorreu com os Coordenadores de Curso do Etim de Administração que responderam ao questionário sobre esta modalidade de ensino, a quarta parte foi realizada entrevista com os Coordenadores de Projetos responsáveis pela Coordenação Pedagógica, verificando as orientações pedagógicas realizadas para os Coordenadores de Curso e professores sobre o processo de ensino-aprendizagem, avaliação e projetos integradores. A última parte tratou-se de análise documental de Diários de Classe e o Plano de Curso. Foram utilizados os autores Fabiano Raupp, Ilse Beuren, Marian Marconi, Eva Lakatos e outros.

O protótipo do projeto consta na quarta e última seção, relacionado à apresentação de projeto para complementar o Curso *Moodle*, já existente no Centro Paula Souza, sobre o Ensino Integrado, tratando-se do processo de ensino-aprendizagem, a utilização da avaliação como meio de integração e o alinhamento dos registros acadêmicos e pedagógicos.

Por fim, percebe-se que o ensino integrado é uma modalidade de ensino que necessita de acompanhamento e orientação sobre as práticas para a integração curricular, a formação do aluno, a formação contínua para os docentes, equipe gestora, as atualizações e adequações do currículo para atender ao arranjo produtivo local, voltado para a formação profissional do aluno e o encaminhamento para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania.

1. O ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A modalidade do ensino técnico integrado ao ensino médio tem sido muito discutida devida, primeiramente, ressurgir conforme a necessidade social da qualificação profissional e a oportunidade da inserção no mundo do trabalho e/ ou a opção da continuidade dos estudos no ensino superior.

De acordo com o site do Centro Paula Souza (2017), o oferecimento do ensino integrado:

São compostos de três séries anuais articuladas, com terminalidade correspondente às ocupações identificadas no mercado de trabalho. Ao completar as três séries, o aluno recebe o diploma de técnico que lhe dará o direito de exercer a habilitação profissional e de prosseguir os estudos no nível da educação superior.

Conforme citação acima, o aluno que finalizar o curso na modalidade integrado tem o diploma com formação técnica, além da formação geral. Desta forma, os cursos acabam abrangendo de forma concomitante a formação profissional que corresponde ao ensino técnico e os conhecimentos da formação geral e parte diversificada, que abrange o ensino médio, refletindo sobre a formação profissional e cidadania. Consta no site do Centro Paula Souza (2017) sobre o objetivo da oferta desta modalidade:

O objetivo é oferecer a jovens e adultos trabalhadores oportunidades de escolarização que aliem a educação básica em nível médio e à educação profissional, com desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do aluno como cidadão e como profissional de qualidade.

Na formação do ensino integrado, além do aluno construir as competências e habilidades técnicas, ele também forma para a cidadania. O aluno do ensino integrado é jovem, pois ingressa nos estudos com no mínimo 14 anos, finalizado o ensino fundamental e após prestar o Processo do Vestibulinho, no qual, na próxima seção será detalhada sobre os requisitos de acesso.

Para complementar os estudos sobre esta modalidade de ensino, importante tratar a evolução da educação profissional e do ensino integrado, percebe-se que desde a época do Império no ano de 1809, onde, havia indícios da necessidade da implantação do ensino profissional no país, presente até nos dias atuais.

Outra questão a ser apresentada nesta seção consiste no ensino integrado e as políticas públicas, que necessitam de investimentos na educação e encaminhamentos dos alunos formandos para o mercado de trabalho, pois, ao finalizar o curso integrado o aluno possui o diploma de técnico.

Tratando-se sobre o mercado de trabalho tem-se que refletir sobre esta juventude procurando seu primeiro emprego, pois, além da dificuldade na acirrada concorrência no mercado de trabalho e outros fatores que, “[...] no caso da juventude da classe trabalhadora, além da dificuldade do primeiro emprego, existem também outras formas de exclusão, como a de raça e a de local de moradia”, segundo Oliveira (2002, p. 167).

Desta forma, as políticas públicas de educação e a qualificação profissional precisam ser direcionadas para esta modalidade de ensino, contudo, para o ensino gratuita e principalmente de qualidade, voltada para os jovens que conseqüentemente buscarão a oportunidade de emprego, fazendo a diferença na economia e sociedade atual.

1.1. Panorama Histórico da Educação Profissional e do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”

Desde o período do Império (1809) percebe-se o ensino profissional no Brasil, em decorrência do funcionamento das indústrias manufatureiras. A partir do século XIX, surge a formação voltada para a indústria e para um público menos favorecido, conforme Mendonça (2005).

Oliveira (2012) complementa que neste século (XIX) surge o Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente D. João, também reforça que começa outras sociedades civis que oferecia suporte para as crianças carentes e órfãs, possibilitando instrução teórico-prática e iniciando o ensino industrial. Outra característica da época é a educação profissional na sociedade civil que prevaleceu o assistencialismo.

Desde essa primeira ação governamental, passando pelas iniciativas do 2º Império, o atendimento visava prioritariamente aos menores abandonados. Também foram criadas associações civis, como os Liceus de Artes e Ofícios, para “amparar crianças órfãs e abandonadas”, oferecendo-lhes instrução e iniciando-as em ocupações industriais (REGATTIERI; CASTRO, 2010, p 18).

Para Kuenzer (2007), como responsabilidade do Estado, a educação profissional inicia-se no Brasil em 1909, com escolas de artes e diversos ofícios em diferentes unidades de federação, totalizando 19, antecessores das escolas técnicas federais e estaduais.

No que se refere ao ensino profissional, as primeiras escolas oficiais do Estado são criadas em 1910, na gestão Oscar Thompson na Diretoria da Instrução Pública, como parte do projeto de constituição de um mercado interno de mão-de-obra qualificada (MORAES; ALVES, 2002, p. 48).

O principal objetivo destas escolas era de educar para o trabalho os desvalidos da sorte, atendendo às demandas da indústria, que na época estava em desenvolvimento. “[...] assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho” (KUENZER, 2007, p. 27).

De acordo com Mendonça (2005) na época de Nilo Peçanha, no Governo Republicano, as escolas eram conhecidas como “Aprendizes e Artífices”, foi o início do ensino profissional público, que originou as Escolas Técnicas Federais e que atualmente são os Centros Federais de Educação Tecnológica.

Neste exercício, Oliveira (2012) complementa que a escola “Aprendizes e Artífices”, era o ensino agrícola ofertado em todo o país, com o objetivo de formar chefes de cultura, administradores e capatazes. E as escolas profissionais foram surgindo com outras formações, como segue citação abaixo:

No ano seguinte 1911, começam a funcionar em São Paulo, no bairro operário do Brás, a “Escola Profissional Masculina” (atual ETE “Getúlio Vargas”) e a “Escola Profissional Feminina” (ETE Carlos de Campos), destinadas ao ensino “das artes industriais” para o sexo masculino, e de “economia doméstica e prendas manuais” para o sexo feminino, instituições que deveriam servir como “modelo” para as demais. São criados dois institutos no interior, sediados nas cidades de Amparo, a “Escola Profissional de Artes e Ofícios de Amparo” (atual ETE “João Belarmino”), e de Jacareí (ETE “Cônego José Bento”), nos quais deveria ser ministrado “o ensino das profissões mais adequadas ao meio industrial” das respectivas localidades (MORAES; ALVES, 2002, p. 48).

Entre os anos de 1909 até 1932, foram desenvolvidas ações para a formação de trabalhadores, com cursos de duração de 04 anos, como os cursos: rural e profissional, com formação voltada para o trabalho no nível ginasial: “[...] normal, técnico comercial e técnico agrícola, essas modalidades voltavam-se para as

demandas de um processo produtivo em que as atividades nos setores secundário e terciário eram incipientes” (KUENZER, 2007, p. 27).

Na década de 1920, a Câmara de Deputados debateu a expansão do ensino profissional, com proposta de sua extensão a todos, não apenas aos pobres e aos “desafortunados”. Uma comissão especial, então criada, denominada Serviço de Remodelagem do Ensino Profissional Técnico, concluiu seu trabalho na década seguinte, já no período da Segunda República, após a Revolução de 1930, propiciando a reforma que veio a ocorrer (REGATTIERI; CASTRO, 2010, p. 17-18).

Ao final da década de 1920, o ensino profissional oficial expandiu no estado de São Paulo nos municípios de: “São Paulo, Amparo, Franca, Campinas, Ribeirão Preto, Rio Claro, Sorocaba, Mococa, São Carlos, Santos, Santo André, Jaú, Botucatu, Lins, Tatuí, Santo Antônio do Pinhal, Limeira, entre outras”, conforme Moraes e Alves (2002, p. 49), em algumas escolas o ensino era voltado para as empresas ferroviárias.

A partir da década de 1930, houve um desenvolvimento e aceleração na industrialização “o movimento de reforma educacional desencadeado pelos pioneiros da Educação Nova culminaram com a criação das Leis Orgânicas da Educação Nacional, que conferem maior nível de organização ao ensino profissional” (MENDONÇA, 2005, p. 02).

Para Oliveira (2012), nesta mesma época, surgiu o Ministério da Educação e Saúde Pública, no qual ocorreu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova na tentativa de uma escola democrática, ou seja, para todos. Ainda assim, concebia a divisão na educação, para os que pensavam e para os que faziam.

Também em 1930, para Moraes e Alves (2002, p. 49), ocorreram várias reformas no ensino profissional, após Lourenço Filho assumir a Diretoria da Instrução Pública, baseando-se nos princípios do taylorismo e a psicotécnica.

Para Regattieri e Castro (2010), foi em 1931 que ocorreu a reforma educacional, denominada ministro Francisco Campos, que regulamentou e estruturou o ensino secundário e o ensino profissional comercial.

“[...] a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho traduzida no taylorismo-fordismo como ruptura entre as atividades de planejamento e

supervisão por um lado, e de execução por outro” (KUENZER, 2007, p. 27).

Essas mudanças foram de acordo com o “Código da Educação”, instituído por Fernando de Azevedo em 1933, ocorrendo à correlação entre a educação profissional ao curso secundário, conhecida como escola “acadêmica”, associando o ensino profissional com as necessidades do mercado de trabalho local.

No ano de 1934, surge a “Superintendência da Educação Profissional e Doméstica”, com um novo modelo de gestão no sistema de ensino e finalizando o modelo “normalistas”: “Aprígio de Almeida Gonzaga (a “Masculina”, na atual ETE Getúlio Vargas); Miguel Carneiro Junior (a “Feminina” – ETE Carlos de Campos) e Luciano j. de Almeida Valim e / ou João Berlarmino (Amparo)” (MORAES; ALVES, 2002, p. 49).

Importante citar que neste mesmo período, houve destaque para Horácio Augusto da Silveira, que na época era diretor da Escola Profissional Feminina da Capital, trabalhando em conjunto com Roberto Mange no planejamento do “Serviço de Psicotécnica”, de acordo com o “Código de Educação” e para preparação de “Gabinetes de Psicotécnica” nas escolas profissionais da cidade de São Paulo e em Santos, conforme Moraes e Alves (2002, p. 49).

Esses Gabinetes tinham por objetivo selecionar os alunos, através de “julgamento psicológico, social, econômico e profissional”, para as profissões consideradas mais adequadas “às suas aptidões”. A esse trabalho, acrescentou o acompanhamento do rendimento individual dos estudantes no decorrer de toda a aprendizagem escolar, mediante provas e testes psicotécnicos, o que incluía serviços de “readaptação profissional de operários já em trabalho nas indústrias”. O Código concretizou, ainda, uma antiga reivindicação dos reformadores: a institucionalização da carreira do magistério profissional (MORAES; ALVES, 2002, p. 49-50).

No ano de 1936, ocorreu divulgação entre todas as escolas sobre os “[...] expedientes, cursos, conferências, provendo treinamentos e aulas [...]” Moraes e Alves (2002, p. 50), por meio de uma “Rede de Rádio Telefonia e Telegrafia” que ficava na Superintendência.

Neste período surgiu a “[...] Corporação Escolar de Bandeirantes [...]”, para os meninos Bandeirantes, os estudos eram voltados para o “[...] adestramento em habilidades técnicas para defesa nacional e instrução militar”; para as meninas, as “Bandeiras de Saúde”, o aprendizado habilitava “ao trabalho nos hospitais e postos de provisionamento”.

Nos anos 40, o ensino profissional foi marcado, no plano federal, pela “Lei Orgânica do Ensino Profissional” e pelas propostas de Roberto Mange. Ao contrário das reivindicações apresentadas no “Manifesto dos Educadores ao Povo e ao Governo”, em 1932, o ensino técnico de nível médio é organizado como ramo distinto, sem canais de comunicação com o ensino secundário. Institucionalizam-se duas estruturas paralelas: de um lado, o ensino secundário, voltado para a formação geral, propedêutica aos estudos superiores, ao preparo das “individualidades condutoras”; de outro, o ensino profissional, para formar mão de obra qualificada para o mercado. As modalidades informais de educação destinadas passam a ser realizadas pelo SENAI, instituição monopolizada pela iniciativa privada e gerida pela Confederação Nacional das Indústrias (MORAES; ALVES, 2002, p. 50).

Complementando a citação acima, nesta mesma época estava sendo consolidada as matrizes curriculares, orientando o ensino técnico profissional do estado de São Paulo e em todo o país, como hodiernamente.

Segundo Sposito (1984, p. 151), complementa que com a vinda do SENAI, houve uma expansão do ensino profissional no Estado, e a relação escola e indústria era de cooperação, a escola se adaptava e atendia as necessidades de mão de obra, conseqüentemente, do mercado de trabalho.

Para Oliveira (2002), em 1940 o ensino profissional era voltado para os trabalhadores, à formação focava no desenvolvimento das habilidades, no saber fazer, em função do surgimento de vários ramos profissionais, devido ao desenvolvimento dos setores secundário e terciário e conseqüentemente surgiram diversas escolas e cursos para atender estas demandas.

E ao final desta década, para Oliveira (2012), começou o período de redemocratização pós-Estado Novo, com propostas de diversos projetos para a sociedade, deste modo, origina-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB – Lei nº 4.024/1961.

Com a Reforma Capanema ou conhecida também como Leis Orgânicas da Educação Nacional, teve como objetivo decretar que “[...] organizar a educação básico coerentemente com as necessidades da emergente indústria nacional, baseada no modelo de substituição de importações”, conforme Oliveira (2012, p. 49). A Reforma Capanema foi considerada o terceiro momento decisivo, com a instituição das Leis Orgânicas da Educação Nacional.

1942, Leis Orgânicas do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/1942) e do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/1942); 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6.141/1943); 1946, Leis Orgânicas do Ensino Primário (Decreto-Lei nº 8.529/1946), do

Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530/46) e do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/1946) (REGATTIERI; CASTRO, 2010, p. 10).

Kuenzer (2007) afirma que em 1942, ocorreram adaptações nas propostas pedagógicas, tanto na formação de intelectuais, quanto na formação de trabalhadores, para atender o mundo do trabalho. Este é o período que se inicia as escolas técnicas, com as escolas de artes e ofícios.

Através das Leis Orgânicas, a formação profissional destinada aos trabalhadores instrumentais passa também a contar com alternativas em nível médio de 2º ciclo: o agrotécnico, o comercial técnico, o industrial técnico e o normal, que não davam o acesso ao ensino superior (KUENZER, 2007, p. 28).

Essa dualidade para Alves (1997) é a educação formal, na qual, os alunos possuíam uma formação básica, com um conjunto de conhecimentos, que eram mais amplos e que davam a possibilidade na progressão dos estudos até a formação acadêmica.

Na década de 1950, com o surgimento do SENAI e SENAC, a formação era focada para um ofício, sem dar condições para o prosseguimento nos estudos ou especializar em outra área, o aluno era praticamente formado para exercer quase uma única função.

Nesta época o sistema de ensino era considerado dualista, para (KUENZER, 2007, p. 28):

A dualidade estrutural, portanto, configura-se como a grande categoria explicativa da constituição do Ensino Médio e profissional no Brasil, legitimando a existência de dois caminhos bem diferenciados a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica: um, para os que serão preparados pela escola para exercer suas funções de dirigentes; outro, para os que, com poucos anos de escolaridade, serão preparados para o mundo do trabalho em cursos específicos de formação profissional, na rede pública ou privada.

O ano de 1950, para Regattieri e Castro (2010), foi considerado o quarto momento decisivo, com a correspondência entre o ensino acadêmico e o profissional, havendo relação entre os dois tipos de estudos e os ramos profissionais.

A Lei nº 1.076/1950 permitiu que egressos de cursos profissionais prosseguissem em estudos superiores, desde que passassem por exames das disciplinas não estudadas e comprovassem "possuir o nível de conhecimento indispensável à realização dos aludidos estudos". A Lei nº 1.821/1953, com regras para a aplicação desse

regime de equivalência, foi regulamentada pelo Decreto nº 34.330/1953 (REGATTIERI; CASTRO, 2010, p. 20).

Para Alves (1997) o ensino profissional no Brasil iniciou-se de forma mais fortalecida durante a década de 1950, época da aceleração industrial, destoando com o oferecimento da educação pública, que não estava de acordo com o avanço da época, conseqüentemente, não atendendo as necessidades do mercado de trabalho e os ramos industriais.

Kuenzer (2007, p. 30) citou o surgimento do taylorismo e fordismo, que buscava o atendimento do mercado de trabalho e as relações da sociedade, havendo divisão entre as ações intelectuais e instrumentais, o setor produtivo era dividido em pequenas partes, com tempo e movimento repetitivos, rigorosa inspeção e o planejamento ocorriam separadamente da produção.

Ao final da década de 1960, para Kuenzer (2007, p. 29-30):

A euforia do “tempo do milagre” apontava para o ingresso do Brasil no bloco do Primeiro Mundo, através do crescimento acentuado da economia: a expectativa do desenvolvimento industrial com suas cadeias produtivas levava a antever significativa demanda por força de trabalho qualificada, notadamente no nível técnico. É importante lembrar que a essa finalidade se agrega a necessidade de conter as demandas dos estudantes secundaristas ao ensino que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 1960.

Ocorreram mudanças significativas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 4.024/1961, surgiu diversos ramos no mundo profissional, o desenvolvimento dos setores secundário e terciário, havendo um fortalecimento no saber profissional e não apenas no conhecimento acadêmico, assim “[...] pela primeira vez, a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para fins de prosseguimento de estudos (KUENZER, 2007, p. 29).

Esta equivalência estabelecida na Lei 4.024/61, em que pese não superar a dualidade estrutural, posto que permanecem duas redes, e a reconhecida socialmente continua a ser a que passa pelo secundário, sem sombra de dúvida trouxe significativo avanço para democratização do ensino (KUENZER, 1997, p. 16).

A mesma autora (2007) comenta que apesar da valorização da formação profissional, esta dualidade entre o ensino profissional e acadêmico, ainda é significativa, as clientelas das diferentes modalidades de ensino eram separadas por

classes sociais, por divisões do trabalho, um formava para trabalhar com habilidades instrumentais e outro intelectual.

No Golpe de 1964, as universidades e os grêmios estudantis eram os alvos do governo militar, a administração escolar e os componentes curriculares tiveram alterações devido a imposição da época, Andreotti *et al* (2010, p. 161) complementa que: “[...] ao estabelecer a ligação entre educação, segurança nacional, desenvolvimento econômico e integração nacional determinaram que os eixos curriculares tomassem por base esses princípios”.

A época reprimida pós 64 exclui as disciplinas de história e geografia (primeiro grau) das Ciências Humanas, que passa a serem “Estudos Sociais” na disciplina de “Educação Moral e Cívica”, “[...] tentativa de atualização para as massas de uma educação de caráter moral [...]”, por Andreotti *et al* (2010, p. 162).

No estado de São Paulo “O Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” foi criado em 1969, e seu atual regimento foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 58.385, de 13 de setembro de 2012” (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 259), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI).

Apesar disso, ao longo da história, à medida que a educação profissional vai sendo implantada na estrutura formal, a divisão entre educação profissional e educação geral é constante e predominante no pensamento e na prática educacional da escola média brasileira. É uma divisão de propósitos, de conteúdos curriculares e de métodos. Mesmo as tentativas históricas de unir educação geral e educação profissional, como a dos militares com a Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, só conseguiram justapor dois currículos intrinsecamente distintos em um mesmo curso, supostamente unitário ou integrado (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 47).

Em 1971, surge a Lei nº 5.692/1971, que buscou minimizar a dualidade no ensino, estendendo a profissionalização compulsória no Ensino Médio, para Kuenzer (2007), todos teriam uma única trajetória, já para Mendonça (2005), isso traria efeitos negativos para a formação profissional.

[...] supostamente para eliminar o dualismo existente entre uma formação acadêmica – clássica e científica, destinada à preparação para estudos superiores – e outra, profissional – industrial, comercial e agrícola, destinada ao exercício de profissões -, além da normal, destinada à preparação de professores para as quatro séries iniciais do primeiro grau (antigo ensino primário), então em franco processo de universalização (REGATTIERI; CASTRO, 2010, p. 19-20).

Esta mesma lei firmou-se diretrizes e bases do ensino de primeiro grau e ensino de segundo grau, como eram assim chamados. Foi neste momento, considerado por Regattieri e Castro (2010) como o quinto momento decisivo, onde se tornou obrigatória a profissionalização para o segundo grau, que atualmente corresponde ao ensino médio.

Importante frisar que a Lei nº 5.692/1971 possibilitava a formação profissional por meio do ensino supletivo com o oferecimento de cursos de qualificação profissional. O único objetivo destes cursos era a profissionalização, cursos com oferta em menor tempo, que atendiam o mercado de trabalho da época, poderiam ser planejados em módulos, cursos que não dependiam do segundo grau, a finalização poderia ser em momentos diferentes, mas com a certificação de técnico, próximo ao Decreto nº 2.208/1997, de acordo com a nova LDB.

Com o Parecer CFE (Conselho Federal de Educação), nº 45/1972, para Regattieri e Castro (2010), que regulamentou a profissionalização no nível técnico, necessitariam constituir a parte diversificada do ensino com os referentes “mínimos curriculares profissionalizantes”.

De tal modo, possibilitavam os considerados currículos mistos, na junção das disciplinas da formação geral e da formação técnica, também conhecida como formação profissional. A habilitação profissional ocorria com a definição do currículo mínimo, conforme organização curricular do curso técnico.

Para Kuenzer (2007, p. 30) a proposta da generalização do Ensino Médio não ocorreu no Parecer nº 76/1975 que posteriormente tornou a Lei nº 7.044/1982. Esta legislação regulamentou uma nova forma de conservadorismo, que já havia antes nas escolas, “[...] reafirmando a organicidade da concepção do Ensino Médio ao projeto dos já incluídos nos benefícios da produção e do consumo de bens materiais e culturais: entrar na Universidade”

A implantação dessa profissionalização indiscriminada e generalizada trouxe efeitos considerados, em geral, danosos – sobretudo para o ensino público, que repercutem até a atualidade. Nesse processo, o então ensino de segundo grau que perdeu qualquer identidade que já tivera no passado, seja a acadêmica e propedêutica para o ensino superior, seja a de terminalidade profissional. Para correção dessa distorção, foi promulgada a Lei nº 7.044/1982, que livrou este grau de ensino da profissionalização universal e obrigatória, tornando-a facultativa (REGATTIERI; CASTRO, 2010, p. 21).

Já a educação tecnológica no Brasil, para Oliveira (2012), não se firmou como meio de ascendência cultural e intelectual dos estudantes trabalhadores e no avanço científico e tecnológico no país.

Ao contrário, o que se viu, especialmente a partir dos anos 1990 – e o período é historicamente significativo diante do avanço e da consolidação do pensamento neoliberal, especialmente em países de capitalismo dependente, foi a fragmentação do ensino técnico, em face das novas regulamentações do que se passou a designar como educação profissional, bem como a diversificação do ensino superior, por meio dos cursos superiores de tecnologia. Essas políticas, juntamente com outras, foram enfeixadas na denominação de “educação profissional e tecnológica” (OLIVEIRA, 2012, p. 11).

Assim como Oliveira (2002), Kuenzer (2007, p. 30) também afirmou que mesmo os que conseguiram se manter na escola não tiveram crescimento social, pois, devido ao ensino ter “qualidade” propedêutica. “[...] as escolas propedêuticas para elites e profissionalizantes para os trabalhadores; mantém-se, contudo, a equivalência”. Assim, retornando à dualidade estrutural, importante frisar, que não é um projeto político pedagógico que irá resolver este problema de diferença entre as classes.

A habilitação profissional compulsória aos alunos do segundo grau tinha o objetivo de inserir um grande contingente de alunos que saísse do sistema escolar diretamente no mercado de trabalho, diminuindo a pressão dos jovens das classes médias por vagas no ensino superior. Na prática, no entanto, pouca coisa mudou, em razão de inúmeros fatores estruturais e conjunturais que impediram a efetivação da proclamada profissionalização (ANDREOTTI *et al*, 2010, p. 159).

Durante vinte anos do governo militar na continuidade da afirmação de Andreotti *et al* (2010), ocorreu o aumento de vagas, devido a diminuição da jornada na escola, aumentando os turnos, as classes multisseriadas, a quantidade de docentes, diminuição salarial, contratação de professores leigos, oferecimento do ensino sem qualidade, o empobrecimento da sociedade e vários alunos precocemente precisaram ajudar financeiramente a família.

Com o Parecer nº 45/72, acabou recolocando a dualidade da formação geral e especial. “[...] a proposta de generalizar a profissionalização no segundo grau foi substituída pela habilitação profissional, que oferecia uma formação mais abrangente, com uma visão ampla do mundo e uma adaptação mais fácil às mudanças ocorridas no âmbito do trabalho”, de acordo com Andreotti *et al* (2010, p. 159).

O mesmo autor cita que no ano de 1975, com o surgimento do Parecer nº 76, tentou-se eliminar o ensino secundário, que na época correspondia ao segundo grau, teria que ser uma escola técnica, como no entendimento da Lei nº 5.692/71, devido à falta de infraestrutura, professores qualificados e recursos materiais/financeiros.

A eliminação desta obrigatoriedade ocorre com a Lei nº 7.044/82, passando a formação do aluno para a preparação do trabalho e não qualificação. A intenção política era colocar a população mais pobre nas escolas, em busca de ascensão da sociedade.

Para Regattieri e Castro (2010), com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.934/1996. A LDB determina que o ensino médio seja considerado a finalização da educação básica, com o foco no desenvolvimento do discente como pessoa. No capítulo III do Título V da LDB está relacionado à educação profissional:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula a capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Atualmente, de acordo com o site do Centro Paula Souza (2018), esta autarquia administra um total de 222 Escolas Técnicas (Etecs) e 66 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), instaladas em mais de 300 municípios e atende um número que ultrapassa 290 mil alunos.

De acordo com o Banco de Dados (2017) da Cetec, alunos matriculados na Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio referente ao 2º semestre de 2017 de todo o estado de São Paulo, totalizam 14.057

alunos (1ª série, 2ª série e 3ª série), sendo que 1.078 alunos pertencem à Supervisão Educacional Pedagógica Regional - Ribeirão Preto.

1.2. A Modalidade do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio: características curriculares, aspecto pedagógico e desafios para integração

Há alguns anos, o Governo Estadual e Federal têm realizado investimentos nas escolas técnicas para que seja oferecida a Habilitação Profissional de Técnico Integrado ao Ensino Médio, ou seja, a oferta do ensino médio juntamente com a formação profissional/ técnica, em um único curso e currículo, com diversas opções de eixos tecnológicos.

Para esta modalidade de ensino enfatiza-se que o maior desafio é a integração curricular, ou seja, que o desenvolvimento do curso seja realizado de forma integrada, com a formação profissional e a formação do Ensino Médio.

E há uma legislação que baseia o decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 que regulamenta o “§ 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências” (BRASIL, 2004, sn.).

§ 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno (BRASIL, 2004, sn).

Assim, o aluno que cursa o ensino integrado, precisa ter finalizado o 9º ano (Ensino Fundamental), escolher o eixo tecnológico a ser cursado, prestar o processo seletivo, que no caso do Centro Paula Souza, conhecido como Vestibulinho, para ingressar no curso após a aprovação, lembrando que a matrícula é única e o curso ocorre na mesma escola.

De acordo com o site do Grupo de Formulações de Análises Curriculares Gfac (2017) do Centro Paula Souza, os componentes curriculares¹ da formação

¹ Componentes Curriculares: correspondem as disciplinas

geral, o Ensino Médio, da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, que correspondem: Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional; Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional; Língua Estrangeira Moderna – Espanhol; Artes; Educação Física; História; Geografia; Filosofia; Sociologia; Física; Química; Biologia e a Matemática.

Em referência a formação profissional, parte técnica, os componentes curriculares são: Gestão Empresarial; Administração de Marketing; Ética e Cidadania Organizacional; Técnicas Organizacionais; Gestão de Pessoas I e II; Cálculos Financeiros e Estatísticos; Legislação Empresarial; Custos, Processos e Operações Contábeis; Gestão Empreendedora e Inovação; Gestão Financeira e Econômica; Gestão de Produção e Materiais; Logística Empresarial e Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração.

Resolução CEB/CNE nº 4/2005, que inclui novo dispositivo na Resolução CNE/CEB nº 1/2005 que atualizará e ajustará as Diretrizes Curriculares nacionais para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004 (REGATTIERI; CASTRO, 2010, p. 17).

Para Moura e Pinheiro (2009, p. 94) ao refletir sobre o ensino médio integrado, com relação à formação do aluno, é preciso que os conhecimentos das ciências, ciências sociais e humanas tenham a mesma importância, para que o aluno se torne um cidadão crítico e autônomo. “[...] O espaço dessa articulação exige uma organização curricular em que os eixos estruturantes se integrem, tendo como referencial a vivência dos sujeitos para a qual essa proposta educativa se direciona [...]”.

Um dos problemas do ensino integrado para Moraes e Küller (2016) está relacionado ao currículo, com a organização das disciplinas. “O problema da integração é posto porque historicamente se construíram um conhecimento especializado e um currículo fragmentado” (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 28). O que também acentua essa fragmentação é a forma de como a área do conhecimento é planejada e repassada para os alunos, ou seja, o instrumento utilizado na metodologia de ensino.

A forma integrada de oferta do ensino médio com a educação profissional, caso não esteja sustentada por uma concepção de formação omnilateral, é extremamente frágil e não lograria mais do que suas finalidades formais. Entretanto, é preciso dizer que identificamos essa forma como aquela que corresponde às necessidades e aos direitos dos trabalhadores, pelo fato de admitir a

realização de um único curso com duração de, pelo menos, 4 anos, possibilitando, ao final, conclusão da educação básica e da educação profissional (RAMOS, 2008, p. 13).

Este projeto do ensino técnico integrado ao ensino médio com os eixos voltados para o trabalho, a ciência e a cultura, é preciso superar um problema antigo e histórico de formar o aluno além da função profissional, ou seja, para o exercício da cidadania, a reflexão em questão é sobre a importância da formação nestes dois eixos, assim sendo, este é o grande desafio para o ensino integrado, o currículo e o método de ensino. Para Frigotto *et al* Moraes e Küller (2012, p. 107), que segue a mesma linha de pensamento sobre o desafio da organização curricular:

A crítica a esse tipo de abordagem do conhecimento e a esse tipo de educação é antiga e assume múltipla coloração teórica e ideológica. No Brasil, a voz mais incisiva contra essa forma de definir e organizar o currículo e os conteúdos disciplinares e contra a forma de transmitilos (método) é a de Paulo Freire. Ele critica o que denominou educação bancária, uma metáfora para designar a prática escolar de depositar nos alunos conteúdos sem sentido, resgatando-os depois em provas e exames (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 30).

Para Moraes e Küller (2016), além da fragmentação do currículo, outro desafio citado está relacionado ao problema histórico na evolução curricular (dualidade), o método a ser utilizado para trabalhar com os alunos em sala de aula e o processo de avaliação como meio de exame/prova, ou seja, com o intuito de mediar o conhecimento, não sendo utilizado como parte do processo de aprendizagem, como forma de refletir sobre a própria prática pedagógica.

Como o contato mais direto do aluno com o conhecimento consiste na disciplina isolada, ele é condicionado a ver e a esperar que esse conhecimento seja recebido de maneira fragmentada. Assim, para os alunos e professores, o conhecimento que vale a pena aprender e ensinar passa a ser o conhecimento disciplinar fragmentado em tópicos de conteúdo (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 29).

A proposta da modalidade do ensino técnico integrado ao ensino médio deve ser encarada por parte dos docentes, discentes e equipe gestora como uma proposta diferente com o objetivo de romper barreiras do ensino tradicional, assim comparando-se ao currículo do ensino médio. O ensino integrado deve relacionar a formação da base nacional comum e a formação profissional.

A finalidade do programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, conforme enunciado pelo MEC, é fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica com o objetivo de que estas implantem a educação

profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio (OLIVEIRA, 2012, p. 42).

Devido à modernização e a ampliação das redes públicas de ensino médio integrado, as redes estaduais têm o objetivo claro de implantar esta modalidade de ensino integrada.

De acordo com Silva (2013) a modalidade do ensino integrado é um desafio que permite constante debate para a compreensão deste ensino, que precisa considerar a realidade de cada escola, ou seja, as condições de infraestrutura e materiais para atender o cumprimento curricular e conseqüentemente a formação profissional.

[...] A integração é entendida pela maioria como uma junção dos conteúdos da base nacional comum com os conteúdos das disciplinas técnicas, ou ainda como uma articulação entre as disciplinas. Contudo apesar dos limites de sua compreensão, entendem que a integração irá possibilitar ao aluno uma formação que exceda as necessidades de mercado de trabalho, através de uma formação em que o aluno não seja apenas treinado para exercer funções prescritas e rigidamente definidas, mas que viabilize o acesso aos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos que lhe permita ter possibilidades mais amplas de inclusão e participação social (SILVA, 2013, p. 45).

Para tanto, o principal foco do ensino integrado é que as disciplinas se articulam por meio de atividades integradas, havendo relação entre o trabalho, a ciência, tecnologia e cultura, mas sendo o trabalho o principal foco educativo, conforme Oliveira (2012).

Para esclarecer a questão curricular, segundo Moraes e Küller (2016), no currículo tradicional, a educação geral está relacionada aos campos do conhecimento, ciências/ disciplinas. Na educação profissional, o conhecimento é voltado para exercer uma função técnica com o intuito da inserção no mercado de trabalho, conforme a habilitação profissional selecionada. “[...] a educação geral se distingue da profissional pelos conteúdos distintos que ensinam. Usualmente, uma e outra organizam o conhecimento a ser transmitido em blocos de conteúdos desintegrados” (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 39).

Não há formas de construir um currículo integrado em si ou entre educação geral e profissional se o organizamos a partir de conteúdos derivados da transposição didática de campos de conhecimentos sistematizados e especializados. Não é possível falarmos de currículo integrado se organizado em torno das disciplinas particulares. Não é possível falarmos de currículo integrado a partir

de um “saber da escola” centrado em conteúdo (MORAES; KÜLLER, 2016, p 40).

Esta citação supramencionada é fundamental ao se tratar do ensino integrado, há necessidade de esquecer a forma de aprender por “gavetas separadas”, por exemplo, aula de geografia, abre-se a “gaveta” e ao final da aula fecha-se a “gaveta” e assim com as demais disciplinas, ou seja, a aprendizagem com conteúdos separados, ou seja, não contextualizada com a realidade do aluno. De tal modo que o aluno relacione um conhecimento ao outro, um conteúdo ao outro, e principalmente, entender a relação dos componentes curriculares da formação geral e a formação técnica, pois, no plano de curso um complementa o outro e o aluno precisa perceber quando isso ocorre, de que forma ocorre e quando aplicará isso na sua vida pessoal e profissional.

A educação profissional tem o foco de desenvolver competências, habilidades e atitudes/ valores que possibilitem o exercício da profissão. Assim, para a integração curricular seja uma realidade na sala de aula, é necessária uma real interdependência entre a formação geral e a formação profissional, ou seja, que a educação geral desenvolva conhecimentos e habilidades que serão utilizados na formação profissional e que a formação profissional também tenha o objetivo de formar o aluno para a cidadania.

Ao olhar as relações entre educação e trabalho, no ensino médio ou não, é preciso ir mais além do que o foco na qualificação do trabalhador. É necessário focar a internalização das relações de produção enquanto componente da inserção social e atentar para que trabalhador ou ser humano se pretende constituir para quais relações sociais, políticas, culturais, éticas (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 53).

No ensino integrado o aluno precisa ter a liberdade de escolha ao finalizar o curso, ou seja, tem-se a opção de buscar a inserção no mercado de trabalho ou dar continuidade aos estudos, com o ingresso no ensino superior, prestando vestibulares para aprofundar seus conhecimentos numa área afim, tendo a sensibilidade para a formação cidadã e colocando em prática na sociedade.

Um dos grandes desafios do ensino integrado, não é apenas o trabalho teórico e prático do currículo do ensino integrado, pois, o ponto da integração curricular está relacionado a algumas questões da educação nacional, conforme Moraes e Küller (2016):

[...] A primeira delas é a necessidade inadiável de cumprimento da prescrição legal quanto à construção de uma educação básica efetivamente comum a todos os brasileiros. A segunda é a necessária superação da prática de currículos fragmentados que veiculam conteúdos muito distantes das vivências e carências da população estudantil, principalmente as da maioria oriunda das camadas mais pobres da população. Relacionada com a segunda, a terceira demanda é a mais visível e dramática no ensino médio: a efetiva preparação do estudante para a vida pessoal, para a convivência social e para o mundo do trabalho (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 60-61).

Deste modo, ao refletir sobre o ensino integrado, há necessidade de relacionar a concepção da educação básica no país, ou seja, a efetivação ordem legal, garantindo o seu cumprimento, com a questão do ensino estar fragmentado e distante do entorno da realidade da comunidade escolar e a questão relacionada à formação para a cidadania, para a vida e o mercado de trabalho.

Os desafios da organização curricular no ensino integrado necessitam uma reflexão aprofundada nos seguintes pontos: o sujeito é capaz de transformar sua realidade; a formação humana compreende a formação básica e técnica; a formação profissional permite a percepção das questões: econômica, político, cultural, social e histórica; analisando a metodologia numa construção em conjunto com o ensino geral e profissional tendo como eixo centralizador a formação para o trabalho, ciência e cultura. Contudo, observando as propostas que integram a formação geral e a formação profissional, considerando um único currículo.

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la [...] (RAMOS, 2008, p. 04).

De acordo com Moura e Pinheiro (2009, p. 96), ao pensar na formulação do currículo, numa ação integrada e integral, a reflexão baseia-se não apenas a proporcionar ao aluno os conhecimentos científicos e tecnológicos. Sendo fundamental formar um cidadão crítico, que compreenda os rumos econômicos, políticos e sociais, que saiba argumentar sobre os problemas e as potencialidades da sociedade em que vive, e contribuindo de alguma maneira com o seu conhecimento e experiência com o intuito de uma sociedade melhor.

Em referência ao planejamento do currículo do Centro Paula Souza, há um departamento específico “[...] desde 1999, o trabalho de elaboração e de reelaboração curricular é contínuo, sob a face de “Laboratório de Currículo”, junto a especialistas e a instituições, públicas e privadas, priorizando a formação de parcerias” (CETEC, 2017, sn).

Desde 2008 a construção curricular do Centro Paula Souza ocorre pelo departamento nomeado como Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac), que foi instituído pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, a Cetec, com o objetivo de constituir análise, estudos, criação e atualização sobre os currículos escolares.

O Gfac define Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nos limites de suas atribuições, como “esquema teórico-metodológico que direciona o planejamento, a sistematização e o desenvolvimento de perfis profissionais, atribuições, atividades, competências, habilidades, bases tecnológicas, valores e conhecimentos, organizados em componentes curriculares e por eixo tecnológico/área de conhecimento, a fim de atender objetivos de Formação Profissional de Nível Médio, de acordo com as funções do mercado de trabalho e dos processos produtivos e gerenciais, bem como as demandas sociopolíticas e culturais, as relações e atores sociais da escola em uma perspectiva de projeto curricular, destinado à implantação nas Etecs dotadas de infraestrutura compatível e de corpo docente habilitado, a partir de estudo de demanda e do Projeto Pedagógico da Unidade – o desenvolvimento curricular dá-se intraunidade de ensino, conforme as especificidades da comunidade escolar – o planejamento é padronizado, o que garante o status e as características de uma rede de ensino (CETEC, 2017, sn).

O Gfac fica responsável em elaborar, reformular e atualizar os currículos e os planos de curso das habilitações profissionais do Centro Paula Souza. Para isso, contam com uma equipe de especialistas que entendem dos procedimentos para a construção do currículo e plano de curso bem como alinhar com as demandas da sociedade e o mercado de trabalho, “[...] incluindo procedimentos de seleção e definição de referenciais de atribuições, atividades; competências, habilidades e bases tecnológicas e científicas, articulados em componentes curriculares que configuram uma matriz curricular”, conforme Cetec (2017, sn).

“O plano de curso destina-se à macro função de planejamento curricular, nos termos das Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio [...]” Cetec (2017, sn).

Além da análise da organização curricular e dos planos de curso, o Gfac também define a titulação dos docentes para cada componente curricular, divulgado como “Catálogo de Requisitos”, ou seja, os professores que poderão ministrar aulas

no curso, fazendo um estudo da formação e a habilitação para cada componente curricular, definição da padronização das instalações e equipamentos dos laboratórios didáticos, o acervo bibliográfico básico e complementar para cada habilitação profissional, publicações sobre pesquisa curricular e formação continuada para docentes, atendendo as adequações do mundo do trabalho e pedagógica.

Além da definição da organização curricular há necessidade da reflexão sobre a metodologia de ensino (instrumento), pois, não basta um currículo planejado para a integração se o professor em sala de aula continua ministrando suas aulas, utilizando apenas “aulas expositivas”, tendo em vista, somente seu componente curricular e não contextualizando com os demais. A aula expositiva em si é extremamente necessária para trabalhar conteúdos/ conhecimentos, porém, o professor precisa formar alunos reflexivos, capaz de contextualizar a competência, habilidade e atitude/valor.

Em questão relacionada ao ensino integrado, a título de exemplo, o componente curricular da matemática da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio é diferente da matemática do Ensino Médio, pois, os currículos, os planos de cursos e a formação possuem focos distintos. Assim sendo, reforça-se que não é possível aproveitar exatamente o que o professor ministra no Ensino Médio e com o Ensino Integrado.

A educação tem evoluído no quesito de que o professor é o único detentor do conhecimento e que o aluno apenas escuta e memoriza os conteúdos das aulas, hodiernamente, este pensamento não é realidade no ensino integrado nem no ensino em geral. Sendo necessário levar em consideração a vivência do aluno e o entorno da escola, o aluno precisa ter voz e ser escutado, visto que o professor deve ser um mediador do conhecimento e o aluno o protagonista da aprendizagem.

A educação profissional tem como objetivo a aquisição de competências, habilidades ou saber específicos que possibilitem ao aluno o exercício de determinada função profissional. Há interdependência entre a formação integral do cidadão e a educação profissional. De um lado, o alcance dos objetivos da educação geral desenvolve habilidades e fornece conhecimentos que são úteis para sua formação profissional. Por outro lado, a educação profissional específica também concorre para a formação integral do cidadão (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 41-42).

A metodologia para o processo de ensino-aprendizagem é fundamental para a integração curricular, “[...] a busca deverá procurar alternativas metodológicas que

reforcem as estratégias de integração curricular, incluindo aquelas que podem funcionar como componentes curriculares integradores” Moraes e Küller (2016, p. 62). Considerando os componentes curriculares das aulas práticas, planejando aulas nos laboratórios, simulando circunstâncias e utilizando outros componentes curriculares para auxiliar no ensino.

Para o planejamento das aulas e definição das metodologias, os professores precisam se reunir seja em reunião de planejamento, reunião pedagógica ou mesmo em reunião de curso, para analisar e refletir sobre a melhor metodologia para ser aplicada na sala de aula, num estudo em conjunto, planejando projetos integradores e interdisciplinares, a relação da teoria e da prática, programando visitas técnicas, estudos de caso para que o aluno relacione o que aprendeu em sala de aula e contextualizando com o mundo do trabalho e o arranjo produtivo local.

Formas metodológicas que exigem contextualização e interdisciplinaridade são as mais frequentemente consideradas nas referências internacionais para transformar a metodologia em coadjuvante na integração curricular e para obtenção de maior motivação e de melhores resultados de aprendizagem dos estudantes do ensino médio (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 345).

Os mesmos autores também citam um exemplo do Centro Paula Souza, com relação ao plano de curso que a Etec de Sorocaba utiliza no Ensino Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio, onde foram apresentadas várias formas de metodologias que visam à integração curricular como: “[...] projetos técnicos interdisciplinares; pesquisa de campo; dramatizações e simulações de procedimentos; exposições de amostras de trabalho; estudo de caso; elaboração de manuais técnicos; cartilhas educativas; jornais e vídeos” (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 349).

No entanto, para que a integração curricular da modalidade do ensino técnico integrado ocorra na prática, os professores necessitam enfrentar este desafio construindo o processo pedagógico considerado adequado para que esta integração entre a formação geral e a formação profissional realmente ocorra e não fique unicamente no papel.

Não defendemos, com isto, uma formação profissional em detrimento da formação geral, mas uma formação profissional que possibilite aos sujeitos jovens e adultos se apropriarem de conhecimentos que estructure sua inserção na vida produtiva dignamente [...] (RAMOS, 2008, p. 12).

A essência do ensino técnico integrado ao ensino médio não é apenas formar técnicos, contudo, alunos que contextualizam o conhecimento/ habilidade de acordo com sua realidade e seu entorno. O ensino integrado como princípio educativo merece ser considerado uma necessidade no contexto atual da educação para a geração de emprego e oportunidade para continuidade nos estudos.

1.3. Os Ensinos Médio, Técnico e Técnico Integrado ao Ensino Médio no Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”: Legislação, Características e Referências Históricas

O site do Centro Paula Souza (2017) cita que a instituição está relacionada ao órgão do governo estadual, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, com o propósito de fortalecer o desenvolvimento sustentável do Estado, incentivando a competitividade nas empresas e o empreendedorismo no estado de São Paulo, agregando tecnologia aos produtos e consolidando investimentos.

Em referência à rede estadual de ensino técnico em São Paulo, para Ferretti (2000) a instituição do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (Ceeteps) foi criada em 1976 e associada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), esta relação era devido aos investimentos tecnológicos, de laboratórios e a equiparação salarial.

No entanto, o Ceeteps, na sua origem, não era responsável por cursos técnicos de 2o grau, estando sob sua jurisdição apenas as faculdades de tecnologia. Essa responsabilidade foi assumida gradativamente pela instituição, em face do descaso ou da dificuldade encontrada pela Secretaria da Educação do Estado para continuar administrando a rede de Ensino Técnico existente no estado após os sucessivos percalços desencadeados pela vigência da Lei 5692/71. Assim, o Ceeteps assumiu, inicialmente, um grupo restrito de 18 escolas técnicas (FERRETTI, 2000, p. 86).

Para Souza (2005), o Ceeteps, também conhecido como Centro Paula Souza, uma rede pública de ensino considerada uma das maiores redes brasileiras de escolas técnicas. “O Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” é uma autarquia de regime especial do governo do Estado de São Paulo” (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 259). Oferece cursos de ensino médio, ensino técnico integrado ao ensino médio, ensino superior tecnológico e pós-graduação.

De acordo com Ferretti (2000, p. 87) a partir dos anos 1990 as demais escolas técnicas da rede estadual de ensino, deixaram de pertencer a Secretaria da Educação e passaram fazer parte da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, havendo uma exigência maior quanto à política sobre a responsabilidade da gestão desta instituição de ensino. Nesta época 99 escolas técnicas estaduais passaram ser supervisionadas e gerenciadas pelo Ceeteps, todas seguindo as determinações da LDB, nesta década as escolas técnicas ofereciam o ensino integrado, com duração de três a quatro anos dependendo da habilitação profissional, este ensino ocorria simultaneamente a formação do 2º grau, atual ensino médio, ao lado da formação profissional.

Mudanças ocorreram a partir de 1997 o Centro Paula Souza oferecia as seguintes modalidades de ensino nas escolas técnicas, seguem abaixo:

1. Ensino Médio/Técnico – habilitações regulares;
2. Formação Profissional Nível Técnico (Qualificação Profissional – QP III e IV);
3. Educação Profissional Nível Básico, de acordo com a nova LDB e com o decreto 2208/97 (FERRETTI, 2000, p. 87).

De acordo com citação acima, a primeira modalidade de ensino corresponde ao ensino técnico integrado ao ensino médio; a segunda modalidade é a formação do ensino técnico, para o aluno poder ingressar neste curso, era necessária a finalização do 1º grau, que atualmente é o ensino fundamental (9º ano) e estar cursando o 2º ano do 2º grau, correspondente a 2ª série do ensino médio, para concluir o ensino técnico; a terceira modalidade de ensino, correspondia aos cursos de qualificação e requalificação, conhecido como qualificação profissional, eram realizados por intermédio de convênios com a Secretaria Estadual de Relações do Trabalho, eram cursos rápidos com carga horária de 300 horas/ aula, para pessoas que tinham nível mínimo de escolaridade.

No ano de 1998 ocorreram adaptações na instituição devido as novas exigências legais, alterando a oferta de vagas nas escolas técnicas.

De acordo com essa previsão, a oferta de vagas na modalidade Ensino Médio/Técnico cairia verticalmente de 22.032 para 7.223; em compensação, na modalidade Educação Profissional em Nível Técnico, o número de vagas subiria de 6.863 para 20 mil; o mesmo processo ocorreria em relação à oferta de vagas para cursos de Educação Profissional Básica, que aumentaria de 32.765 para 35 mil. Isso representaria uma queda de 67% na oferta de vagas para os cursos técnicos regulares, ao mesmo tempo em que um aumento de aproximadamente 193% para os cursos de Qualificação Profissional III e IV e algo em torno de 7% para os cursos de Educação Profissional Básica (FERRETTI, 2000, p. 88).

A partir desta época, conforme determinações legais para viabilizar o ensino técnico e o ensino básico, quer dizer, separar o ensino médio e o ensino técnico, finalização do ensino integrado: “[...] assim como da intenção institucional de incorporar as propostas de modularização da formação técnica (via cursos de QP III e IV) para ofertá-la, concomitante ou sucessivamente ao Ensino Médio desenvolvido por ela mesma [...]” (FERRETTI, 2000, p. 88).

Ocorrendo concomitantemente a instituição adequava-se para oferecer cursos de curta duração, com custeio do FAT (Fundação de Apoio a Tecnologia), atendendo uma faixa da população menos escolarizada, que necessitava de uma qualificação mais rápida, conforme Ferretti (2000).

O Centro Paula Souza considerou foi a Resolução nº 119/97 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, em um primeiro momento havia dois tipos de cursos, o ensino médio no período da manhã; o ensino técnico oferecido nos períodos tarde e noite, sendo o período da tarde para os alunos que cursavam o ensino médio no período da manhã na escola técnica e no período da noite o aluno que já havia cursado o ensino médio e que trabalhavam durante o dia, deste modo, mantendo a estrutura física, professores/ funcionários e evitando a ociosidade nos três períodos.

Em consideração o currículo do ensino médio e a carga horária eram constituídos por dois tipos:

[...] a) os que integravam a base nacional comum (núcleo comum) então em vigência, com carga horária de 2100 horas-aula de 50 minutos; b) os que integravam a parte diversificada do currículo (25% da carga horária), com 900 horas-aula de 50 minutos, subdividida essa parte em duas: • componentes curriculares profissionalizantes de caráter geral, comuns a todas as habilitações (Ética, Gestão, Meio Ambiente, Leitura e Produção de Textos, Estatística), com carga horária de 600 horas-aula; • componentes curriculares profissionalizantes específicos para cada área técnica, com carga horária de 300 horas-aula (FERRETTI, 2000, p. 89).

O ensino médio foi organizado em ciclos que foram divididos em dois semestres, os componentes curriculares da formação geral, foram inseridos nos primeiros semestres e a qualificação profissional ao final, o ano letivo passou de 36 semanas para 40 semanas. “[...] cursados seis semestres o aluno obteria o certificado de conclusão do Ensino Médio e o certificado da Qualificação Profissional

de Auxiliar, de acordo com as disciplinas específicas da parte diversificada” (FERRETTI, 2000, p. 89).

Previsto no Parecer CNE nº 05/97, o ensino técnico com currículo próprio, dividido em três a quatro módulos, com diversos componentes curriculares, carga horária mínima de 2000 horas/ aula. Ao finalizar o ensino técnico o aluno recebe o diploma de técnico, mas para isso deveria também ter concluído o ensino médio.

São compostos de três séries anuais articuladas, com terminalidade correspondente às ocupações identificadas no mercado de trabalho. Ao completar as três séries, o aluno recebe o diploma de técnico que lhe dará o direito de exercer a habilitação profissional e de prosseguir os estudos no nível da educação superior (CPS, 2017, sn).

O Centro Paula Souza possui 222 Escolas Técnicas Estaduais (Etecs), abrangendo 164 municípios do estado de São Paulo, atende a 211.067 mil estudantes, conforme dados do Site do CPS (2018).

Em todas as modalidades de ensino das escolas técnicas (Etecs), como o ensino médio, ensino técnico e o ensino técnico integrado ao ensino médio, oferecendo 139 habilitações profissionais nos diversos eixos tecnológicos, nos setores: indústria, agropecuária e serviços e também considerando os cursos de modalidades “[...] presencial, semipresencial, online, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica”, de acordo com as informações do site da Cetec (2017).

Figura 01: Etecs de acordo com as regiões administrativas



Fonte: Etecs na divisão por região administrativa. Disponível em <<http://www.cps.sp.gov.br/quem-somos/manual-de-identidade-logo-novo/mapas/2016-mapa-geral.pdf>>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

No 1º semestre de 2017, a Regional de Ribeirão Preto, possui 19 (dezenove) Etecs, abrangendo a mesma quantidade de municípios são eles: Monte Alto, Serrana, Batatais, Igarapava, Guariba, Santa Rosa de Viterbo, Franca, Mococa, Ribeirão Preto, Miguelópolis, Santa Rita do Passa Quatro, São Joaquim da Barra, Olímpia, Barretos, Orlândia, São Simão e Ituverava, 22 (vinte e duas) Classes Descentralizadas que corresponde a 17 (dezessete) municípios, são eles: Jardinópolis, Pedregulho, Franca, Mococa, Cajuru, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Barrinha, Dumont, Pontal, Pradópolis, Santa Rita do Passa Quatro, Guará, Olímpia, Guaraci, Severínia, Barretos, Guaíra e Jaborandi, totalizando 41 (quarenta e uma) escolas e 30 (trinta) municípios.

Consta no site do Centro Paula Souza (2017) a missão da instituição: “Promover a educação profissional pública dentro de referenciais de excelência, visando ao atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho”. E a visão: “Consolidar-se como centro de excelência e estímulo ao desenvolvimento humano e tecnológico, adaptado às necessidades da sociedade”.

Os objetivos estratégicos da instituição:

- Atender/Antecipar-se às demandas sociais e do mercado de trabalho;
- Obter a satisfação dos públicos que se relacionam com o Centro Paula Souza;
- Aperfeiçoar continuamente os processos de planejamento, gestão e as atividades operacionais/administrativas;
- Alcançar e manter o grau de excelência diante do mercado em seus processos de ensino e aprendizagem;
- Estimular e consolidar parcerias (internas e externas), sinergias e a inovação tecnológica;
- Reconfigurar a infraestrutura e intensificar a utilização de recursos tecnológicos;
- Promover a adequação, o reconhecimento e o desenvolvimento permanente do capital humano;
- Incentivar a transparência e o compartilhamento de informações e conhecimentos;
- Assegurar a sustentabilidade financeira da instituição (CPS, 2017, sn).

As habilitações profissionais disponibilizadas no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio são: Administração; Agropecuária; Agropecuária (modalidade alternância); Alimentos; Automação Industrial; Comunicação Visual; Contabilidade; Design de Interiores; Edificações; Eletrônica; Eletrotécnica; Eventos; Florestas; Hospedagem; Informática; Informática para Internet; Lazer; Logística; Marketing; Mecânica, Mecatrônica; Meio Ambiente; Modelagem do Vestuário; Nutrição e Dietética; Química; Segurança do Trabalho; Serviços Jurídicos e Secretariado.

Entre as modalidades de ensino oferecidas pelo Centro Paula Souza são: concomitante que significa quando o estudante realiza o ensino médio e o ensino

técnico ao mesmo tempo, contudo em períodos diferentes e matrículas separadas; subsequente quando aluno finaliza o ensino médio e posteriormente inicia o ensino técnico e o ensino técnico integrado ao ensino médio que possui matrícula única e o currículo engloba a formação do ensino médio, juntamente com a formação técnica.

A modalidade integrada possui 26 habilitações profissionais para os alunos escolherem conforme afinidades para a formação técnica, conforme o site (CPS, 2017).

Na prática, ainda é mais perceptível, nesses 26 cursos com matrícula única, a existência de dois currículos justapostos e complementares, embora haja graus diversos de interdisciplinaridade e alguns outros mecanismos que proporcionam oportunidades efetivas de integração entre o ensino médio e a educação profissional pela perspectiva dos estudantes (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 260).

No Centro Paula Souza os objetivos do ensino médio são centrados nas competências para serem desenvolvidas, baseados nos princípios da legislação e nas normas do ensino médio e o ensino integrado. Desta forma, os objetivos facilitam a integração na modalidade de ensino, “[...] processos construídos em ações coletivas e da valorização do envolvimento de todos na busca do engajamento em projeto de vida e de trabalho”, conforme Moraes e Küller (2016, p. 261). “A ideia é que as disciplinas se articulem com atividades integradoras, mediante relações entre os eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, tendo o trabalho como princípio educativo”, complementa Oliveira (2002, p. 43).

Contudo, este é o grande desafio das habilitações profissionais do ensino integrado, a equipe gestora e os docentes precisam conhecer o plano de curso/matriz curricular, realizando um estudo em conjunto sobre a aplicabilidade do ensino integrado, as metodologias de ensino e a relação entre os componentes curriculares, para assim evitar que o curso seja apenas a justaposição de dois currículos da formação geral/ diversificada e a formação profissional e sim articulação do ensino.

[...] educação geral com currículo tradicional e forte configuração conteudista, que sempre garantiu excelentes resultados dos egressos nos vestibulares mais concorridos; cursos técnicos com boas estruturas curriculares, que aliavam práticas profissionais em bons laboratórios e parcerias com empresas, além de bons docentes, originalmente qualificados como engenheiros, tecnólogos e similares licenciados para a educação profissional em áreas técnicas, principalmente as derivadas das disciplinas de ciências naturais e suas tecnologias (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 264-265).

O Centro Paula Souza possui experiência com o ensino técnico, sendo a principal modalidade de ensino ofertada. O oferecimento do ensino integrado está retornando com força em todo o estado de São Paulo, para suprir a necessidade social.

O Ensino Médio possui tradição em várias Unidades Escolares com resultados satisfatórios em Enem, Saesp, alunos ingressos nos vestibulares do ensino superior em faculdades estaduais, federais e particulares com bolsa de estudos dos programas do governo federal como Prouni e Fies.

O ensino técnico nas Etecs, na grande maioria das vezes, possui infraestrutura de laboratórios para as aulas práticas com equipamentos atualizados ou em processo de atualização.

Os docentes são graduados na área, com licenciatura plena, em decorrência do Centro Paula Souza investir nesta formação devido a parceria com Ministério da Educação (MEC) por meio do Brasil Profissionalizado, chamado de “Programa Especial de Formação Pedagógica para Educação Profissional”, conhecido por “Esquema 1”, após a finalização deste curso o professor possui a formação em licenciatura, conforme sua da graduação, exemplificando: um professor com formação em Engenharia Civil, com o Esquema 1 possuirá o título de Licenciatura em Engenharia Civil e certificado pela Fatec, da mesma autarquia de ensino.

Pertinente citar que com o Plano de Carreira (Lei Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014) instituído os professores das escolas técnicas são incentivados a realizarem o curso de Especialização (Lato Sensu) e Mestrado (Stricto Sensu), assim sendo, há na casa professores com titulação de Especialistas, Mestres e Doutores, o que faz a diferença na qualidade de ensino.

Desta maneira, o objetivo principal do Centro Paula Souza é o oferecimento do ensino técnico, posteriormente inseriu aos poucos o ensino médio nas Unidades Escolares e atualmente, a instituição tem investido no ensino integrado, principalmente, nos últimos dois anos. Considerando que as escolas técnicas agrícolas sempre ofertaram esta modalidade de ensino com a Habilitação Profissional de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, o que não ocorria nas escolas consideradas “industriais”, ou seja, as que estavam localizadas nas cidades.

Neste sentido, a implantação e a ampliação gradativa e planejada do ensino médio integrado e do ensino médio integrado à educação

profissional nas redes públicas podem contribuir para uma efetiva (re) construção da identidade e do sentido do ensino médio e da educação profissional, assim como para a universalização da educação básica com qualidade social para adolescentes jovens e adultos (OLIVEIRA, 2002, p. 68).

Do mesmo modo, há uma importante parceria entre o Centro Paula Souza e a Secretaria da Educação, por meio do Programa Vence. [...] “Eles abrangem os mais diferentes segmentos de mercado, com cursos nas áreas industrial, de comércio e de serviços”, conforme Portal do Governo do Estado de São Paulo da Secretaria da Educação (2008).

O aluno possui matrícula única de responsabilidade do Centro Paula Souza. Realizando a formação geral e parte diversificada na escola estadual, utilizando o espaço e os professores da Secretaria da Educação e posteriormente, conforme acordo, os alunos se dirigem a escola técnica para o ensino técnico ou os professores da formação profissional se direcionam para a escola estadual caso tenham infraestrutura e espaço para as aulas técnicas.

A escola estadual é responsável pela formação básica e o Centro Paula Souza (ETEC) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, pela formação técnica (Portal do Governo do Estado de São Paulo, 2018).

Há previsão em aumentar esta quantidade de ensino integrado em 80 Unidades Escolares das 222 existentes até o ano 2018 e 2019. Consta no site da Secretaria da Educação (2018): “A modalidade oferece, atualmente, para alunos das escolas municipais e estaduais a oportunidade de terminarem o Ensino Médio com uma profissão, ganhando competitividade para a inserção no mercado de trabalho”.

1.4. As Políticas Públicas na Formação Profissional

Não há como falar sobre o ensino integrado sem mencionar as políticas públicas voltadas para esta modalidade de ensino, desde a vinda do Decreto 5.154/2004, que possibilitou a conexão da educação profissional com a educação básica do país.

As políticas públicas para os jovens que buscam a formação profissional necessitam de investimentos, seja por parte do Governo Estadual e/ou Federal, que precisam oportunizar o ensino profissional com qualidade e conseqüentemente,

garantindo a inserção destes jovens no mercado de trabalho. E para iniciar os estudos sobre políticas públicas é necessário pensar que:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA; PIZZIO; FRANÇA, 2010, p. 96).

Com as mudanças constantes da economia no país, há demanda para o ensino profissional, visto que a formação do aluno ocorre em um tempo mais curto, em média em um ano e meio a dois anos para os cursos técnicos e três anos para os cursos do ensino técnico integrado ao ensino médio, com o principal objetivo de formar o aluno para ingressar no mercado de trabalho e o exercício da cidadania.

Para isso, são necessárias adequações nas propostas de políticas públicas, com a intenção de reduzir o índice de desemprego para que os alunos sejam encaminhados para o primeiro emprego, e para que isso ocorra de forma significativa, Honorato (2016) cita que:

A saída da escola para o mercado de trabalho, para a assunção de papéis adultos e a inquietação pela quase impossibilidade de ascensão social por intermédio da educação geram uma fase muito difícil para o jovem. Acrescenta-se, no caso, da maioria dos brasileiros, a carência de uma boa formação técnica que tenha respaldo no mercado regional de trabalho, com a garantia de continuada formação em serviço e a realização da cidadania plena e autonomia profissional e familiar (HONORATO, 2016, p. 92-93).

Esses são os grandes desafios dos jovens da atualidade, uma vez que, para formação de qualidade há necessidade de investimentos na educação profissional referentes a infraestrutura de bons laboratórios, equipamentos, utensílios, investidos para as aulas práticas e simulações, docentes qualificados, com formações continuadas de acordo com as necessidades do arranjo produtivo local. Desta maneira, estes investimentos educacionais fazem toda a diferença na educação profissional.

Segundo Ramos (2011, p. 39) “no sentido da construção de uma política pública de educação integrada”, ela também faz uma análise do contexto atual do ensino médio no Brasil na qual a maioria pertence às famílias da classe

trabalhadora, e que possibilita ao aluno realizar o ensino integrado, como a última etapa da educação básica, habilitando-o ao exercício profissional.

De acordo com Honorato (2016) essas são as incertezas previstas para o jovem de hoje, paulatinamente, o mundo do trabalho encontra-se competitivo, necessitando de qualificação profissional, para ser capaz de sustentar a própria família ou pelo menos auxiliá-la, assim, têm surgido políticas públicas que priorizam o primeiro emprego, “[...] desta forma, o potencial das políticas públicas para as juventudes e a relação custo benefício das mesmas devem garantir que a adequação à qualidade e a seletividade das intervenções estatais possam ser universais” (HONORATO, 2016, p. 93).

A globalização da economia está diretamente associada ao processo de modernização da tecnologia e suas inovações, tanto para os setores industriais quanto para os setores de serviços e a tendência é que essas tecnologias vão se adequando para atender o mercado competitivo. O mesmo ocorre com a qualificação profissional para atender estas contínuas transições, outrossim, uma questão considerável citada por Frigotto (2012), logo abaixo:

Uma outra indicação relevante foi a necessidade de as políticas públicas de formação profissional superarem o viés assistencialista/compensatório e promover a inclusão social. Assim, elas devem estar necessariamente articuladas às políticas de desenvolvimento econômico locais, regionais e nacional, ao sistema público de emprego, trabalho e renda, sem o que não é possível oferecer perspectivas de melhoria da qualidade de vida e possibilidades de a população prover seus próprios meios de existência (FRIGOTTO *et al*, 2012, p. 39).

Alves (1997) complementa as palavras de Frigotto (2012) ao afirmar que este é um dos grandes desafios do país; buscar a inovação e a tecnologia, mas, qualificar de acordo com a necessidade do mercado de trabalho, para que os alunos consigam concorrer de igual para igual uma vaga de trabalho, garantindo o emprego e sobrevivendo neste mundo competitivo.

Um viés da tecnologia que tem substituído a mão de obra em processos operacionais, conforme citação abaixo:

Cerca de 30 a 35% das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho estão vinculadas a atividades e processos operacionais. Muitas delas, de tempos em tempos, passam a ser realizadas por equipamentos, computadores e softwares resultantes do avanço tecnológico, dispensando os trabalhadores de suas responsabilidades (LEAL, 2009, p. 91).

Porém, há vários fatores que dificultam este processo para o ingresso no mercado de trabalho, como seguem abaixo:

Essa tarefa esbarra na superação dos seguintes pontos de estrangulamento: 1. Os baixos níveis de escolaridade dos trabalhadores; 2. O grande número de jovens egressos, a cada ano, do sistema educacional, com preparo inadequado para enfrentar as exigências do mercado de trabalho; 3. A desatualização e ineficiência do sistema de formação profissional para atender com rapidez às mudanças tecnológicas e gerenciais; 4. A inexistência de metodologia (já testadas) de ensino adequada às novas necessidades do setor produtivo e ao perfil educacional desejado de combate ao desemprego; por último, a inexistência do componente de qualificação profissional na política pública de combate ao desemprego (ALVES, 1997, p. 65).

Infelizmente, a realidade supramencionada acarreta dois grandes problemas: econômico e social. Primeiramente, a tecnologia que muitas vezes o trabalhador não conhece e/ou não sabe utilizá-la, não se adequando com as necessidades do mercado de trabalho; e o segundo fator, uma questão histórica, a não valorização da educação na sociedade brasileira, pois, a educação pode transformar o subdesenvolvimento do país, ficam evidentes as condições do ensino público e a carência de políticas públicas de formação profissional.

Honorato (2016) cita que atualmente existem problemas relacionados às desigualdades sociais e a crise econômica, social e política, os jovens estão buscando qualificação para rapidamente ingressarem no mercado de trabalho, obtendo maturidade social e planejando a vida com a responsabilidade de um adulto.

E estas condições são propícias do jovem de baixa renda, que precisa sustentar a família, totalmente diferente da realidade do jovem de classe alta, que o objetivo é a dedicação somente aos estudos e conseqüentemente garantindo as melhores vagas de emprego e salários. Lembrando que esta é uma herança antiga que a sociedade carrega.

Outro grande problema social e que atinge diretamente o jovem, foi citado por Oliveira (2012, p. 163):

As políticas de qualificação profissional para a juventude entraram definitivamente na agenda política de progressistas e conservadores, como alternativa imperativa de superação do quadro de pobreza e de exposição às drogas e à violência que acomete a juventude brasileira.

Complementando a afirmação de Oliveira (2012) devido a constante mudança econômica, social e política, as novas demandas do mercado de trabalho e do ensino vêm influenciando neste perfil do jovem e colocando novos desafios para as políticas relacionadas à qualificação profissional.

Sendo importante referir sobre o sistema de ensino SENAI e SENAC que a mais de 50 anos qualificam profissionais para o mercado de trabalho e que são referências para outros países latino-americanos. E mesmo o Centro Paula Souza que desde 1969, e até antes desse período como outra instituição, buscava a formação profissional para o mundo do trabalho.

Hoje há necessidade de se enfrentar, com urgência, a questão educacional com finalidade de melhorar o desempenho, para obter resultados a médio e longo prazos e, ao mesmo tempo, equacionar uma política de formação profissional que aproxime a qualificação dos trabalhadores ao processo educativo formal, consideradas as exigências do setor produtivo. Isso se torna importante para atender ao estoque dos trabalhadores adultos quanto para preparar jovens educandos, futuros trabalhadores, cujas exigências educacionais serão maiores e bem mais complexas (ALVES, 1997, p. 66).

Alves (1997) comenta que os empresários e trabalhadores têm mostrado interesse pela educação formal e profissional, estão valorizando as qualificações, o problema é adequar as metodologias, ou seja, o desafio é qualificar o profissional de forma que se corrompa o tradicional e que a formação escolar possibilita a capacitação contínua para atender as exigências do mercado de trabalho. De forma geral, as instituições de formação profissional têm conseguido atender essas novas exigências, mas há outros fatores que dificultam este desafio.

[...] a baixa qualidade do ensino fundamental é uma barreira à evolução da formação especificamente profissional, nos moldes do tradicional modelo alemão, onde ocorre o direcionamento dos alunos para cursos acadêmicos aos que se dirigirão para as universidades, e cursos profissionalizantes para os que se dirigem ao mercado de trabalho; a concepção pedagógica continua, em boa parte, baseada no modelo fordista (ainda com intensa presença no setor industrial); por fim, a monopolização da oferta setorial de cursos profissionalizantes e a administração fechada das instituições de formação profissional as distanciam do cumprimento de seu papel social de educar e treinar os trabalhadores (ALVES, 1997, p. 66).

Um fato importante para minimizar este distanciamento com o mercado de trabalho e a formação para cidadania é conseguir apoio junto às empresas, sindicatos e indústrias. Conhecendo a realidade do mercado de trabalho e o que está previsto acontecer, para definição dos conteúdos programáticos, ou também as

bases tecnológicas, as competências e habilidades que o profissional necessita construir para atender o arranjo produtivo local, o mercado passa por constantes modernizações a relação com a formação profissional precisa ser no mesmo ritmo, se possível.

No mercado de trabalho percebem-se duas tendências conforme (LEAL, 2009, p. 22-23):

[...] A primeira indica que a tecnologia, velocíssima em si mesma, carrega profundas mudanças no modo de se fazer negócios e, por consequência, gera impactantes alterações nos perfis profissionais almejados pelas organizações. Com isso, a formação técnica (mais) e comportamental (menos) valorizadas pelas organizações passam, continuamente, por alterações e exigem dos profissionais que e adaptem rapidamente para atender às novas e especialíssimas oportunidades de trabalho [...].

Outra questão também citada por Leal (2009) que a segunda tendência se divide em dois grupos, sendo que o primeiro refere-se às pessoas que não são qualificadas tecnicamente e comportamentalmente, para estas pessoas sobram o subemprego e o trabalho informal. E o segundo aos jovens que possuem formação, mas não tem experiência profissional.

Um fato preocupante é que devido à modernização do mercado de trabalho, a educação da formação profissional procura atualizar o currículo, se não há uma política capaz de ampliar as vagas de emprego, segundo Alves (1997), tem que haver a possibilidade do trabalhador exercer a profissão em que se formou com maior quantidade de vagas nas empresas.

A sociedade em si, precisa ter ciência destas questões e participar ativamente do exercício da cidadania para buscar solucionar estes problemas. O setor público também precisa fazer sua parte, orientando a sociedade quantos aos novos investimentos, gerando novas vagas de emprego. [...] “e até mesmo para formular uma política educacional e de formação profissional que responda às novas necessidades tecnológicas” (ALVES, 1997, p. 67).

[...] O governo deverá assegurar a participação dos atores sociais no equacionamento e solução desses problemas, tendo em vista que a modernização nas relações do trabalho só será conseguida se trabalhadores e empresários participarem ativamente dos destinos da educação e da formação profissional (ALVES, 1997, p. 67).

Atualmente, com o mercado de trabalho competitivo, as empresas precisam primeiramente sobreviver diante da concorrência, buscando constantemente a inovação tecnológica e de produção.

A globalização acelerou o ritmo de vida e a percepção das pessoas está, há muito, desconectada da velocidade das mudanças. Não tem sido possível acompanhar ou compreender o que acontece e, especialmente, prever o que ocorrerá, mesmo em futuro breve (LEAL, 2009, p. 22).

E quando o mercado possui pessoas qualificadas para atender essas mudanças garante-se o emprego de qualidade e a empresa busca demandar a economia globalizada. O perfil dessas transformações está baseado na flexibilidade e na descentralização das tarefas com foco na diversidade do produto, qualidade no serviço e obtenção do mercado.

Assim, como dito anteriormente, o trabalhador precisa estar em constante adaptação ao mercado, ou seja, dando continuidade nos estudos, o foco não é apenas no conhecimento ou mesmo no desenvolvimento das mesmas tarefas, o aluno precisa formar além do conhecimento, precisa saber fazer, ou seja, conhecer as habilidades da sua área e saber aplicá-las com destreza, ter atitude e valores, para saber tomar decisões corretas, resolver problemas, trabalhar em equipe, dominar a linguagem e escrita, comunicar-se adequadamente, ou seja, uma formação integral tanto voltada para as habilidades do mercado, quanto ao exercício da cidadania.

As novas competências colocarão de maneira muito mais acentuada a importância da educação formal e de complementação profissional, de modo a propiciar a formação integral do trabalhador, através de um processo de educação continuada. Dessa forma, novas habilidades ganham centralidade para a valorização pessoal do trabalhador. A superação da concepção tradicional de tarefa (adestramento) requer formas mais abrangentes e organizadas de aprendizagem, em que o ato de pensar preside o ato de fazer (ALVES, 1997, p. 69).

Com as inovações do mercado de trabalho muitos setores estão sendo automatizados e a mão de obra tem diminuído no emprego formal. Há vagas que estão sendo criadas em pequenas empresas, no emprego temporário, mesmo assim insuficiente, o desemprego é um dos grandes problemas da sociedade brasileira, que acarreta outros problemas sociais.

Para complementar, Alves (2009, p. 23) acrescenta que “cerca de 50% dos desempregados são jovens entre os 16 a 25 anos. Pertencem ao grupo cuja formação técnica (importante) e comportamental (crucial) é deficiente”.

Várias políticas buscam minimizar estes problemas como a redução da jornada de trabalho e conseqüentemente a redução salarial do trabalhador, as escolas técnicas com o oferecimento do ensino técnico integrado ao ensino médio, sendo que os alunos praticamente ficam os dois períodos estudando (manhã e tarde), conseqüentemente um período mais longo na escola e sua formação está voltada para a inserção no mercado de trabalho. Assim sendo, há necessidade de mudanças na legislação trabalhista para incentivar a procura do emprego, percebe-se a indispensabilidade da qualificação, de acordo com Alves (1997), para complementar, Oliveira (2012) propõe que:

O Estado brasileiro potencialize a integração entre a educação profissional e o ensino médio como forma de contribuir para o rompimento da dualidade estrutural entre ambas, visando produzir movimentos no sentido de formar cidadãos capazes de compreender a realidade social, política, cultural e econômica, particularmente do mundo do trabalho, para nela inserir-se com elementos que possibilitem uma atuação ética e competente, técnica e politicamente. Ressalta-se que essa integração fundamentada nos princípios da politecnicidade não deve resultar apenas na formação profissional em seu sentido estrito, embora seja uma das possibilidades. Finalmente, são discutidas algumas das dimensões essenciais que fazem parte de uma política pública destinada à integração entre a educação profissional e o ensino médio como parte do processo de universalização do acesso e conclusão da educação básica com qualidade total (OLIVEIRA, 2012, p. 47 e 48).

As políticas públicas precisam estar focadas para ao incentivo a qualificação profissional e a empregabilidade, formando um profissional com autonomia, crítico, reflexivo, formador de opinião e principalmente exercendo a cidadania. A qualidade na educação pública tem passado por muitas discussões e o mesmo ocorre com a atualização do currículo, que precisam aproximar das mudanças e inovações existentes.

É esta dupla função: preparar para a continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho, que lhe confere ambigüidade, uma vez que esta não é apenas uma questão pedagógica, mas política, determinada pelas mudanças nas bases materiais de produção, a partir do que se define a cada época, uma relação peculiar entre trabalho e educação (KUENZER, 1997, p. 10).

Percebe-se que a qualificação profissional sempre foi focada para a formação técnica, exclusivamente voltada para o saber fazer e conseqüentemente o

engessamento do currículo, essas efetivas mudanças ocorrerão com a participação do governo e trabalhadores nestas decisões.

As instituições de formação profissional têm grande dificuldade de se manterem tecnologicamente atualizadas, o que obriga as empresas a investirem seus recursos próprios, além daqueles compulsoriamente recolhidos para esse fim, na qualificação de seus trabalhadores. Paralelamente, a estratégia das instituições de formação profissional tem sido a de investir em áreas de alta densidade tecnológica, o que consome boa parte de seus investimentos e implica no treinamento de poucos trabalhadores, a um custo elevado (ALVES, 1997, p. 73).

Esta é uma realidade nas escolas técnicas algumas necessitam realizar parcerias com empresas e indústrias que são desenvolvidas tecnologicamente, devido aos laboratórios das escolas em alguns eixos tecnológicos não estarem atualizados e não possuem essa tecnologia de ponta, desta forma realiza as aulas práticas para o desenvolvimento das competências e habilidades nestes espaços cedidos utilizando o convênio e garantindo para o aluno a formação atualizada de acordo com as exigências do mercado de trabalho, e muitas vezes estes alunos têm a oportunidade de fazer estágios nestas empresas/ indústrias, possibilitando uma futura contratação.

O ensino profissional precisa oferecer ao aluno competências, bases tecnológicas e habilidades que possibilite a atuação em diversos ramos do trabalho, na tentativa da conquista do emprego nesta época de crise econômica, recessão e desemprego.

O aluno precisa formar para ser autônomo, ter seu próprio negócio, ou seja, ser empreendedor. “[...] incentivar metodologias de capacitação gerencial e administrativa para aqueles trabalhadores que estarão no setor formal, de modo a possibilitar a gestão de trabalho por conta própria, seja como autônomo, seja por meio de pequenos negócios”. (ALVES, 1997, p. 74).

Reforçando que a formação profissional é fundamental para o desenvolvimento da economia, mas ela não gera o emprego em si. O principal objetivo é a qualificação do trabalhador, para que o mesmo ocupe um emprego de qualidade e com opções para outras oportunidades no mercado, cita Alves (1997).

Visto que a qualificação profissional amplia as capacidades “humanas, intelectivas e de base técnica”, refletindo sobre as condições de direito do trabalhador, sob a responsabilidade do estado, assim sendo, uma política pública para a qualificação, conforme Oliveira (2002, p. 146-147).

Não é diferente com o ensino médio; apenas, neste nível, por ser um caráter intermediário, a elaboração da proposta pedagógica para cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas para cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas exige enfrentamento adequado da tensão entre educação geral e educação específica em busca da síntese historicamente possível de múltiplas determinações infraestruturais e políticas que caracterizam cada momento (KUENZER, 1997, p. 10).

A cada momento é importante para a educação e a relação das políticas públicas para os jovens, há necessidade de uma contribuição mútua, as redes públicas de ensino precisam encontrar soluções para adequar o quadro de professores, investindo em formação continuada, havendo espaço escolar com infraestrutura física e equipamentos. Para Oliveira (2012, p. 69) “[...] Esses aspectos são essenciais e constituintes de uma política pública destinada à integração entre a educação profissional e o ensino médio”.

Assim, para que a educação integrada se torne, efetivamente, política pública, não pode prescindir do envolvimento das distintas esferas de governo, do mesmo modo que exige maior articulação com movimentos sociais, economias locais e sociedade civil em geral (RAMOS, 2011, p. 47).

Infelizmente o desemprego, a precarização do trabalho e a recessão atual são fatos negativos no país, não se pode culpar puramente o jovem por não conseguir um emprego “[...] as verdadeiras razões para a falta de emprego são camufladas e o indivíduo passa a ser o culpado por sua não inclusão no mercado de trabalho”, Gracioli (2016, p. 113).

O ensino integrado se tornará ainda mais forte, quando for uma opção para todo o país. O Governo Estadual e Federal têm investido nesta modalidade de ensino, todavia, ainda precisa ser reconhecida por toda a sociedade e atender as demandas do mundo do trabalho, refletindo no desenvolvimento do currículo de forma regional.

2. O CURRÍCULO DO ENSINO INTEGRADO NO CENTRO PAULA SOUZA

Inicia-se esta seção com a definição de currículo, que nada mais é, o caminho que o professor precisa percorrer para que o aluno consiga construir as competências, habilidades e valores necessários para a sua formação.

O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis. Em virtude desses processos, a discussão em torno do currículo assume cada vez mais lugar de destaque no conhecimento pedagógico (MOREIRA, *et al*, 2012, p. 11).

O Centro Paula Souza juntamente com a Cetec (Unidade do Ensino Médio e Técnico), criou o departamento que tinha como objetivo estudar e analisar os currículos escolares e elaborar e atualizar continuamente os diversos cursos, conhecido como Grupo de Formulação e Análises Curriculares (GFAC), que iniciou em 2008.

A necessidade e pertinência da elaboração de currículo adequado às demandas do mercado de trabalho, à formação profissional do aluno e aos princípios contidos na LDB e demais legislações pertinentes, levou o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, sob a coordenação do Prof. Almério Melquíades de Araújo, Coordenador de Ensino Médio e Técnico, a instituir o “Laboratório de Currículo” com a finalidade de atualizar os Planos de Curso das Habilitações Profissionais oferecidas por esta instituição (CETEC, 2017, p. 08).

. “Desde 1999, o trabalho de elaboração e de reelaboração curricular é contínuo, sobre a face de “Laboratório de Currículo”, junto a especialistas e a instituições públicas e privadas, priorizando a formação de parcerias” (CETEC, 2017, p. 06).

A cada novo paradigma legal da Educação Profissional e Tecnológica, o Centro Paula Souza executa as adequações cabíveis, desde o paradigma imediatamente anterior, da organização de cursos por área profissional, até a mais recente taxonomia de eixos tecnológicos do Ministério da Educação – MEC (CETEC, 2017, p. 07).

A equipe do Laboratório de Currículo realiza as discussões para atualização e/ou criação de uma habilitação profissional, forma-se um grupo de professores especialistas da instituição, como docentes do Centro Paula Souza com formação específica e a Supervisão Educacional para realizar o estudo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), verificando a necessidade do mercado de trabalho e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Este grupo realiza diversos encontros para fazer as análises pertinentes para a construção curricular, em que realiza reuniões para definir a matriz curricular, a divisão do curso por módulo ou série e o plano de curso conforme as necessidades do mercado de trabalho atual. Geralmente, antes de ofertar o curso definitivamente, realiza-se a experiência por meio de piloto em algumas Unidades Escolares pré-determinadas por este grupo, para após a implantação definitiva do curso em todo o estado de São Paulo.

Além de uma análise curricular o grupo também discute as questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, como metodologia de ensino e o processo de avaliação para a construção das competências de acordo com o perfil profissional de conclusão do curso, as habilidades, competências, valores e conhecimentos, que o aluno desenvolve e adquire ao finalizar cada série e ao final do curso, a formação de Técnico em Administração, por exemplo.

Quando se pensa em educação profissional, independentemente de ser o ensino integrado ou ensino técnico a educação profissional deve focar do mesmo modo na formação do aluno para a cidadania, essa é uma preocupação por parte dos responsáveis pela construção do currículo.

A Educação, por sua vez, é um dos mais fundamentais Direitos Humanos. Mas não falamos aqui da educação castradora e alienante, voltada apenas para as necessidades de mercado. A Educação como direito fundamental deve buscar formar verdadeiros cidadãos, críticos, participativos, inquietos e provocadores. (MARTINO; COLOMBAROLI, 2013, p.10).

De acordo com o Plano de Curso Cetec (2017) as áreas de atividades no Ensino Integrado em Administração são: gerenciar os recursos humanos das organizações, controlar a rotina financeira e econômica, planejar produção e materiais, programar logística nas empresas e negociar no mercado internacional, elaborar pesquisas na área profissional, e aplicar competências pessoais. Mas, no subcapítulo seguinte estas informações serão detalhadas, com o objetivo de entender o funcionamento curricular desta modalidade de ensino.

2.1. Organização Curricular e características da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio

De acordo com as informações do Regimento Comum das Etecs, Ceeteps (2013), consta que o curso da modalidade integrada no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, de forma a atender a legislação vigente, ocorre concomitantemente a formação geral e a preparação do aluno para o mercado de trabalho.

No Plano de Curso da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, Cetec (2017), possui informações referentes à construção das competências para a atuação no mercado de trabalho como Técnico em Administração.

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão à atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade (RAMOS, 2011, p. 32).

A Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (Etim de Administração) possui a organização curricular concernente ao Eixo Tecnológico de "Gestão e Negócios", organizadas e separadas em séries e com a formação para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania.

Com a integração do curso, a matriz curricular é constituída em dois segmentos: "os componentes curriculares da Formação Geral (Ensino Médio); os componentes curriculares da Formação Profissional (Ensino Técnico)" (CETEC, 2017, p. 23).

De acordo com o Plano de Curso do Etim de Administração, Cetec (2017), a oferta ocorre em 03 anos, separada em séries, abrangendo 200 dias letivos, com carga horária de 3819 horas mais 120 horas do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Conforme o Plano de Curso, Cetec (2017), consta no início da justificativa e objetiva que o profissional formado na área da administração tem a oportunidade de trabalhar em diversos departamentos de uma empresa, foram citados exemplos, desde a responsabilidade do planejamento estratégico até a organização do plano de carreira, dentre outras possibilidades, como atuar no controle de estoques de matéria-prima, insumo, trabalhar com publicidade, marketing e outros. "O campo de

trabalho é amplo: cerca de metade dos cargos de uma empresa é para funções administrativas. Mas, o mercado é muito competitivo”, conforme Cetec (2017, p. 06).

O Plano de Curso apresenta a realidade do mercado de trabalho para administração no país e a necessidade da melhoria crescente deste setor. Segundo Cetec (2017, p. 06): “As regiões Sul e Sudeste concentram o maior número de empresas que oferecem programas de estágios, enquanto o setor público tem vagas em todo o país”.

Para que um país busque desenvolvimento sustentável e crescimento econômico, deverá ter políticas educacionais que venham a suprir a enorme necessidade de ter em sua sociedade, trabalhadores qualificados e com competência geral e específica (CETEC, 2017, p. 07).

De forma concisa consta durante todo o documento do Plano de Curso, Cetec (2017), que esta habilitação profissional proporciona que o aluno adquira competências para competir no mercado de trabalho bem como de forma autônoma e empreendendo em seu próprio negócio.

Os objetivos do curso possibilitam o aluno o enfrentamento dos desafios relacionados às mudanças sociais e relacionadas ao trabalho; formando técnicos cientes de suas responsabilidades ética e social; fazendo com que compreenda o contexto econômico e social do mundo atual e de seu entorno; formação para empreender; formação para atuar em organizações; desenvolver habilidades administrativas com autonomia; propor ações para as organizações e “aplicar técnicas de planejamento, gestão, avaliação e controle, para inserção no contexto dos serviços administrativos das organizações”, Cetec (2017, p. 08).

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, instituição de desenvolvimento tem como objetivo, trabalhar a fim de que os profissionais que formam possam e tenham capacidade de atuar junto ao mercado de trabalho. No caso do presente currículo, trata-se dos TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO que devem mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, para: saber, poder e querer mudanças quanto à introdução de inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais, visando corrigir distorções nos elos da cadeia de negócios (CETEC, 2017, p. 07).

Para buscar a formação do aluno autônomo, crítico e participativo na sociedade, a formação geral, que corresponde ao Ensino Médio, é composta pelos componentes curriculares da Base Nacional Comum e a Parte Diversificada, com o objetivo relacionado (CETEC, 2017, p. 23-24):

Ao desenvolvimento do aluno em seus aspectos físico, intelectual, emocional e moral; a formação da sua identidade pessoal e social; a sua inclusão como cidadão participativo nas comunidades onde atuará; a incorporação dos bens do patrimônio cultural da humanidade em seu acervo cultural pessoal; a fruição das artes, da literatura, da ciência e das tecnologias; a preparação para escolher uma profissão e formas de atuar produtiva e solidariamente na sociedade; a aquisição de bases científicas requisitadas pelas bases tecnológicas que constituem a organização curricular da parte técnica.

Relevante mencionar que para a construção das competências supramencionadas da Formação Geral (Ensino Médio), são as mesmas para todos os componentes curriculares, diferente da Formação Profissional, que cada disciplina possui suas competências, conforme cada base tecnológica. E são apresentadas por série ao final da relação das competências.

A seleção dos que serão trabalhados em uma ou outra série dependerá da integração que se fará, por meio de projetos interdisciplinares, entre os diversos componentes de uma mesma área de estudos, de áreas diferentes e das partes constituintes da Formação Geral (Ensino Médio) com as constituintes da Formação Profissional, neste último caso relacionando bases científicas com bases tecnológicas e teoria com a prática em atividades na área de ADMINISTRAÇÃO. Também o destaque dado aos Valores e Atitudes se justifica porque, desenvolvê-los é um dos objetivos importantes do curso (CETEC, 2017, p. 24).

Desta forma, conforme Cetec (2017), todas as competências previstas e que o aluno precisa adquirir ao longo das 03 séries. Para a formação de Técnico em Administração são elas: possuir visão sistêmica da organização para conseguir identificar e solucionar as situações problemas; entender e saber aplicar sobre as questões da gestão financeira, resolver cálculos, interpretar e elaborar as planilhas de cálculos, definir preços e organizar os orçamentos; compreender a área de produção e materiais; ser um profissional adaptável, ou seja, transferindo a experiência da vida para o campo da profissão; ter habilitação para desenvolver o planejamento, execução e avaliação dos projetos, utilizando a gestão organizacional; compreender a legislação relacionada à produção, prestação de serviços e de comercialização; saber aplicar a sustentabilidade na empresa; conhecer sobre relacionamento interpessoal com o apoio das tecnologias da informação e comunicação; conhecer as terminologias das organizações e aplicar corretamente a língua portuguesa e inglesa e "utilizar os instrumentos de planejamento, bem como executar, controlar e avaliar os procedimentos dos ciclos:

de pessoal, de recursos materiais, tributários, financeiros, da produção, da higiene e segurança do trabalho e da logística empresarial" (CETEC, 2017, p. 12).

Ao concluir o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio como também há no currículo o Ensino Médio, o discente deve ser capaz de:

1. Dominar Linguagens – dominar basicamente a norma culta da língua portuguesa e saber usar as diferentes linguagens para se expressar e se comunicar;
2. Compreender Fenômenos – construir e aplicar conceitos das diferentes áreas do conhecimento de modo a investigar e compreender a realidade;
3. Resolução de Problemas – selecionar, organizar, relacionar e interpretar dados e informações, trabalhando-os contextualizadamente para enfrentar situações-problema e tomar decisões;
4. Construir Argumentos – organizar informações e conhecimentos disponíveis de forma a argumentar consistentemente;
5. Elaborar Propostas – recorrer a conhecimentos desenvolvidos para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade (CETEC, 2017, p. 12 e 13).

Conforme Silva (2013), a concepção de currículo integrado iniciou com o Decreto nº 5.154/2004, orientando sobre as recomendações para articular a produção integrada.

A integração entre conhecimentos científicos e tecnológicos implicaria, assim, a superação da simples justaposição das disciplinas e implicaria também na tentativa de promover uma articulação entre saber científico e saber técnico com vistas a não reprodução da dualidade, marca histórica das relações entre formação científica e formação para o trabalho no âmbito do nível médio de ensino [...] (SILVA, 2013, p. 177).

Na continuidade da citação de Silva (2013, p. 177) comenta-se sobre a questão da configuração do currículo integrado, que há necessidade de entender o significado da integração, de forma simultânea entre os conhecimentos, tanto na formação geral quanto na formação profissional.

Os alunos na formação integrada possuem capacidade para concorrer de igual para igual no mercado de trabalho, sabendo atuar com competência do Técnico em Administração e na atuação como cidadão autônomo, capaz de comunicar, planejar, entender o processo histórico da sociedade e intervir na realidade de forma solidária.

Para a concepção da cidadania os docentes tanto do Ensino Médio quanto da formação profissional necessitam de orientação e capacitação para buscar este objetivo, dado que são eles que estão vivenciando a docência diretamente em sala de aula.

A Educação, por sua vez, é um dos mais fundamentais Direitos Humanos. Mas, não falamos aqui da educação castradora e alienante, voltada apenas para as necessidades de mercado. A Educação como direito fundamental deve buscar formar verdadeiros cidadãos, críticos, participativos, inquietos e provocadores (MARTINO; COLOMBAROLI, 2013, p. 10).

De acordo com o Plano de Curso da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, dito anteriormente, o curso é oferecido em 03 séries, sendo elas: 1ª série, 2ª série e 3ª série e em cada uma delas, após a sua conclusão, há uma qualificação, conforme figura do itinerário formativo:

Figura 02: Itinerário Formativo



Fonte: Cetec, 2017, p. 25.

Conforme informações do Plano de Curso do Etim de Administração, Cetec (2017), o itinerário formativo do curso possui carga horária total corresponde a 3819 horas, mais 120 de trabalho de conclusão de curso (TCC) e o aluno usufrui da certificação de Técnico em Administração ao finalizar a 3ª série. Na 1ª série o aluno possui a Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de Auxiliar Administrativo, correspondendo a 1307 horas. Na 2ª série o aluno dispõe da Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de Assistente Administrativo com carga horária de 2579 horas.

O currículo da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio foi organizado para atender o que determina:

Lei Federal n.º 9394, de 20-12-1996; Lei Federal n.º 11741/2008; Resolução CNE/CEB n.º 1, de 5-12-2014; Resolução CNE/CEB n.º 6, de 20-9-2012; Resolução CNE/CEB n.º 2, de 30-1-2012; Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13-7-2010; Resolução SE n.º 78, de 7-11-2008; Decreto Federal n.º 5154, de 23-7-2004, assim como as competências profissionais que foram identificadas pelo Ceeteps, com a participação da comunidade escolar (CETEC, 2017, p. 23).

Em referência aos perfis profissionais das qualificações o aluno que finalizar a 1ª série terá “Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de Auxiliar Administrativo”:

O AUXILIAR ADMINISTRATIVO é o profissional que executa serviços de apoio nas organizações auxiliando as diversas áreas; presta atendimento a clientes e fornecedores, atua no processo de comunicação organizacional tratando de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; participa das atividades e rotinas administrativas (CETEC, 2017, p. 16).

As atribuições e responsabilidades estão correlacionadas a assessorar a empresa, conforme seus objetivos; saber lidar com as mudanças organizacionais; conhecer o processo de elaboração dos organogramas e fluxograma; saber aplicar no planejamento estratégico, tático e operacional; entender os cálculos e determinação dos preços de produtos e serviços; aplicar técnicas de vendas; assessorar nas estratégias de *marketing*, ter ciência sobre tecnologia ambiental; utilizar ferramenta de informática para aplicar nas rotinas administrativas; atuar com ética profissional; competência para preencher contratos; comunicar-se adequadamente (escrita e oral); preparar a rotina administrativa e zelar no ambiente de trabalho de forma sustentável.

As áreas de atividades – A. Auxiliar na elaboração do planejamento empresarial; B. Implementar políticas e estratégias de *marketing*; C. Atuar de acordo com os preceitos da ética no trabalho; D. Utilizar a informática como ferramenta essencial ao funcionamento das diversas funções administrativas; E. Elaborar documentos para a comunicação interna e externa na atividade empresarial; F. Controlar rotina administrativa; G. Atender clientes e H. Demonstrar competências pessoais (CETEC, 2017, p. 17-19).

Quando o aluno finalizar a 2ª série tem a Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de Assistente Administrativo:

O ASSISTENTE ADMINISTRATIVO é o profissional que organiza e executa as atividades relativas às rotinas das funções de planejamento e organização nas diversas áreas da Administração, compreendendo sua importância e suas implicações (CETEC, 2017, p. 19).

As atribuições e responsabilidades elencadas no plano de curso, Cetec (2017), foram: executar atividades relacionadas aos recursos humanos, incluindo remuneração; comercialização de produtos e serviços; trabalhar o pós-venda; analisar o mercado para tomar decisões de demanda de produto e serviço; definir a distribuição de produtos de acordo com o mercado; identificar o Direito Público do

Privado; apurar as questões tributárias recolhidas aos poderes públicos; auxiliar no controle do patrimônio da organização; realizar as atividades em busca de resultados; identificar e estimular o empreendedorismo; trabalhar o processo de inovação com o objetivo de planejar um empreendimento de sucesso.

A área de atividades previstas na 2ª série corresponde a:

A – Executar rotinas de apoio na área de recursos humanos; B. Preparar cálculos e planilhas; C. Proceder conforme as leis de direito; D. Registrar atos e fatos contábeis; E. Executar operações contábeis e de custos; F. Desenvolver procedimentos para uma gestão empreendedora e de inovação (CETEC, 2017, p. 20-22).

Na 3ª série o aluno possui a certificação em Técnico em Administração, conforme o Plano de Curso (CETEC, 2017, p. 10):

O Técnico em Administração é o profissional que adota postura ética na execução da rotina administrativa, na elaboração do planejamento da produção e materiais, recursos humanos, financeiros e mercadológicos. Realiza atividades de controles e auxilia nos processos de direção utilizando ferramentas da informática básica. Fomenta ideias e práticas empreendedoras. Desempenha suas atividades observando as normas de segurança, saúde e higiene do trabalho, bem como as de preservação ambiental.

Ao finalizar a 3ª série o aluno será capaz de ingressar no mercado de trabalho para desenvolver várias atividades, seja em "instituições públicas, mistas, privadas e do terceiro setor" (CETEC, 2017, p. 11).

Constam no Plano de Curso Cetec (2017) as atribuições e responsabilidades das áreas de atividades e os perfis profissionais das qualificações quando o aluno finalizar a 3ª série como concluinte da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio conseguirá:

1. Expressar-se com autonomia, clareza, precisão e adequadamente conforme o contexto em que se dá a comunicação; 2. Planejar, executar, acompanhar e avaliar projetos; 3. Compreender e avaliar o papel histórico dos diferentes atores sociais; 4. Propor ações de intervenção solidária na realidade (CETEC, 2017, p. 13).

Quando o aluno finaliza o curso o diploma expedido condiz com Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, consoante "[...] exigências relativas ao cumprimento do currículo previsto para o curso" (CETEC, 2017, p. 161).

O capítulo X do Regimento Comum das Etecs (2013) consiste nos diplomas e certificados, conforme:

Artigo 82 - Ao aluno concluinte de curso com aproveitamento será conferido ou expedido: I - diploma de técnico, quando se tratar de habilitação profissional, satisfeitas as exigências relativas: a) ao

cumprimento do currículo básico do curso e do estágio supervisionado, se obrigatório e b) à apresentação de certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente; II - certificado de conclusão de módulo ou curso, tratando-se de: a) módulos de curso técnico; ou b) cursos de Formação Inicial ou Continuada ou Qualificação Profissional, conforme previsto na legislação; III - certificado: a) de conclusão de Ensino Médio, para fins de prosseguimento de estudos; b) outros, conforme previsto no caput do artigo 6º, identificando o curso realizado, contendo os conteúdos desenvolvidos e a carga horária cumprida (CEETEPS, 2013, p. 18).

Ao concluir a 3ª série o aluno receberá o Diploma de Técnico em Administração, que poderá exercer a profissão e a continuidade dos estudos em nível superior. A validade da certificação e do diploma é nacional.

No Plano de Curso do Etim de Administração há dois tipos de matrizes curriculares, a primeira sem oferta do componente curricular de Língua Moderna – Espanhol, ele ocorre por meio de projetos no CEL (Centro de Estudos Linguísticos) ou utilizando o Projeto de HAE (horas de atividades específicas), ambos não obriga o aluno frequentar, ele tem a opção de participar do projeto ou não.

A segunda matriz curricular consta o oferecimento deste componente curricular na 2ª série com carga horária de 80 horas/ aula, neste caso, o aluno é obrigado a frequentar. Esta decisão depende da situação de cada Unidade Escolar, pois, caso ela tenha um professor contratado (por concurso) de Letras com habilitação em Espanhol, a escola opta por componente curricular (2ª matriz curricular), caso contrário a equipe gestora define se a oferta será por CEL, se o município oferecer ou Projeto HAE.

A título de informação as horas/aula do ensino integrado para o cumprimento curricular correspondem 50 minutos.

Detalhando a matriz curricular Cetec (2017, p. 27) que foi anexada ao final da dissertação, seguindo a ordem de apresentação consta os componentes curriculares de: “Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional” e “Matemática” ofertados nas 03 séries, cada um com 160 horas/aula, totalizando 480 horas/aula em cada disciplina, elas são as que possuem maior carga horárias de horas/aula; “Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional”, com 80 horas/aula em cada série, totalizando 240 horas/aula; “Artes” que é apenas ofertado na 1ª série com 120 horas/aula; “Educação Física” que está previsto nas 03 séries, com 80 horas/aula em cada série, sendo o total de 240 horas/aula; “Aplicativos Informatizados” que faz parte da formação profissional com aulas integralmente

práticas e que ocorre na 1ª série com 80 horas/aula; “História” oferecido nas 03 séries com carga horária total de 240 horas/aula, sendo distribuídos em 80 horas/aula; “Geografia” possui a mesma oferta do componente curricular de História; assim como “Física”; “Química” e “Biologia”; “Filosofia” é ofertado nas 03 séries, com carga horária de 40 horas/aula, totalizando 120 horas/aula; “Sociologia” ocorre igual a Filosofia; “Gestão Empresarial” e “Técnicas Organizacionais” são ofertados da mesma maneira, ou seja, apenas na 1ª série com 80 horas/aula; “Administração de Marketing” realizado na 1ª série com 120 horas/aula; “Ética e Cidadania Organizacional” acontece na 1ª série totalizando 40 horas/aulas; “Gestão de Pessoas I e II”, respectivamente oferecidos nas 2ª série e 3ª série com um com carga horária de 120 horas/aula, totalizando 240; “Cálculos Financeiros e Estatísticos”; “Legislação Empresarial” e “Gestão Empreendedora e Inovação” são ofertados na 2ª série, cada um com 80 horas/aula; “Custos Processos e Operações Contábeis” ocorre na 2ª série com 120 horas/aula; “Gestão Financeira e Econômica”; “Gestão de Produção e Materiais” e “Legislação Empresarial” são ofertados na série final com 80 horas/aula em cada um e finalizando com “Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração”, na 3ª série com 80 horas/aula, sendo 100% prática, ou seja, realizada no laboratório de informática.

Com a realização de todos estes componentes curriculares presentes nas 03 séries, com resultados satisfatórios (menções R - regular; B - bom e MB - muito bom) e presença acima de 75%, conforme o Regimento Comum das Escolas Técnicas (2013), o discente finaliza o curso com o diploma de Técnico em Administração.

2.1.1. Requisitos de Acesso

O Centro Paula Souza realiza semestralmente o processo classificatório conhecido como Vestibulinho. Contudo, no caso da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio ocorre uma vez ao ano, na maioria das vezes, ao final do ano letivo, com início das aulas no ano seguinte. Excepcionalmente no Vestibulinho do ano de 2018 ocorreu um atraso e a

prova aconteceu no dia 21 de janeiro. E a divulgação deste processo sempre ocorre, devido ao Artigo 45 do Regimento Comum das Etecs:

Artigo 45 - Será garantida divulgação pública da abertura de inscrições para ingresso nos cursos e programas oferecidos pelas Etecs, com indicação dos requisitos, condições e sistemática do processo (CEETEPS, 2013, p. 11).

Para que o candidato possa prestar este processo classificatório para ingressar no ensino integrado, o mesmo precisa ter concluído do Ensino Fundamental ou equivalente.

Analisando o quadro da “Lista de Vestibulinho” que consta no site do Banco de Dados da Cetec (2018) no 1º semestre de 2018 foram inscritos 23.635 candidatos, sendo ofertadas 5.366 vagas com demanda correspondente a 4,40 candidatos por vaga. Na Supervisão Educacional Pedagógica Regional – Ribeirão Preto foram 1.592 inscritos para 440 vagas, a demanda condiz a 3,62 candidatos/vaga, considerado relativamente um curso concorrido.

Há também a possibilidade de ingressar no curso nas demais séries (2ª e 3ª), “o acesso as demais séries ocorrerá por avaliação de competências adquiridas no trabalho, por aproveitamento de estudos realizados ou por reclassificação” (CETEC, 2017, p. 10).

Artigo 43 - Observadas as normas do sistema de ensino, as Etecs poderão avaliar, reconhecer e certificar competências adquiridas pelo interessado em: I - componentes curriculares ou cursos, concluídos com aproveitamento e devidamente comprovados, na própria escola ou em outras escolas; II - em estudos realizados fora do sistema formal de ensino; III - no trabalho ou na experiência extraescolar (CEETEPS, 2013, p. 11).

As competências demonstradas pelo aluno no processo de aproveitamento de estudos, “[...] poderão ser aproveitadas pelo aluno para fins de classificação ou prosseguimento de estudos” (CEETEPS, 2013, p. 11).

§ 4º – Na educação profissional, serão utilizados como referência no processo de avaliação, reconhecimento e certificação de competências o plano de curso e o perfil profissional de conclusão da qualificação profissional ou da habilitação profissional de técnico (CEETEPS, 2013, p. 11).

O inciso do parágrafo 4º supramencionado se aplica na liberação dos componentes curriculares do Ensino Médio e conseqüentemente do Ensino Médio Integrado.

Para que ocorra o processo de aproveitamento de estudos e da avaliação do reconhecimento e da certificação de competências, segundo Ceeteps (2013), a direção da Unidade Escolar designa uma comissão de três professores que irão definir a metodologia de avaliação e os instrumentos, podendo ter prova escrita, prova prática, entrevista, antecipando-se de análise documental do histórico escolar do aluno e experiências profissionais e assim emitindo parecer conclusivo conforme as competências adquiridas. Deste modo, a comissão de professores após análise das avaliações realizadas pelo candidato a vaga, determinará a dispensa dos componentes curriculares, seja parcial ou total, para que o aluno dê continuidade nos estudos na série ou módulo determinado.

2.1.2. O Processo de Avaliação no Centro Paula Souza e o Sistema Acadêmico (NSA)

A avaliação no Centro Paula Souza ocorre por meio da competência representada por menções (MB – muito bom; B – bom; R – regular e I – insatisfatório) a Supervisão Educacional Pedagógica Regional juntamente com a equipe gestora da Unidade Escolar orientam adequação da metodologia da avaliação e principalmente constituindo o processo de ensino-aprendizagem. Que deve ser considerada como um “termômetro” do trabalho docente, em busca da pertinência metodológica em sala de aula.

Durante o curso o aluno constroi as competências, conhecimentos, habilidades e valores na sua formação, pois, o principal objetivo da formação profissional é encaminhamento destes alunos para o mercado de trabalho e/ ou continuidade dos estudos. Destarte, a avaliação não pode ser utilizada como punição para o aluno, ela deve fazer parte do processo de ensino.

As orientações quanto à avaliação no Etim de Administração no que consta no Plano de Curso, capítulo 06, Cetec (2017), faz o docente refletir e buscar a avaliação de forma contínua e acumulativa e que o aluno tem o direito à

recuperação durante o ano/ semestre letivo, para assim evitar a progressão parcial² ao final da 1ª série e 2ª série.

De acordo com o Regimento Comum das Etecs (2013) o objetivo do processo de avaliação é diagnosticar o conhecimento do aluno para subsidiar o processo de ensino-aprendizagem para fazer com que o aluno construa as competências, habilidades e valores:

Artigo 66 - A avaliação no processo de ensino e aprendizagem tem por objetivos: I - diagnosticar competências prévias e adquiridas, as dificuldades e o rendimento dos alunos; II - orientar o aluno para superar as suas dificuldades de aprendizagem; III - subsidiar a reorganização do trabalho docente; IV - subsidiar as decisões do Conselho de Classe para promoção, retenção ou reclassificação de alunos.

Durante o ano letivo os alunos são avaliados continuamente o professor é orientado a realizar o acompanhamento da frequência, a diversificação das atividades avaliativas, garantindo a realização da recuperação contínua para que o aluno construa as competências necessárias para evitar uma progressão parcial para próxima série/ módulo ou até mesmo retido.

Artigo 67 - A verificação do aproveitamento escolar do aluno compreenderá a avaliação do rendimento e a apuração da frequência, observadas as diretrizes estabelecidas pela legislação (CEETEPS, 2013, p. 15).

O Coordenador de Curso possui um papel essencial no acompanhamento e orientação do trabalho do docente, tanto no processo de ensino-aprendizagem, quanto no processo de avaliação do aluno e da turma, verificando por meio dos registros realizados no plano de trabalho docente, diário de classe e ficha de menção individual, as atividades avaliativas realizadas, os critérios de avaliação, os instrumentos aplicados e o rendimento escolar do aluno em cada componente curricular e ao final deste processo realizar uma análise global do rendimento escolar do aluno e da classe.

Artigo 68 - A avaliação do rendimento em qualquer componente curricular: I - será sistemática, contínua e cumulativa, por meio de instrumentos diversificados, elaborados pelo professor, com o acompanhamento do Coordenador de Curso e II - deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes situações de aprendizagem, considerados os objetivos propostos para cada uma delas. Parágrafo

² A progressão parcial corresponde a uma dependência, ou seja, o aluno ele pode prosseguir seus estudos na série ou módulo seguinte e realizar as disciplinas que ele não construiu as competências necessárias. Porém, o aluno poderá ficar de progressão parcial em no máximo três disciplinas, caso contrário ele é retido.

único - Os instrumentos de avaliação deverão priorizar a observação de aspectos qualitativos da aprendizagem, de forma a garantir sua preponderância sobre os quantitativos (CEETEPS, 2013, p. 15).

No Regimento Comum das Escolas Técnicas (2013) a avaliação do rendimento escolar do aluno ocorre conforme o artigo 69 do Regimento Comum das Etecs:

Artigo 69 – As sínteses de avaliação do rendimento do aluno, parciais e finais, elaboradas pelo professor, serão expressas em menções correspondentes a conceitos, com as seguintes definições operacionais (CEETEPS, 2013, p.16).

No Centro Paula Souza o resultado do rendimento escolar do aluno é apresentado por meio do desempenho da construção das competências por componente curricular e é demonstrado utilizando as menções: MB (Muito Bom); B (Bom); R (Regular) e I (Insatisfatório).

§ 1º - As sínteses parciais, no decorrer do ano/semestre letivo, virão acompanhadas de diagnóstico das dificuldades detectadas, quando houver, indicando ao aluno os meios para a recuperação de sua aprendizagem. § 2º - As sínteses finais de avaliação, elaboradas pelo professor após concluído cada módulo ou série, expressarão o desempenho global do aluno no componente curricular, com a finalidade de subsidiar a decisão sobre promoção ou retenção pelo Conselho de Classe (CEETEPS, 2013, p. 16).

Atualmente, a maioria das escolas técnicas possui um sistema de registro acadêmico, podendo ser o NSA (Novo Sistema Acadêmico) ou o SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica), nestes sistemas os professores registram a frequência do aluno, as aulas ministradas com as bases tecnológicas e a metodologias utilizadas, registram as avaliações, inserem o plano de trabalho docente dentre outros. O aluno e pais/ responsáveis têm livre acesso ao sistema, por meio de senhas individuais, e consegue acompanhar a vida escolar do aluno, a frequência global, a frequência por componente curricular e outros.

Artigo 70 - Os resultados da verificação do rendimento do aluno serão sistematicamente registrados, analisados com o aluno e sintetizados pelo professor numa única menção.

Parágrafo único - O calendário escolar preverá os prazos para comunicação das sínteses de avaliação aos alunos e, se menores, a seus responsáveis (CEETEPS, 2013, p. 16).

É previsto em calendário escolar homologado pela Supervisão Educacional Pedagógica Regional e Direção da Unidade Escolar, os conselhos de classe intermediários, que ocorrem bimestralmente, durante o ano sendo divididos em 1º

bimestre (em torno do início do mês de abril), 2º bimestre (em julho) e 3º bimestre (em setembro) e ao final do ano letivo, ocorre o conselho de classe final, no qual são apresentados os resultados.

O conselho de classe é aberto à comunidade escolar os representantes e vice-representantes discentes são convidados a participar, contanto com a presença de pelo menos 50% + 1% dos docentes, este é o quórum mínimo para ocorrer o Conselho de Classe (intermediário e/ou final).

Artigo 72 - Os professores reunir-se-ão para estudo e reflexão do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, por classe, série/módulo ou área, durante o semestre letivo, conforme previsto em calendário escolar (CEETEPS, 2013, p. 16).

No Ensino Médio e no Ensino Integrado a maioria dos alunos é menor de idade, desta maneira, após a análise e decisão do Conselho de Classe os pais e/ ou responsáveis são comunicados para reunião, onde tomam ciência dos resultados do desempenho escolar dos filhos, sendo orientados para estudos de recuperação contínua e outros meios, essas reuniões ocorrem mesmo os pais tendo acesso ao sistema acadêmico.

Artigo 71 - Ao aluno de rendimento insatisfatório durante o semestre/ano letivo, serão oferecidos estudos de recuperação.

§ 1º - Os estudos de recuperação constituir-se-ão de diagnóstico e reorientação da aprendizagem individualizada, com recursos e metodologias diferenciados. § 2º - Os resultados obtidos pelo aluno nos estudos de recuperação integrarão as sínteses de aproveitamento do período letivo (CEETEPS, 2013, p. 16).

O objetivo principal da escola é fazer com que o aluno construa conhecimentos e competências necessárias para sua formação, deste modo, quando o aluno apresenta dificuldade de aprendizagem em determinado componente curricular, o professor é orientado a realizar estudos de recuperação contínua, recomendado a realizar este processo utilizando instrumentos diversificados quando comparado com a avaliação inicialmente realizada e que o aluno não alcançou a aprendizagem necessária para sua formação. Desta forma, o aluno consegue adquirir um melhor resultado e substituir o resultado insatisfatório para continuidade nos estudos.

As escolas, atualmente, possuem o Coordenador de Projetos responsável pela Orientação e Apoio Educacional³, conhecido como Orientador Educacional,

³ O Orientador Educacional é um professor afastado das aulas com Projeto HAE e que no ano de 2018 os projetos foram focados para a redução do índice de evasão dos cursos modulares.

este profissional tem organizado juntamente com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, grupos de monitoria de estudos, os alunos que possuem bom rendimento escolar auxiliam os que estão com dificuldade, valorizando os bons alunos e fazendo um papel integrador na comunidade escolar.

Artigo 44 – O aluno retido em qualquer módulo da educação profissional ou série do Ensino Médio poderá optar por cursar apenas os componentes curriculares em que foi retido, ficando dispensado daqueles em que obteve promoção, mediante solicitação do próprio aluno ou, se menor, de seu responsável legal (CEETEPS, 2013, p. 11).

No conselho de classe final, o aluno que ficar retido em qualquer série (Ensino Médio e Ensino Integrado) ou módulo (Ensino Técnico) poderá cursar somente os componentes curriculares que ficaram com menção insatisfatória. Está previsto no regimento escolar, de acordo com o artigo 71, Ceeteps (2013), que os professores deverão reunir-se com a Coordenação de Curso para verificar o processo de ensino-aprendizagem de cada classe, durante o semestre/ano letivo de acordo com o calendário escolar da Unidade Escolar.

Com relação ao processo de avaliação, conforme o Regimento Comum das Etecs (2013), o professor procura deixar expresso o critério de avaliação de aprendizagem, fazendo com que o aluno entenda o porquê ele está sendo avaliado, de que forma ele será avaliado.

As Coordenações de Curso e Pedagógica orientam os professores na definição dos critérios para o processo de avaliação, posteriormente o professor seleciona uma atividade avaliativa associando com as competências para formação do aluno. O critério é o primeiro passo para planejar o processo de avaliação, conforme dicionário Michaelis, *on line*, o significado da palavra critério.

1 Padrão que serve de base para avaliação, comparação e decisão. 2 Poder de discernimento. 3 Atividade mental que leva à elaboração de padrões, a deduções e a conclusões. 4 Faculdade que permite julgar, discernir e agir com bom senso e equilíbrio. 5 FILOS Conceito utilizado nas distinções cognitivas e éticas. 6 FILOS Exercício da razão para a avaliação de pessoas ou coisas (MICHAELIS, 2017, sn).

Os critérios de avaliação são as referências para definir a avaliação do componente curricular, o aluno precisa estar ciente em que será avaliado para depois entender os resultados e para o professor uma oportunidade de adequar a aprendizagem conforme o perfil da classe.

A complexidade da avaliação da aprendizagem exige um esforço conjunto de todos os atores educativos, principalmente quando se pressupõe que a escola existe para a promoção do sucesso educativo, conforme Pacheco (2002, p. 57).

Conforme Pacheco (2002) o critério de avaliação é uma forma de verificar o conhecimento do aluno, julgando, comparando e apreciando as aprendizagens. É necessário refletir sobre o instrumento que será aplicado para avaliar, ou seja, o objeto de avaliação e os parâmetros para as outras análises de comparação, a definição dos critérios e verificação da aprendizagem. [...] “Não é possível avaliar com rigor e objetividade, nem tão pouco valorizar a dimensão formadora, se os professores e os órgãos escolares não estabelecerem formas justas de julgar o que os alunos fazem no interior da escola” (PACHECO, 2002, p. 57).

A escola necessita deixar claro para o aluno os critérios de avaliação e as regras do processo de avaliação. Para Pacheco (2002, p. 57), “[...] Trata-se de um jogo que implica a apropriação de critérios, na medida em que estes resultam da participação de todos”.

Pacheco (2002, p. 57) comenta que não adianta apresentar um “receituário” de critérios, que cada escola, de acordo com suas necessidades e atendendo a seu público, realiza este planejamento, buscando ações e princípios no quesito da avaliação.

O Centro Paula Souza trabalha exatamente desta forma, deixando em aberto para que a comunidade escolar defina os critérios, e o aluno ciente para realização da avaliação.

[...] a avaliação exige um compromisso plural para que a relação do aluno com o saber não seja ditada pelo pragmatismo de aprender para o teste, não hesitamos em tornar pública a visão do problema, ou seja, dizer que a aprendizagem exige critérios bem definidos, competindo aos conselhos de docentes, aos departamentos curriculares e aos coordenadores de ciclo procurar princípios globais de ação dos professores, e tornando possível que os encarregados de educação e os alunos entendam a avaliação como um ato de responsabilidade e de utilidade educativa e social (PACHECO, 2002, p. 57).

Recomenda-se que antes de aplicar a avaliação o professor converse com os alunos e explique o porquê eles estão sendo avaliados, explanando os conhecimentos, habilidades e competências da avaliação, de que forma eles estão sendo avaliados, os instrumentos e metodologias utilizadas.

Para visualizar este processo consta no registro pedagógico referente ao Plano de Trabalho Docente (PTD) baseado no modelo do Ensino Integrado,

apresentado no quadro III - Plano de Avaliação de Competências, que segue abaixo (CETEC, 2017, p. 03):

Figura 03: Parte do Plano de Trabalho Docente – Formação Geral

III - Plano de Avaliação de Competências

Competência	Instrumento(s) e Procedimentos de Avaliação	Crítérios de Desempenho	Evidências de Desempenho
	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa e apresentação escrita / oral • Elaboração de Projetos Técnicos • Relatórios de práticas / ensaios / experimentos • Relatório de trabalho de campo e estudos do meio • Avaliação escrita individual • Estudo de caso • Observação direta • Sinopses de consultas bibliográficas • Seminários • Simulações • Autoavaliação • Portfólios • Entrevistas 	<p>Crítério pode ser definido como um parâmetro de qualidade estabelecido para o julgamento de ações e de produtos realizados. Exemplos: precisão, clareza, coesão, rapidez, criticidade e complexidade a partir dos quais o desempenho do aluno será avaliado. Para isto, será necessário definir, previamente, um ou mais padrões de desempenho do aluno no desenvolvimento da competência e a organização de situações que lhe permitam demonstrá-la.</p>	<p>Nas "Evidências de Desempenho" será descrito o resultado final esperado do desempenho do aluno. Serão indicados os elementos que atestam (evidenciam) que o aluno domina a competência pela qual está sendo avaliado. Ou seja, a evidência é a resposta às solicitações da avaliação, de acordo com os critérios de desempenho e os indicadores de domínio.</p>

Fonte: Quadro do Plano de trabalho docente. Disponível em <<http://www.cps.sp.gov.br/cetec/geped/ptd/2017/etim/etim.asp>>. Acesso em: 20 de maio de 2017

Neste espaço o professor tem a oportunidade de apresentar o processo de avaliação durante todo o ano letivo, separando por competência, conforme o componente curricular, definindo os instrumentos e procedimentos de avaliação, sendo recomendado que seja diversificado, determinando os critérios de desempenho, que de forma simples é o que se espera do aluno e as evidências de desempenho, no qual o aluno precisa demonstrar que construiu a competência relacionada na primeira coluna do quadro acima.

No artigo 68 do Regimento Comum das Escolas Técnicas (2013) consta que a avaliação do rendimento do aluno nos componentes curriculares, precisa ser elaborada pelo docente, deve ocorrer de forma sistemática, contínua e cumulativa. Utilizando-se de instrumentos diversificados e que o Coordenador de Curso realiza estes acompanhamentos e orientações quando for necessário.

A avaliação deverá refletir sobre o desempenho escolar do aluno nas diferentes formas de aprendizagem, conforme os objetivos colocados para cada avaliação. Nesta dissertação também há o parágrafo único, que cita sobre os instrumentos de avaliação, que ao planejar a avaliação o docente precisa focar na observação das referências qualitativas na aprendizagem do aluno, de forma a garantir sua preponderância sobre os quantitativos.

[...] aprender é, sem dúvida, dominar conteúdos, mas, também mobilizar esses saberes para o domínio de competências acadêmicas. Não estamos longe do brasão que identifica a escola de qualidade porque avaliar pressupõe o exercício de uma autoridade por parte do professor nas áreas curriculares disciplinares (PACHECO, 2002, p. 59).

Tendo como exemplo, ao receber uma avaliação escrita é essencial que o professor monte um “cabeçalho” com as informações necessárias para o aluno, com o objetivo da avaliação, o conhecimento/ bases tecnológicas/ competências e habilidades, que o aluno precisa demonstrar na atividade avaliativa e os critérios em que será avaliado.

A avaliação no processo de ensino-aprendizagem está diretamente relacionada aos registros pedagógicos e acadêmicos, para isso, as Escolas Técnicas, desde 2015, passaram a adotar plataformas *on line* de sistema acadêmico, as escolas do Centro Paula Souza utilizam dois tipos deles: SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica) e o NSA (Novo Sistema Acadêmico).

Nestes sistemas os professores registram a frequência dos alunos, as bases tecnológicas/ conhecimentos, metodologia de ensino, avaliação, recuperação contínua e recentemente os professores passaram a anexar o Plano de Trabalho Docente. Os conselhos de classe intermediários e final são realizados baseados nas informações que os professores registram neste sistema. Ou seja, a vida escolar do aluno e o processo de ensino-aprendizagem ficam disponibilizados para a equipe gestora, alunos e pais de alunos.

Assim como a comunidade escolar tem acesso a estas informações a equipe da Supervisão Educacional Pedagógica Regional - Ribeirão Preto também acessa estes dados por meio de *login* e senha das 19 Etecs pertencentes à regional, no caso todas as escolas possuem o NSA.

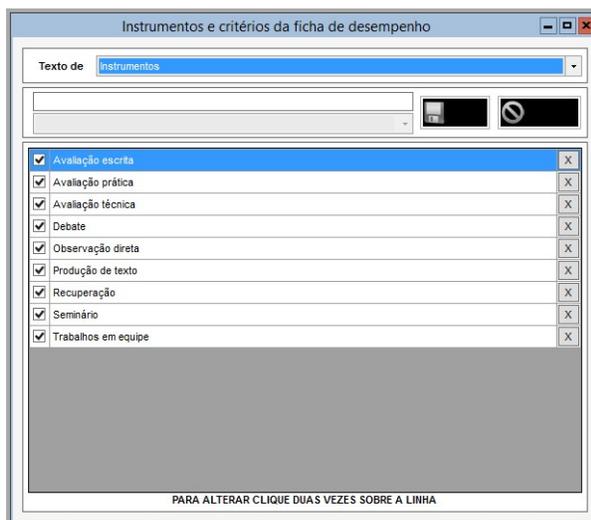
Segue abaixo figura do quadro de “Instrumentos e Critérios da Ficha de Desempenho” do NSA, que se refere ao processo de avaliação, que consta informações sobre os instrumentos de avaliação. A orientação realizada para o docente é que o necessita preencher estas informações a cada avaliação aplicada ao aluno.

Cada Unidade Escolar tem a oportunidade de definir democraticamente os instrumentos e os critérios de avaliações que constarão no NSA, isso é definido de

acordo com os cursos oferecidos e competências que os alunos precisam construir ao longo do semestre e/ ou ano letivo.

Todavia, o professor tem a autonomia para acrescentar novos instrumentos ou não utilizar todos que constam na lista pré-determinada pelo sistema. Somente há a orientação para o professor proporcionar ao aluno a diversificação nos instrumentos durante as avaliações realizadas no curso.

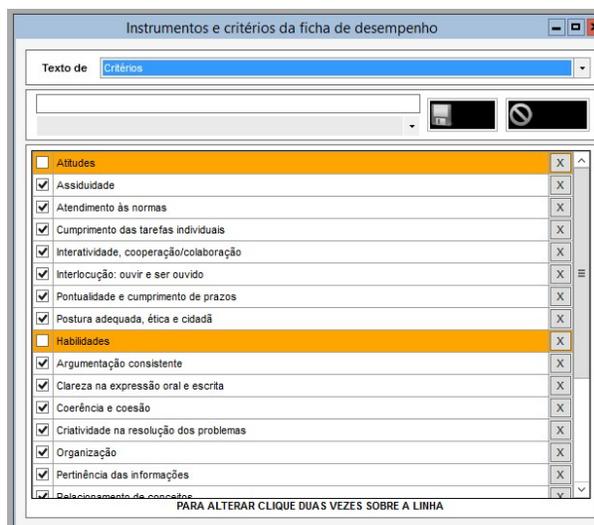
Figura 04: NSA – Quadro de instrumento de avaliação



Fonte: Sistema Acadêmico NSA. Acesso em: 20 de maio de 2017

Ainda em relação ao NSA as figuras 05 e 06 representam o quadro em referência aos critérios de avaliação que o professor precisa preencher ao planejar a atividade avaliativa, assinalando quais as atitudes, habilidades e competências (Ensino Médio, Ensino Técnico e Ensino Integrado) que integrarão os critérios de avaliação.

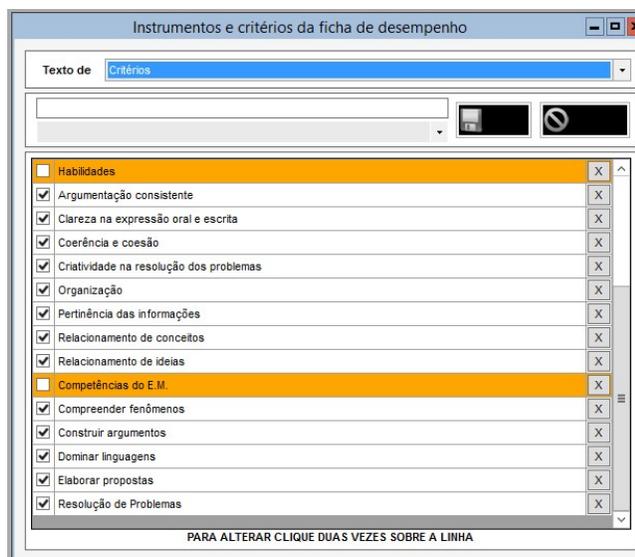
Figura 05: NSA – Quadro nº 01 de critérios de avaliação



Fonte: Sistema Acadêmico NSA. Acesso em: 20 de maio de 2017

A figura 05 apresenta a lista de atitudes e parte das habilidades que o professor assinalará conforme a avaliação. E a figura abaixo mostra a continuidade das habilidades e as competências do Ensino Médio (E.M.).

Figura 06: NSA – Quadro nº 02 de critérios de avaliação



Fonte: Sistema Acadêmico NSA. Acesso em: 20 de maio de 2017

Uma questão que necessita de atenção por parte dos profissionais da educação é que a avaliação precisa ser encarada como parte do processo de ensino-aprendizagem e não como pedagogia do exame, como cita Luckesi (2013), o sistema de ensino não deve estar focado somente no indicador de alunos aprovados

ou reprovados, alguns professores utilizam o processo de avaliação e recuperação como forma de ameaça ou mesmo de punição ao deixar o aluno de recuperação, progressão parcial ou até mesmo retido, mas infelizmente em alguns casos, isso é uma realidade na escola.

Contudo, a equipe gestora, na função da Coordenação Pedagógica precisa intervir nestes casos e acompanhar o desempenho escolar do aluno, o processo de ensino-aprendizagem, juntamente com o processo de avaliação, realizando análises dos critérios de avaliação, para evitar que seja um processo de penalidade para o aluno e garantir que o aluno com baixo desempenho escolar realize a recuperação contínua durante o ano letivo.

De acordo com o Pacheco (2002, p. 63) uma escola que foca no sucesso e aprendizagem do aluno, é quando ela determina os critérios de avaliação e que estes são compreendidos por todos os alunos, respeitando o currículo, o projeto político pedagógico e o plano de curso.

A autonomia curricular relativa depende, em grande parte, da relação entre o que pode ser ao nível da escola e/ou agrupamento e o que deve ser a nível nacional. E nesta relação que há lugar para a enunciação de critérios de avaliação, que funcionem como marcadores de orientação de um complexo processo que jamais pode funcionar sem regras, a estabelecer por professores e alunos (PACHECO, 2002, p. 63).

Desta maneira os critérios de avaliação devem ser utilizados como orientação para os professores avaliarem o aluno na perspectiva para a aprendizagem, deixando claro o funcionamento e o motivo da avaliação/ recuperação.

2.1.3. A Avaliação no Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio

No capítulo 06 do Plano de Curso do Etim de Administração, Cetec (2017), apresenta os critérios de avaliação de aprendizagem, consta que a avaliação é primordial para a orientação da construção das competências e está de acordo com o perfil profissional de formação de cada série.

O processo de avaliação consiste continuamente com a utilização de instrumentos diversificados para que o aluno de alguma forma ou outra consiga demonstrar a aprendizagem, desta maneira recomenda-se que sejam utilizados: projetos integradores, provas escritas, seminários, relatórios de visita, portfólio, auto

avaliação, pesquisas, utilização de textos, mapa conceitual dentre outros instrumentos que possibilite o aluno adquirir as competências.

Quanto às propostas de instrumentos e procedimentos de avaliação, elas são apresentadas apenas na organização curricular da Formação Geral (Ensino Médio) porque, sendo as habilidades, em sua maior parte, de natureza mais intelectual, a tendência é utilizar instrumentos mais propícios a avaliar conhecimentos (teoria) do que habilidades (prática). Na Formação Profissional (Ensino Técnico), as atribuições e responsabilidades do profissional direcionam a avaliação dos alunos para atividades práticas (CETEC, 2017, p. 24).

Com a utilização da ficha de desempenho do aluno torna-se possível diagnosticar a evolução e as dificuldades de aprendizagem e esta análise enriquece a discussão com os docentes, coordenações e direção durante os Conselhos de Classe (Intermediário e final) e as reuniões de curso que ocorrem bimestralmente, conforme subsídio do Calendário Escolar 2017.

O Regimento Comum das Etecs (2013) prevê: a classificação; reclassificação e o aproveitamento de estudos. E após a análise do rendimento escolar do aluno e o desempenho global da classe durante o Conselho de Classe Intermediário, é possível direcionar o aluno com dificuldade para a recuperação contínua e progressão parcial após o Conselho de Classe final.

E mesmo as atividades de recuperação contínua e progressão parcial são recomendadas que fossem aplicadas avaliações diversificadas e individualizadas, quando comparada em um primeiro momento, com o objetivo de que o aluno desenvolva as competências necessárias para sua formação, conforme o Plano de Curso:

[...] acresce-se ainda que, o instituto da Progressão Parcial cria condições para que os alunos com menção insatisfatória em até três componentes curriculares possam, concomitantemente, cursar a série seguinte, ouvido o Conselho de Classe. Por outro lado, o instituto da Reclassificação permite ao aluno a matrícula em série diversa daquela que está classificado, expressa em parecer elaborado por Comissão de Professores, fundamentada nos resultados de diferentes avaliações realizadas (CETEC, 2017, p. 125).

O Aproveitamento de Estudos possibilita “[...] reconhecer como válidas as competências desenvolvidas em outros cursos” (CETEC, 2017, p. 126). Independentemente de ser aluno do Centro Paula Souza, pode ser validada por experiência profissional, o candidato precisa demonstrar o interesse fazendo sua inscrição na Diretoria Acadêmica no período correto e realizar a avaliação proposta pela comissão que a Direção da Unidade Escolar nomeia e posteriormente este

processo o candidato é deferido ou indeferido do determinado componente curricular da formação profissional e possibilitando a progressão nos estudos.

Durante o ano letivo os alunos são avaliados por meio de menções, como explicado anteriormente, mas no Plano de Curso do Etim de Administração, Cetec (2017), consta esta figura:

Figura 07: Quadro de menções

Menção	Conceito	Definição Operacional
MB	Muito Bom	O aluno obteve excelente desempenho no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
B	Bom	O aluno obteve bom desempenho no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
R	Regular	O aluno obteve desempenho regular no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
I	Insatisfatório	O aluno obteve desempenho insatisfatório no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.

Fonte: Plano de Curso do Etim de Administração. (CETEC, 2017, p. 126). Disponível em http://cpscetek.com.br/gfac/ADM/arquivos/Administra%C3%A7%C3%A3o%20ETIM%20-%202013_1_sem_2017.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2017.

As menções MB, B e R são consideradas satisfatórias, ou seja, o aluno consegue concluir o curso ou prosseguir na série seguinte, há também a exigência quanto à frequência mínima exigida de 75% distribuídos nos 200 dias letivos, garantindo o cumprimento da carga horária do curso e principalmente o cumprimento do currículo.

A definição da menção final, a análise global do aluno e determinação de promoção ou retenção ocorrerá conforme discussão com a equipe docente e gestora durante o conselho de classe final, sobre o desempenho de cada aluno e avaliando as competências que estão previstas para as séries seguintes.

Refletindo sobre todo o processo de avaliação o professor do Etim de Administração precisa utilizar a avaliação como meio de integração curricular que será mais detalhado no protótipo da dissertação.

2.1.4. Metodologias de Ensino em busca da Integração Curricular e os registros no PTD

O Plano de Curso do Etim de Administração, Cetec (2017), possui um item sobre “Metodologia da Integração” referente à priorização da integração entre a Formação Geral, pertencente ao Ensino Médio e a Formação Profissional do Ensino Técnico e o processo de ensino-aprendizagem pode auxiliar neste objetivo, [...] “de modo a otimizar o tempo e os esforços de professores e alunos e os recursos disponíveis, para o mesmo objetivo de trabalhar as competências de Formação Geral com as de Formação Profissional[...]” (CETEC, 2017, p. 114).

Os professores necessitam trabalhar em equipe discutindo a inter-relação entre os componentes curriculares, pois, estes se complementam utilizando-se a realização de projetos interdisciplinares e demais atividades, “[...] nas quais as habilidades, conhecimentos e valores desenvolvidos nos componentes curriculares referentes à formação geral (Ensino Médio) sejam contextualizados e exercitados nas práticas de formação profissional” (CETEC, 2017, p. 114).

[...] os componentes curriculares da Formação Geral (Ensino Médio) devem prover a Formação Profissional (Ensino Técnico) com as Bases Científicas necessárias ao desenvolvimento das Bases Tecnológicas requisitadas pela formação profissional na Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO [...] (CETEC, 2017, p. 114)

Os componentes curriculares da formação técnica contam com atividades práticas que são realizadas nos laboratórios, ou seja, o professor deverá trabalhar estas aulas como forma de simular experiências profissionais da teoria na prática “[...] para demonstração de teorias científicas na área das ciências humanas e da percepção e compreensão da importância de suas aplicações na produção e na geração de tecnologias diversas [...]” (CETEC, 2017, p. 115).

A definição das bases científicas também contribui para a integração curricular, o professor da Formação Técnica acrescenta no Plano de Trabalho Docente, os conteúdos do Ensino Médio que complementa a sua base tecnológica. Por exemplo, o componente curricular de Matemática é muito utilizado nas bases científicas do componente curricular de Gestão Financeira.

A “Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional” também é um componente curricular bastante utilizado como base científica nas disciplinas da Formação Profissional, com o objetivo de relacionar o aprendizado técnico com o exercício cidadania. “[...] Para que o desenvolvimento das competências pessoais do técnico em formação seja exitoso, a ênfase dada à construção de valores será outro aspecto favorável desta modalidade de ensino integrado”. (CETEC, 2017, p. 115).

Outra questão que o Plano de Curso apresenta é integrar o horário das aulas, mesclando aulas da Formação Geral e a Formação Profissional, para o aluno entender sobre a integração do curso, que é um único curso, ou seja, que o curso não é Ensino Médio e Ensino Técnico, e sim que é um curso integrado. No Etim de Administração para o cumprimento da carga horária, os alunos têm aulas no período da manhã e da tarde, em média 08 horas/ aula por dia.

Na reunião de planejamento no início do ano letivo recomenda-se que ao planejar o Plano de Trabalho Docente, os professores deverão prever as atividades complementares como projetos integradores, visitas técnicas, feiras profissionais, exposições, eventos, seminários, trabalho de conclusão de curso (TCC) e demais, que estas atividades que complementam a formação do aluno, buscando a integração curricular e conseqüentemente a integração na formação do aluno.

Figura 08: PTD – Quadro de atividades docentes



Unidade de Ensino Médio e Técnico – Cetec

V – Plano de atividades docentes*

Atividades Previstas	Projetos e Ações voltados à redução da Evasão Escolar	Atendimento a alunos por meio de ações e/ou projetos voltados à superação de defasagens de aprendizado ou em processo de Progressão Parcial	Preparo e correção de avaliações	Preparo de material didático	Participação em reuniões com Coordenador de Curso e/ou previstas em Calendário Escolar
Fevereiro	Exemplo: Organização das palestras com ex-alunos; recepção aos alunos	Exemplo: Levantamento das lacunas de aprendizagem e organização de recuperação contínua dessas lacunas		Exemplo: Organização de material de apoio para as lacunas de aprendizagem	
Março					
Abril			Exemplo: Organização e correção do Projeto desenvolvido nas aulas		
Maio					
Junho					
Julho					
Agosto					Exemplo: reunião de curso
Setembro					
Outubro					
Novembro					
Dezembro					

*Preencher com as atividades que serão desenvolvidas no mês.

Centro Paula Souza – CETEC - Grupo de Supervisão Educacional / Gestão Pedagógica - 2017

Fonte: (CETEC, 2017, p. 06). Disponível em <<http://www.cps.sp.gov.br/cetec/geped/ptd/2017/etim/etim.asp>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

Nesta figura “VIII – Plano de Atividades Docente” que consta no modelo do Plano de Trabalho Docente, o professor precisa planejar as atividades mês a mês, na primeira coluna “Projetos e Ações voltados à redução da evasão escolar” os

professores precisam planejar atividades que minimizam a perda de alunos, incentivando o aluno a estudar e explicitando a importância de finalizar o curso.

Consta na segunda coluna o “Atendimento a alunos por meio de ações e/ ou projetos voltados para a superação de defasagens de aprendizagem ou em processo de progressão parcial”, os professores planejam a recuperação contínua, quer dizer, o apoio dado aos alunos com dificuldade de aprendizagem e aqueles que estão em processo de progressão parcial.

Na terceira coluna os professores explicitam sobre o “Preparo e correção de avaliações” ao planejar a avaliação o professor precisa prever a correção com os alunos, esta ação na sala de aula pode ser considerada uma forma de realizar a recuperação contínua, o aluno tem o direito de saber “o que acertou e o que errou”, a avaliação e os resultados são de interesse do aluno.

Na quarta coluna consta o “Preparo do material didático” na Formação Geral os professores e alunos recebem os livros didáticos do PNLD (Programa Nacional dos Livros Didáticos) disponibilizados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), de qualquer forma, o professor precisa planejar e preparar as aulas, refletindo sobre as habilidades, competências, área do conhecimento e as bases tecnológicas, determinando as metodologias utilizadas, sendo recomendadas que sejam diferenciadas para a formação de um aluno reflexivo.

A quinta e última coluna está relacionada com a “Participação em reuniões com Coordenador de Curso e/ ou previstas em calendário escolar”, neste espaço o professor registra todas as reuniões do ano letivo, que de acordo com os subsídios do calendário escolar são: 04 reuniões com a Coordenação de Curso por ano, divididas por bimestres, 04 conselho de classe, sendo 03 intermediários e 01 final, 04 reuniões de planejamento, o recomendado é que ocorram, duas no início do ano letivo, uma no meio do ano e a última ao final do ano para a avaliação e replanejamento do próximo ano letivo e 04 reuniões pedagógicas divididas por bimestres, lembrando que todas estas reuniões não são consideradas dias letivos, elas precisam ocorrer em período contrário das aulas e/ou aos sábados, respeitando o interstício⁴ do horário das aulas dos docentes.

⁴ Interstício de 11 horas deve ser respeitado pela equipe do Centro Paula Souza, por exemplo, se o professor ministrar aulas até as 23h, no outro dia ele poderá iniciar o seu trabalho às 10h da manhã, desta maneira respeita-se o período de descanso.

Figura 09: PTD – Propostas de integração

VII – Propostas de Integração e/ou Interdisciplinares e/ou Atividades Extra
Inserir projetos e atividades que serão desenvolvidos no decorrer do ano letivo.

Fonte: (CETEC, 2017, p. 06). Disponível em <<http://www.cps.sp.gov.br/cetec/geped/ptd/2017/etim/etim.asp>>. Acesso em: 20 de maio de 2017

A figura acima corresponde as “Propostas de integração e/ ou interdisciplinares e/ou atividades extras” neste espaço o professor tem a oportunidade de inserir os projetos integradores que serão realizados em conjunto com os demais professores, em busca da integração curricular e suas próprias atividades interdisciplinares, visitas técnicas, participação em eventos, realização de seminários, exposições e outras atividades que irão complementar a formação do aluno.

A partir de 2016 houve mudanças na carga horária dos professores, antes deste período eles recebiam 20% do valor hora/ aula para participar e planejar todas estas atividades supramencionadas, em 2016 passaram a receber 30% do valor hora/ aula, deste modo o quadro da Figura 08, precisa ser preenchido, planejado e alinhado com todo o restante do Plano de Trabalho Docente e calendário escolar.

2.1.5. Instalação e Equipamentos

Consta no Plano de Curso Cetec (2017) do Etim de Administração a descrição detalhada da instalação e equipamentos que as Escolas Técnicas precisam apresentar para requerer o curso, sendo descritos a quantidade dos equipamentos necessários para a montagem dos laboratórios, para as aulas práticas tanto da Formação Geral quanto para a Formação Profissional.

Os laboratórios necessários para a Formação Geral são: o laboratório de ciências, que engloba os equipamentos de química, física e biologia, mobiliário necessário para a sala de aula, a sala de apoio, com a descrição dos devidos equipamentos, “espaço de utilização comum do laboratório caracterizado como área

de apoio, onde o professor ou estagiário podem utilizar sem a presença de alunos para o preparo de aulas, reagentes e experimentação” (CETEC, 2017, p. 128).

Há também informações sobre o material de consumo, onde, a Unidade Escolar é responsável pela aquisição deste material, para que as aulas práticas aconteçam, exemplificando: as vidrarias, os reagentes, os acessórios de biologia e de física, que devem ser comuns para os laboratórios de ciências.

As instalações e equipamentos da Formação Profissional constam o laboratório de informática que “é de uso compartilhado da unidade escolar e, como tal, deverá ser utilizado para todos os cursos” (CETEC, 2017, p. 132), juntamente com uma lista de softwares necessários para as aulas no laboratório de informática: “Socofolha Informática; Cuca-Fresca Informática; Contimatic; Folhamatic e Multicopan”.

No Regimento Comum das Etec, Cetec (2013), constam orientações quanto às aulas práticas que os alunos das Unidades Escolares realizam durante o curso para o aprimoramento das habilidades e buscar a proximidade com a realidade do mundo do trabalho.

Artigo 60 - Nas aulas práticas de laboratório, de campo, oficinas, ou salas-ambiente, as classes poderão ser agrupadas ou divididas em turmas para atender às peculiaridades de cada atividade, às instalações e equipamentos disponíveis na Etec, às normas de segurança pessoal e coletiva ou à legislação específica do curso (CEETEPEPS, 2013, p. 14).

Dependendo das aulas práticas a quantidade de alunos é reduzida utilizando-se de divisão de classe em turmas⁵ (DCT), para a atribuição das aulas, para que o professor consiga ministrar adequadamente as metodologias para a construção das competências e habilidades.

Parágrafo único - As classes serão divididas em turmas exclusivamente nas aulas em que as atividades didáticas, previstas nas matrizes curriculares e nos planos de trabalho docente dos componentes ou projetos, indicarem tal necessidade, de acordo com o disposto no *caput* deste artigo (CEETEPEPS, 2013, p. 14).

De acordo com o Plano de Curso do Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio as aulas práticas são da área de ciências e de Informática.

⁵ Divisão de Classe em Turmas é solicitada pela Direção da Unidade Escolar para os componentes curriculares pertencentes às aulas práticas, realizadas em laboratórios, de turmas com mais de 30 alunos matriculados. Após aprovação da Área da Gestão Pedagógica do Grupo de Supervisão Educacional, a aula é atribuída para dois professores e ocorrem ao mesmo tempo, em laboratórios separados por turma A e B.

2.1.6. Docentes do Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio

Trata-se sobre os docentes do Centro Paula Souza, o processo de contratação, as titulações para poder ministrar aulas, o quadro dos componentes curriculares do curso, a equipe gestora, o trabalho e a importância do Coordenador de Curso.

A contratação de docentes no Centro Paula Souza pode ocorrer por meio de Concurso Público, quando as aulas são livres ou utilizando o processo seletivo para as aulas em substituição, quando o componente curricular possui o professor titular (aulas livres), mas ele encontra-se afastado, por exemplo. Como determina o Ceeteps, segue abaixo a ordem obedecida:

"Licenciados na Área relativa à disciplina para o Ensino Médio; Licenciados na Área Profissional relativa à disciplina; graduados na Área Profissional da disciplina" (CETEC, 2017, p. 152).

"O Ceeteps proporcionará cursos de capacitação para docentes voltados para o desenvolvimento de competências diretamente ligadas ao exercício do magistério, além do conhecimento da filosofia e das políticas da educação profissional" (CETEC, 2017, p. 152).

No Plano de Curso Cetec (2017) consta as titulações docentes necessárias por componente curricular, que é um norteador para a Diretoria de Serviços Administrativos da escola atentar-se no currículo para a inscrição do candidato a docente independente de ser por concurso público ou processo seletivo. "[...] Indicação da formação e qualificação para a função docente. Para a organização dos concursos públicos, a unidade escolar deverá consultar o Catálogo de Requisitos de Titulação para Docente" (CETEC, 2017, p. 159).

Consta quadro com os componentes curriculares de:

Gestão Empresarial; Administração de Marketing; Ética e Cidadania Organizacional; Aplicativos Informatizados; Técnicas Organizacionais; Gestão de Pessoas I e II; Cálculos Financeiros e Estatísticos; Legislação Empresarial; Custos, Processos e Operações Contábeis; Gestão Empreendedora e Inovação; Gestão Financeira e Econômica; Gestão de Produção de Materiais; Logística Empresarial e Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração (CETEC, 2017, p. 152-159).

A equipe gestora da Unidade Escolar possui o Diretor, Diretor de Serviço Acadêmico, Diretor de Serviço Administrativo, Coordenador de Projetos Responsável pela Coordenação Pedagógica, Coordenador de Projetos Responsável pela Orientação Educacional, Coordenador de Curso, Docente e Auxiliar Docente.

2.2. O oferecimento do Ensino Integrado na Supervisão Educacional Pedagógica Regional de Ribeirão Preto

De acordo com o Centro Paula Souza (2017) o Grupo de Supervisão Educacional (GSE) que é departamento da Unidade do Ensino Médio e Técnico - CETEC:

[...] é responsável pela supervisão das Escolas Técnicas – Etecs do Estado de São Paulo e sua organização são por meio de quatro áreas específicas, a saber: Gestão de Legislação e Informação – Geslinf; Gestão de Pessoas – Gepes; Gestão de Vida Escolar – Geve; consideradas atividades meio, e a Gestão Pedagógica – Geped, considerada atividade fim. (CETEC, 2017, sn.).

A Área da Gestão Pedagógica (Geped) é subdividida em 12 (doze) regionais em todo o estado de São Paulo: Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Sul, Grande São Paulo Noroeste, Vale do Paraíba, Campinas Norte, Campinas Sul, Sorocaba, Registro, São José do Rio Preto, Bauru, Marília e Ribeirão Preto, conforme as áreas administrativas.

Em 2016 a Supervisão Educacional Pedagógica Regional de Ribeirão Preto era composta por 17 Etecs das cidades de Ribeirão Preto, Franca (Agrícola e Industrial), Serrana, Orlandia, Batatais, Barretos, Olímpia, Bebedouro, Ituverava, Igarapava, Miguelópolis, São Joaquim da Barra, São Simão, Santa Rosa de Viterbo e Guariba.

No ano de 2017, a Supervisão Educacional Pedagógica Regional de Ribeirão Preto passou a contar com 19 (dezenove) Etecs, foi atualizada devido às mudanças nas áreas administrativas do Estado de São Paulo e assim, integrou a Supervisão de Ribeirão Preto as 02 escolas técnicas do município de Mococa, que pertencia à regional de Campinas Sul e 01 escola técnica do município de Santa Rita do Passa a Quatro que pertencia a Supervisão Educacional Pedagógica Regional de São José

do Rio Preto e a Etec de Bebedouro que era da regional de Ribeirão Preto passou para a Supervisão de São José do Rio Preto.

E as funções da Área de Gestão Pedagógica com o apoio das Supervisões Educacionais Pedagógicas Regionais, de acordo com o site do Centro Paula Souza (2017):

Nossa função, em conjunto com as Supervisões Pedagógicas Regionais, é a de estabelecer diretrizes e normas às Unidades Escolares, para acompanhar e avaliar os procedimentos pedagógicos, objetivando a qualidade no processo ensino-aprendizagem, sempre em consonância com as especificidades de cada Unidade de Ensino. A partir de diagnósticos e análise de indicadores, contribui com a formação contínua de educadores buscando atingir as metas da Unidade de Ensino Médio e Técnico.

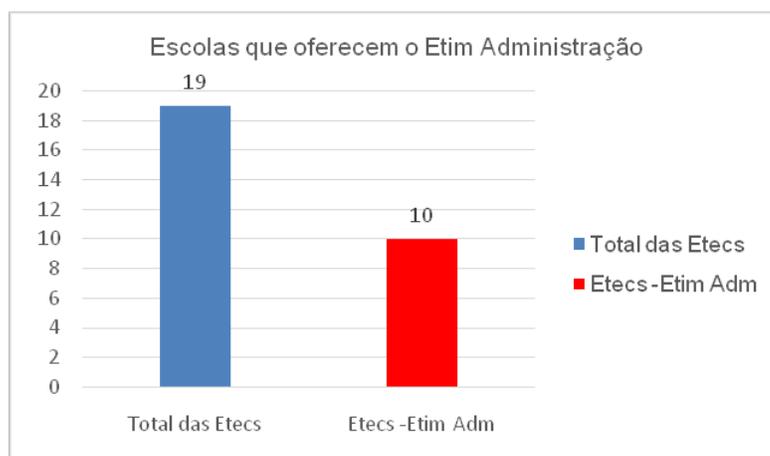
Conforme informações do site do Banco de Dados (2017) a Supervisão Regional de Ribeirão Preto, desde 2017, acompanha e orienta 19 Etecs, 22 Classes Descentralizadas, que são extensões ou convênios, com parceria da Prefeitura (EMEF e/ou EMEIEF) ou Secretaria da Educação (EE), na qual houve expansão da Etec nestas escolas, a regional possui 15 Escolas Técnicas Industriais e 04 Escolas Técnicas Agrícolas (Santa Rita do Passa a Quatro, São Simão, Franca e Miguelópolis), a quantidade total de municípios entre as Etecs e Classes Descentralizadas (CD) é de 30 municípios.

A regional de Ribeirão Preto oferece 11 diferentes eixos tecnológicos que são: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo e Hospitalidade e Lazer e Educação Básica.

De acordo com o Banco de Dados da Cetec (2017) as habilitações profissionais que as escolas técnicas oferecem totalizam 35 (trinta e cinco) que são: Meio Ambiente; Enfermagem; Farmácia; Nutrição e Dietética; Saúde Bucal; Automação Industrial; Eletroeletrônica; Eletrotécnica; Eletrônica; Mecatrônica; Mecânica; Química; Administração; Marketing; Recursos Humanos; Secretariado; Serviços Jurídicos; Informática; Informática para Internet; Redes de Computadores; Telecomunicações; Edificações; Alimentos; Design de Interiores; Açúcar e Alcool; Curtimento; Agronegócio; Agropecuária; Cafeicultura; Segurança do Trabalho; Agenciamento de Viagem; Cozinha; Eventos; Turismo Receptivo e Ensino Médio.

No 1º semestre de 2017, a Supervisão Regional de Ribeirão Preto, conforme o Banco de Dados Cetec (2017) possui no total 1106 alunos que estão cursando o Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio.

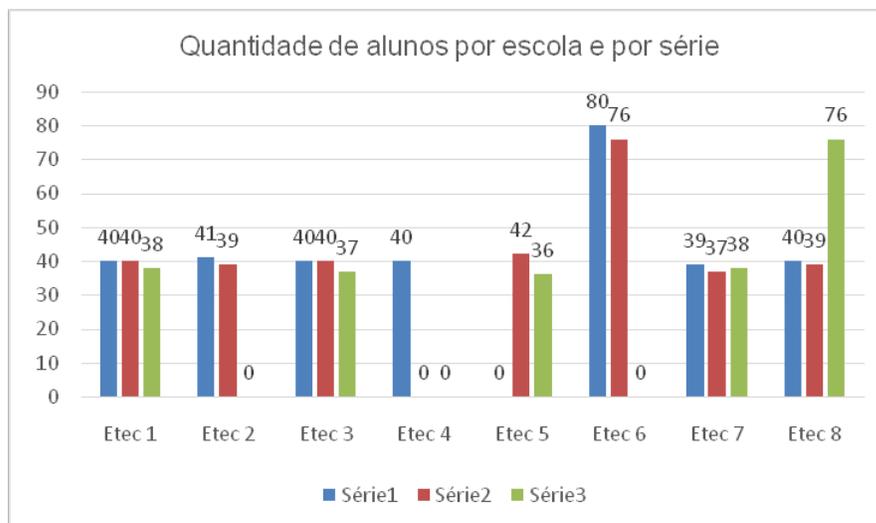
Gráfico 1: Total de Etecs que oferecem o Etim Administração



Fonte: Disponível em <<http://www.cpscetec.com.br/bdcetec/index.php>>. Acesso em: 05 de abril de 2017.

A Regional de Ribeirão Preto conforme informações do Banco de Dados Cetec (2017) das 19 Etecs da regional, 10 oferecem o Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio e das 10 escolas, 07 são Etecs Sedes e as demais estão alocadas em Classes Descentralizadas, sendo duas do Programa Vence, uma parceria com a Secretaria da Educação, sendo que o Ensino Médio ocorre na Escola Estadual com professores da rede estadual e a formação profissional com os professores da Escola Técnica e a outra classe é considerada da Etec Sede, apenas as aulas ocorrem na Classe Descentralizada.

Gráfico 2: Quantidade de alunos por série



Fonte: Disponível em <<http://www.cpsctec.com.br/bdctec/index.php>>. Acesso em: 05 de abril de 2017.

Conforme gráfico acima a maioria das Escolas Técnicas em um total de 04, oferecem as 03 turmas: 1ª série; 2ª série e 3ª série do Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, 03 escolas possuem 02 turmas, 1ª série e 2ª série e 01 escola possui apenas 01 turma. No 1º semestre de 2017 totalizam 858 alunos do Etim de Administração da regional de Ribeirão Preto.

Apesar do Ensino Médio ser obrigatório o Etim de Administração possui 2,5% de índice de perda, também conhecido como evasão, mas muitos destes alunos saem do curso devido trabalho, transferência para outra Unidade Escolar, mudança de cidade e outros motivos.

Verificando Banco de Dados da Cetec (2017) referente ao “Mapeamento de Movimentação de Alunos” das classes do Etim de Administração no 2º semestre de 2017 ocorreram 28 transferências expedidas de alunos, 03 alunos retidos por frequência, 02 alunos retidos por rendimento, 11 alunos promovidos com progressão parcial, não ocorreram trancamentos nem desistências. Estes são indicadores que a Supervisão Educacional Pedagógica Regional pode acompanhar e verificar os motivos para melhorar os índices pedagógicos.

2.3. O Novo Ensino Médio e a realidade no Centro Paula Souza

Nos dias atuais as escolas públicas e privadas foram contempladas com o Novo Ensino Médio ou a Reforma do Ensino Médio em decorrência da aprovação do Plenário prevista na Medida Provisória nº 746/16 que foi sancionada pelo Presidente Michel Temer no dia 16 de fevereiro de 2017. Assim sendo, agora é Lei 13.415/2017, de forma geral, prioriza a flexibilização da matriz curricular, o ensino profissional e a formação geral trabalham de forma articulada, com auxílio financeiro do governo federal.

Esta flexibilização refere-se aos componentes curriculares da Base Nacional Comum com os itinerários formativos concernentes às áreas do conhecimento. O aluno realiza a opção que possui maior afinidade nos estudos. A outra opção é a oportunidade para a opção para a qualificação profissional ou o curso técnico.

Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017).

As áreas pertencentes são: Ciências humanas, Ciências da Natureza, Linguagens, Matemática e Formação Técnica e Profissional. No Portal do MEC (2018) consta sobre a necessidade da formação profissional e técnica com qualidade para atender as exigências do mercado de trabalho.

A proposta do Novo Ensino Médio traz como ações catalisadoras a indução à formação técnica para alunos do ensino médio, o fomento à Escola em Tempo Integral e o estímulo do protagonismo juvenil. A necessidade de qualificação dos jovens é reforçada por pesquisa da Fundação Dom Cabral, segundo a qual 91% das empresas têm dificuldade de contratar profissionais qualificados, 80% consideram a oferta de mão de obra de média a baixa qualidade e metade delas precisa treinar entre 40 e 80% dos novos contratados.

Na figura da pagina seguinte explica didaticamente as mudanças da reforma do Ensino Médio tratando-se sobre a área de formação que o aluno poderá escolher a partir da metade do curso; as disciplinas obrigatórias; a Base Nacional Comum corresponde a 50% do currículo; a carga horária; o apoio federal e a formação dos professores para o ensino técnico profissional.

Figura 10: Reforma do Ensino Médio (MP 746/16)

REFORMA DO ENSINO MÉDIO (MP 746/16)
Confira os principais pontos do texto aprovado pelo Plenário

<p>ÁREA DE FORMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Já no início do curso, os alunos poderão escolher a área na qual vão se aprofundar: linguagens; ciência da natureza; ciências humanas e sociais aplicadas; matemática; e formação técnica e profissional ✓ O que mudou: Na MP, a escolha do aluno só se daria após a metade do ensino médio 	<p>DISCIPLINAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serão obrigatórias: matemática, português, inglês, sociologia, filosofia, artes e educação física ✓ O que mudou: Na MP, sociologia, filosofia, artes e educação física não eram obrigatórias 	<p>BASE CURRICULAR</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Base Nacional Comum Curricular deve representar 60% do currículo • O restante (além das disciplinas previstas na lei) será definido pelo Conselho Nacional da Educação ✓ O que mudou: Na MP, a Base Nacional Comum Curricular representava 50% do currículo
<p>CARGA HORÁRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 5 anos, a carga horária do ensino médio deve passar das atuais 800 horas anuais para pelo menos 1.000 horas anuais (5 horas diárias) • Deve ser progressivamente ampliada para 1.400 horas anuais (7 horas diárias) ✓ O que mudou: A MP previa apenas a ampliação progressiva para as 1.400 horas anuais, mas não fixava metas 	<p>APOIO FEDERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • A ajuda do governo federal para que os estados implantem escolas de tempo integral ocorrerá por dez anos ✓ O que mudou: A MP previa a ajuda do governo federal por apenas por quatro anos 	<p>PROFESSORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Professores “com notório saber” poderão lecionar no ensino técnico e profissional • Profissionais graduados que não têm cursos de licenciatura poderão dar aulas no ensino médio, desde que façam complementação pedagógica • Permite que a formação em licenciatura de professores se dê em faculdades isoladas, e não apenas em universidades e institutos superiores de educação, como prevê a lei atual ✓ O que mudou: A MP só previa professores “com notório saber” no ensino técnico e profissional

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/523264-SANCIONADA-LEI-DO-NOVO-ENSINO-MEDIO.html>

Para o ano de 2018 está prevista outra modalidade de ensino o Ensino Médio Profissional, mais conhecido como “Programa MTec” em referência a Portaria MEC nº 815/2015, devido a reforma do Ensino Médio, serão ofertados dois tipos de curso: o ensino médio com habilitação técnica profissional e o ensino médio com qualificação profissional.

Em 21 de janeiro de 2018 ocorre o processo do Vestibulinho do Centro Paula Souza, de acordo com a reportagem do Portal de notícias da Globo (G1), Farjado (2018), comenta que:

Neste processo seletivo, serão 1.741 vagas para o ensino médio com habilitação técnica profissional para os seguintes cursos: administração, cozinha, hospedagem, logística, nutrição e dietética, programação de jogos digitais, química, recursos humanos, serviços jurídicos e serviços públicos.

Este currículo inclui 1.800 horas de disciplinas obrigatórias e 600 horas que variam de acordo com a escolha da área, estão previstas o oferecimento deste curso em 33 Etecs. Este ensino corresponde a formação técnica concomitante a formação regular da Educação Básica (Ensino Médio), com uma carga horária menor que o

Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, no MTec o aluno terá aula em apenas um período manhã ou tarde, com 6 horas/aulas por dia, diferente do Etim que tem aula no período integral, manhã e tarde.

Tabela 01: Oferecimento do MTec

Escola	Cidade
Etec de Apiaí	Apiaí
Etec Pedro D'Arcádia Neto	Assis
Etec Rodrigues de Abreu	Bauru
Etec Prof. Idio Zucchi	Bebedouro
Etec Gino Rezaghi	Cajamar
Etec Dr. Celso Charuri	Capão Bonito
Etec de Carapicuíba	Carapicuíba
Etec Elias Nechar	Catanduva
Etec de Ferraz de Vasconcelos	Ferraz de Vasconcelos
Etec de Ilha Solteira	Ilha Solteira
Etec Darcy Pereira de Moraes	Itapetininga
Etec Martinho Di Ciero	Itu
Etec Prof. José Ignácio Azevedo Filho	Ituverava
Etec Alcides Cestari	Monte Alto
Etec de Monte Mor	Monte Mor
Etec Prof. Alcídio de Souza Prado	Orlândia
Etec Cel. Fernando Febeliano da Costa	Piracicaba
Etec Dep. Ary de Camargo Pedroso	Piracicaba
Etec Profa. Maria Cristina Medeiros	Ribeirão Pires
Etec de Rio Grande da Serra	Rio Grande da Serra
Etec Aristóteles Ferreira	Santos
Etec Dona Escolástica Rosa	Santos
Etec Paulino Botelho	São Carlos
Etec Pedro Badran	São Joaquim da Barra
Etec Philadelpho Gouvêa Netto	São José do Rio Preto
Etec Abdias do Nascimento	São Paulo
Etec CEPAM	São Paulo
Etec Gildo Marçal Bezerra Brandão	São Paulo
Etec Parque Belém	São Paulo
Etec Prof. Adhemar Batista Heméritas	São Paulo
Etec Profa. Dra. Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara	São Paulo
Etec Santa Ifigênia	São Paulo
Etec Takashi Morita	São Paulo

Fonte: Centro Paula Souza, (2018).

A tabela supramencionada apresenta as escolas que a partir de 2018 oferecerá o Ensino Médio Profissional, conhecido como MTec.

3. A INTEGRAÇÃO CURRICULAR: NA VISÃO DOS ALUNOS E EQUIPE GESTORA; CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS E ANÁLISE DOCUMENTAL

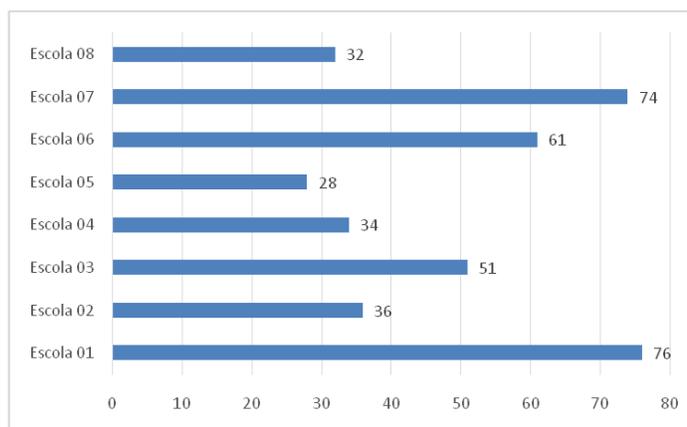
Esta pesquisa tem como principal objetivo entender a visão dos alunos e da equipe gestora, representados pela Coordenação de Projetos responsável pela Coordenação Pedagógica e Coordenador de Curso, em referência a integração curricular, o processo de ensino-aprendizagem, projetos integradores, a formação do aluno para o mercado de trabalho e o ingresso no ensino superior.

Para complementar a dissertação foi realizada pesquisa com parte da comunidade escolar, que contou com a participação de 08 Escolas Técnicas, sendo alunos das 1ª (261 alunos) e 3ª (155 alunos) séries da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (Etim) das Escolas Técnicas da Supervisão Educacional Pedagógica Regional de Ribeirão Preto, equivalendo a 376 alunos, 08 Coordenadores de Projetos responsáveis pela Coordenação Pedagógica e 08 Coordenadores de Curso do Etim de Administração, totalizando 392 pessoas participantes.

Dentro desse contexto, é importante promover a participação de todos, mergulhando profundamente na cultura e no mundo dos sujeitos da pesquisa. Quanto maior for a participação, maior a interação entre pesquisador e membros da investigação, contribuindo para o alcance de um resultado mais consistente a partir do estudo (RAUPP; BEUREN, 2003, p. 90).

As escolas não foram identificadas bem como os participantes da pesquisa, para preservar a identidade e exposição pedagógica das Escolas, o importante é entender os procedimentos pedagógicos realizados para integrar o currículo e entender o foco da formação do aluno.

Segue logo abaixo o gráfico com a quantidade total de pessoas (alunos, Coordenadores Pedagógicos e Coordenadores de Curso) que participaram da pesquisa nas escolas.

Gráfico 03: Quantidade de pessoas pesquisadas por escola

Fonte: Borges (2018)

De acordo com o gráfico acima a Escola 01 obteve maior participação, contando com 76 pessoas e a Escola 05 foi a que ocorreu menor adesão, havendo 28 pessoas, as pessoas tiveram livre escolha para responderem ao questionário.

Interessante citar que as escolas 02 e 04 não ofertavam a 3ª série do Etim de Administração no ano letivo de 2017; as escolas 05 e 08 não ofereciam a 1ª série e a Escola 06, contava com 02 turmas de 1ª série.

Não foi alcançado 100% da participação dos alunos alguns optaram por não responder, e outros faltaram no dia da aplicação, todavia, tanto os Coordenadores de Projetos responsáveis pela Coordenação Pedagógica quanto os Coordenadores de Curso responderam a entrevista e respectivamente o questionário em 100%.

Segue na próxima página a figura do mapa referente a todas as Escolas Técnicas do Centro Paula Souza, destacando a regional de Ribeirão Preto e algumas características da localidade de cada Unidade Escolar, a quantidade de habilitações profissionais oferecidas e a história.

Figura 11: Mapa das Escolas Técnicas



Fonte: PORTAL DO CENTRO PAULA SOUZA. **Etecs e Fatecs – Divisão por Região Administrativa.** Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/etec/escolas/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

A Escola 01 localiza-se no município a 366 km de São Paulo, de acordo com *Google Maps* (2018), “criada sob a denominação de Curso Prático de Ensino Profissional, iniciou as atividades em 1950, nos períodos da manhã e da tarde. Em 1951, foi criado o curso noturno”, conforme Portal CPS (2018). Em 2017, ofereceu 02 Habilitações Profissionais do Ensino Integrado (Administração e Informática); Ensino Médio e 08 cursos Técnicos e contava com 1267 alunos matriculados, de acordo com o Banco de Dados da Cetec (2018).

A Escola 02 está localizada a 324 Km da Capital, conforme *Google Maps* (2018), considerada a maior escola da regional de Ribeirão Preto, em 2017, ofereceu 05 Habilitações Profissionais do Ensino Integrado (Administração, Edificações, Design de Interiores, Eletrotécnica, Automação Industrial); 11 cursos técnicos, computava 1747 alunos, de acordo com o Portal CPS (2018), esta escola nunca ofertou o Ensino Médio:

Inaugurada como Escola Profissional de Artes e Ofícios é reconhecida em toda a região como Escola Industrial desde sua criação em 1927. A Etec mantém seus cursos tradicionais, atendendo o setor produtivo e de serviços. Sua missão está consolidada em ações de trabalho conjunto, do potencial formador e em formação, na construção do processo de aprendizagem, refletindo-a em benefício da comunidade na prestação de serviços, viabilizando a prática e o exercício da profissão do técnico (Portal CPS, 2018).

A Escola 03 situada a 403 km de São Paulo segundo *Google Maps* (2018), no município ela localiza-se no centro da cidade, uma das escolas mais antigas da regional de Ribeirão Preto. Ela oferece 02 Habilitações Profissionais do Ensino

Integrado (Administração e Informática), Ensino Médio, 02 cursos Técnicos à distância e 12 cursos Técnicos. Em 2017 a escola contava com 1441 alunos, de acordo com o Banco de Dados da Cetec (2018).

A unidade, também conhecida como Industrial, foi implantada em 1924, com o nome de Escola Profissional. Instalada como Estabelecimento Masculino de Educação, contava, na ocasião, com 160 alunos matriculados nos Cursos Industriais Básicos de Mecânica de Máquinas e Marcenaria. A partir de 1927 a escola começou a receber alunas, depois da implantação dos cursos de Corte e Costura, Rendas e Bordados, Flores e Chapéus, Roupas Brancas, Pintura e Decoração. A Etec passou por várias mudanças de denominação: Escola Profissional de Franca (1924); Escola Profissional Mista (1933); Escola Industrial (1945) e Ginásio Industrial (1965), mas sempre preservou o nome do Patrono. Em 1994, a instituição foi incorporada ao Centro Paula Souza, (Portal CPS, 2018).

A Escola 04 está distante da Capital em 431 km conforme o *Google Maps* (2018), oferece 05 Habilitações Profissionais do Ensino Integrado (Administração, Informática, Meio Ambiente, Nutrição e Dietética e Química), Ensino Médio, 2 cursos Técnicos à Distância e 10 cursos Técnicos. No 2º semestre de 2017, a Etec Sede contava com 1403 alunos matriculados, conforme o Banco de Dados da Cetec (2018).

A Etec criada em 1948 leva o nome de um homem público que lutou no período republicano, exercendo na comunidade inúmeras funções políticas e sociais. Oferece ensino Médio e cursos de habilitações profissionais que não apenas buscam o aprendizado do conhecimento técnico, mas também a aquisição de competências, habilidades e atitudes que preparem os profissionais para o exercício da ética e cidadania. Os cursos têm demanda regional, englobando 18 cidades circunvizinhas e mais 5 cidades do Estado de Minas Gerais (Portal CPS, 2018).

A Escola 05 fica a 383 km de São Paulo, segundo *Google Maps* (2018), contava com 02 Habilitações Profissionais do Ensino Integrado (Administração e Informática para Internet), Ensino Médio e 05 cursos Técnicos, no 2º semestre de 2017 a escola possuía 643 alunos na Etec Sede, de acordo com informações do Banco de Dados Cetec (2018).

A unidade iniciou as atividades como classe descentralizada da Etec Dr. Adail Nunes da Silva, de Taquaritinga, em fevereiro de 2006. Em junho do mesmo ano, foi assinado o decreto que transformava a extensão em uma unidade com autonomia para administrar a própria verba, emitir a certificação aos alunos formados, entre outras mudanças (Portal CPS, 2018).

Segundo o *Google Maps* (2018), a 315 km de distância da Capital, situa-se a Escola 06 que oferece apenas a Habilitação Profissional de Administração do Ensino Integrado e 02 cursos Técnicos, a escola contava com 410 alunos no 2º semestre de 2017 e está localizada as margens da cidade.

A Escola 07 está distante da Capital em 285 km, de acordo com *Google Maps* (2018), uma das menores escolas da regional de Ribeirão Preto, no 2º semestre de 2017, contava com 334 alunos matriculados e atualmente oferece 02 Habilitações Profissionais (Administração e Informática) referente ao Ensino Integrado, Ensino Médio, 02 cursos Técnicos e 01 curso Técnico à Distância.

E para finalizar as características de cada Unidade Escolar, a Escola 08 encontra-se a 340 km de distância de São Paulo, oferece as Habilitações Profissionais de Administração e Informática no Ensino Integrado, 05 cursos Técnicos, e no 2º semestre de 2017 tinha 521 alunos.

A pesquisa foi realizada na primeira semana do mês de dezembro de 2017, os questionários, tanto dos alunos quanto dos Coordenadores de Curso foram disponibilizados por meio do *Google Docs*, as entrevistas do Coordenadores Pedagógicos, foram pré-agendadas e realizadas por meio do *Skype for Business*, apenas uma entrevista, da Escola 04 foi realizada pessoalmente.

Com relação ao questionário aplicado aos alunos da 1ª série do Etim de Administração foram 04 questões quantitativas e da 3ª série totalizou 05 perguntas quantitativas.

O questionário dos Coordenadores de Curso foram 13 questões, sendo 12 perguntas quantitativas e 01 qualitativa, esta última questão o professor teve a oportunidade de descrever como ocorre a integração curricular em sua Unidade Escolar.

Com os Coordenadores de Projetos responsáveis pela Coordenação Pedagógica foi realizada entrevista com 05 perguntas questionando sobre as práticas para a integração curricular, as orientações e o acompanhamento pedagógico.

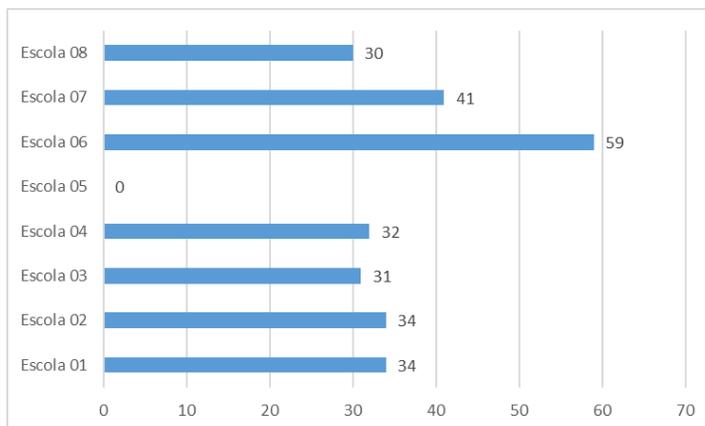
Com o objetivo de evidenciar outro indicador de registro da integração curricular entre os componentes curriculares e os projetos interdisciplinares. Desta maneira, foram analisados os registros acadêmicos e pedagógicos, representados pelos Diários de Classe e Planos de Trabalho Docente, ambos foram acessados por meio do NSA (Novo Sistema Acadêmico).

A análise dos Diários de Classe foi dos componentes curriculares referente à Formação Geral: Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional, Matemática; e da Formação Técnica e Profissional: Cálculos Financeiros e Estatísticos e Técnicas Organizacionais de 04 escolas técnicas da regional de Ribeirão Preto que ofereceram esta modalidade de ensino em 2017.

3.1. Análise dos Questionários: Alunos da 1ª série – Etim de Administração

O questionário realizado com os alunos da 1ª série da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio da regional de Ribeirão Preto totalizou 261 alunos, 06 das 07 escolas responderam ao questionário, a Escola 05 não ofertou esta turma em 2017 e a Escola 06 possuía 2 turmas da 1ª série, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

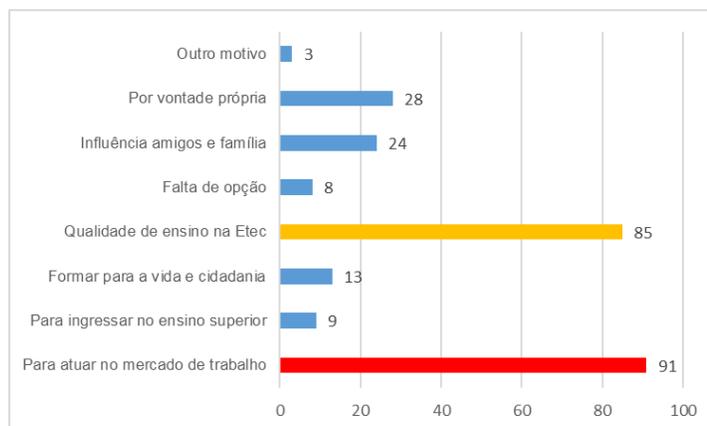
Gráfico 04: Quantidade de alunos por escola – 1ª série



Fonte: Borges (2018)

Analisando o gráfico acima apenas a Escola 07 respondeu o questionário em 100%, pois, o máximo de quantidade de alunos por turma, é 40. A demais turma não atingiu a totalidade, em decorrência de alguns alunos optaram por não responder ou faltaram no período da aplicação do questionário, que ocorreu na primeira semana de dezembro de 2017.

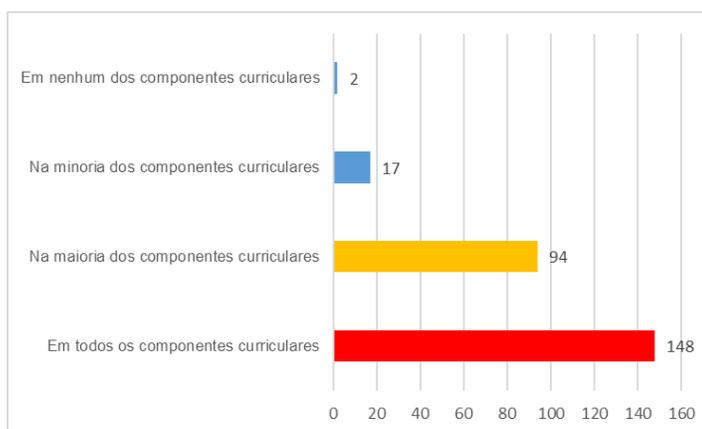
Segue a primeira pergunta do questionário para os alunos: Por que você decidiu fazer o Etim de Administração?

Gráfico 05: Motivo para fazer o Etim de Administração – 1ª série

Fonte: Borges (2018)

Conforme o gráfico acima, a maioria dos alunos, correspondendo a 34,86% (91 alunos) respondeu que optou por fazer o ensino integrado para atuar no mercado de trabalho, 32,56% (85 alunos) devido à qualidade de ensino da Etec e apenas 3,44% (09 alunos) para ingressar no ensino superior.

Consta no segundo questionamento: No início do curso você foi orientado sobre as competências, habilidades e valores (que constam no Plano de Curso) que seriam desenvolvidos em cada componente curricular (disciplina)?

Gráfico 06: Apresentação das competências, habilidades e bases tecnológicas do Plano de Curso – 1ª série

Fonte: Borges (2018)

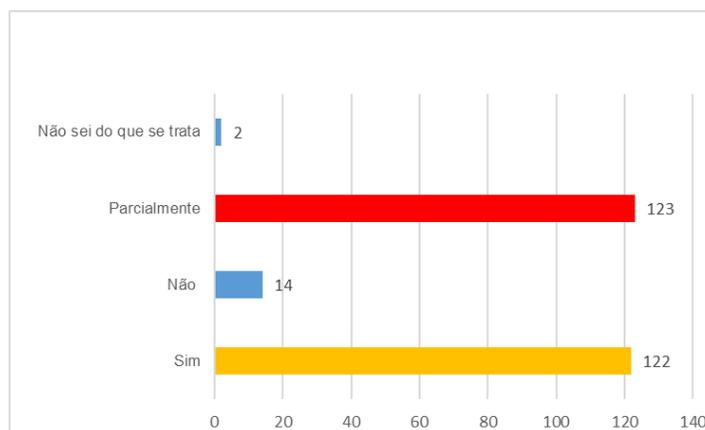
Percebe-se que mais da metade dos alunos responderam que 56,7% (148 alunos) todos os professores apresentaram seu componente curricular na íntegra para os alunos, 36,01% (94 alunos), colocaram que a maioria dos professores, 6,51% (17 alunos) na minoria e apenas 0,76% (02 alunos) em nenhum dos componentes curriculares.

Esta é uma orientação que a Coordenação de Curso e Coordenação Pedagógica realizam com os professores, devido os alunos ter ciência sobre cada componente curricular, as metodologias de ensino e o processo de avaliação.

Todos os anos as escolas participam do Observatório Escolar⁶ (OE) e há um questionamento sobre esta ação docente no bloco pedagógico do OE. Desta forma, os docentes são orientados para realizarem esta apresentação no primeiro dia letivo.

A terceira questão realizada com os alunos foi sobre: Os professores dos componentes curriculares (disciplinas) da Base Nacional Comum (Matemática, Geografia, Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional, História, Inglês e outros) relacionam suas aulas com a formação profissional (disciplinas da parte técnica) de Técnico em Administração?

Gráfico 07: Os professores da formação geral relacionam suas aulas com a formação profissional - 1ª série



Fonte: Borges (2018)

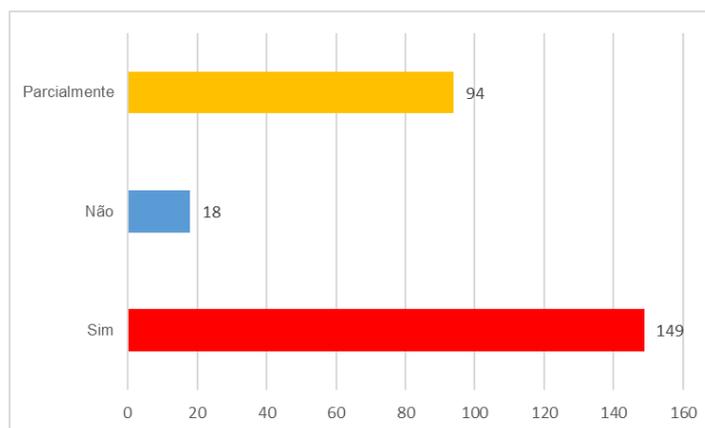
Ao analisar o gráfico acima se percebe que houve praticamente um empate nas respostas que 47,12% (123 alunos) responderam que os professores da

⁶ Observatório Escolar é um instrumento de avaliação das escolas técnicas implantado pela Coordenadoria de Ensino Técnico (Cetec). Seu propósito é contribuir para a consolidação de uma rede de escolas técnicas competentes em educação profissional, conforme o site do CPS (2018).

Formação Geral relacionam suas aulas com a Formação Profissional, 46,74% (122 alunos) colocaram que sim, 5,35% (14 alunos) que não e 0,76% (02 alunos) não sabem do que se trata. Isto significa que os alunos percebem que os professores do Ensino Médio utilizam competências, bases tecnológicas e habilidades correspondentes ao Ensino Técnico para ministrarem suas aulas, um grande passo para a integração curricular.

O último questionamento está relacionado: Ao finalizar a 1ª série do Etim de Administração, a qualificação profissional é de Auxiliar Administrativo. Você se sente qualificado para esta função?

Gráfico 08: Qualificado como Auxiliar Administrativo - 1ª série



Fonte: Borges (2018)

Segundo o gráfico supramencionado fica evidente que a maioria dos alunos, 57,08% (149 alunos) sente-se qualificado como Auxiliar Administrativo ao finalizar a 1ª série; 36,01% (94 alunos) responderam que parcialmente e 6,89% (18 alunos) que não se sente qualificado. Observa-se que a maioria dos alunos ao finalizarem a 1ª série estão habilitados para exercer a função de Auxiliar Administrativo.

Assim, conforme a pesquisa realizada com os alunos da 1ª série do Etim de Administração das 07 Escolas que participaram, foi possível observar que a maioria dos alunos optou em prestar o processo do Vestibulinho do Centro Paula Souza no curso do Etim de Administração para atuar no mercado de trabalho e uma quantidade significativa dos alunos também responderam pela qualidade de ensino na Etec.

Na segunda questão verificou-se que os alunos são informados em todo os componentes curriculares sobre as bases tecnológicas, habilidades, competências, processo de ensino-aprendizagem e avaliação.

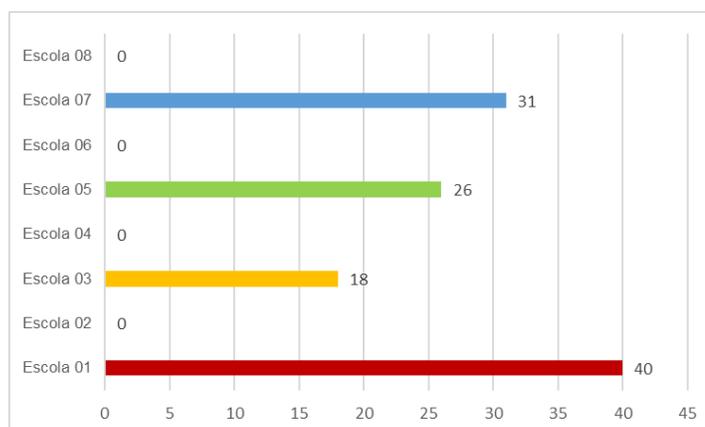
Observou-se que os alunos parcialmente conseguem perceber que os professores da Base Nacional Comum relacionam seu componente curricular com o mercado de trabalho. Mas, que se sentem qualificados como Auxiliar Administrativo ao finalizar a 1ª série, o que talvez se constate uma incoerência nas respostas, ou apenas com os componentes curriculares da Formação Profissional o aluno se sente apto para exercer esta função. Porém, a Formação Geral também é essencial na formação técnica.

Ao refletir sobre as duas últimas questões podem-se haver duas hipóteses: que há uma incoerência nas respostas dos alunos ou que os professores da Formação Profissional planejam aulas de acordo com o mercado de trabalho, fazendo com que os alunos se sintam qualificados para exercer a função.

3.2. Análise dos Questionários: Alunos da 3ª série – Etim de Administração

O questionário realizado com os alunos da 3ª série da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio da regional de Ribeirão Preto totalizou 115 alunos e 04 escolas participaram por ofertar esta turma em 2017, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 09: Quantidade de alunos por escola referente a 3ª série

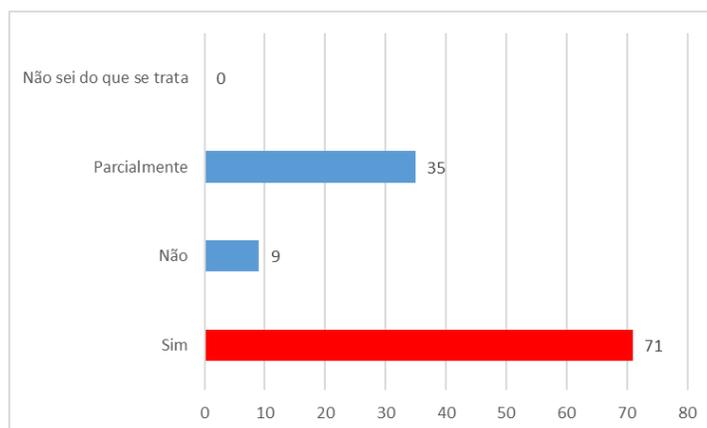


Fonte: Borges (2018)

As escolas 02, 04, 06 e 08 não ofertaram turmas da 3ª série do Etim de Administração no ano letivo de 2017, a escola 01 foi à única que conseguiu a totalidade dos alunos (100%) para a participação no questionário.

A primeira questão contempla a integração curricular nos componentes curriculares da Base Nacional Comum com a Formação Profissional no Etim de Administração, sendo ela: Você percebe se há a integração (trabalho em conjunto) nos componentes curriculares (disciplinas) da Base Nacional Comum (Matemática, Geografia, História, Inglês e outros) com a Formação Profissional (disciplinas da parte técnica) no Etim de Administração?

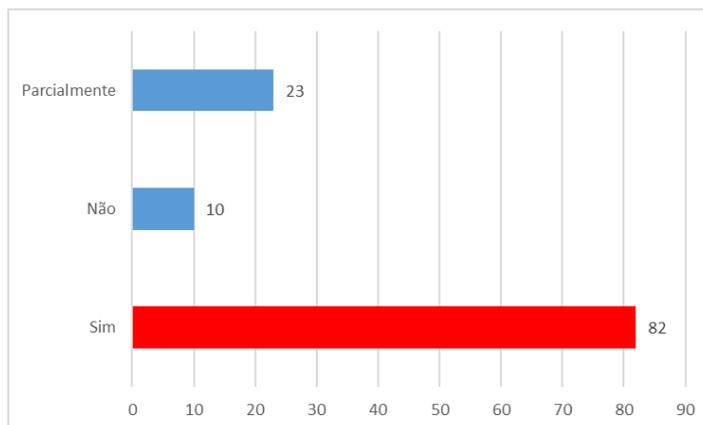
Gráfico 10: Integração curricular na 3ª série



Fonte: Borges (2018)

Conforme gráfico acima a maioria corresponde a 71 alunos (61,74%) na qual responderam que sim, ou seja, que percebem a integração curricular nos componentes curriculares da Base Nacional Comum e a Formação Profissional, 35 alunos (30,43%) disseram parcialmente e 09 alunos (7,82%) colocaram que não há a integração.

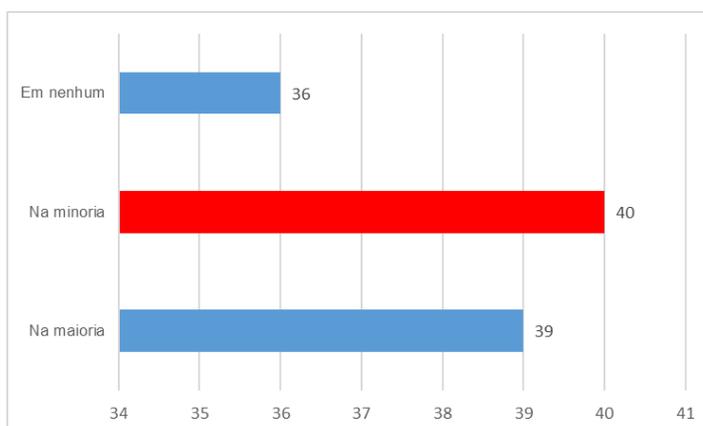
A segunda questão compara-se ao estudo com o mercado de trabalho: Você consegue comparar os componentes curriculares (disciplinas) estudados com o mercado de trabalho? Ou seja, associar a teoria da sala de aula com a prática do mercado de trabalho?

Gráfico 11: Relação dos estudos com o mercado de trabalho

Fonte: Borges (2018)

O gráfico supracitado apresenta que 71,3% (82 alunos) conseguem associar os componentes curriculares ministrados em sala de aula com o mercado de trabalho/ arranjo produtivo local; 20% (23 alunos) responderam que parcialmente e 8,69% (10 alunos) disseram que não conseguem perceber esta relação. Mas, observa-se que a maioria dos alunos consegue comparar o que se aprende em sala de aula com a realidade do mercado de trabalho.

O terceiro questionamento foi concernente com o processo de avaliação: Os professores avaliam em conjunto, ou seja, uma única avaliação para várias disciplinas? Integrando o currículo por meio da avaliação?

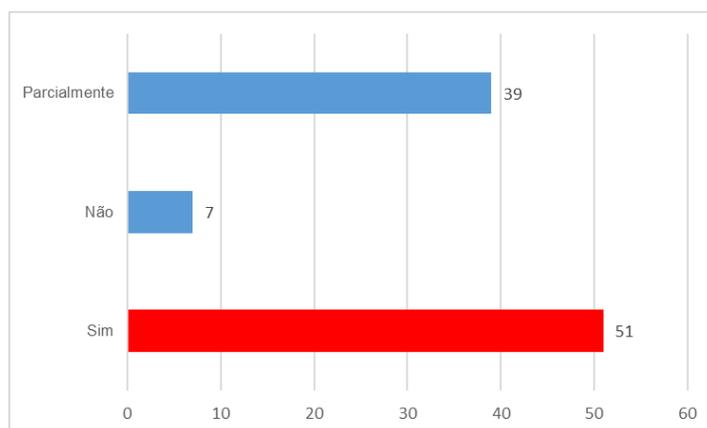
Gráfico 12: Integração no processo de avaliação

Fonte: Borges (2018)

Segundo o gráfico acima 34,78% (40 alunos) responderam que a minoria dos componentes curriculares (disciplinas) há a integração por meio do processo de avaliação; 33,91% (39 alunos) na maioria e 31,30% (36 alunos) afirmam que em nenhum componente curricular se trabalha a avaliação de forma integrada. Ao analisar as respostas dos alunos percebe-se que as opiniões ficaram divididas, não sendo possível afirmar que os professores utilizam a avaliação como meio para auxiliar a integração curricular.

A quarta questão está associada à formação do aluno: Após finalizar a 3ª série do Etim de Administração, você se sente preparado (a) para o mercado de trabalho como Técnico em Administração?

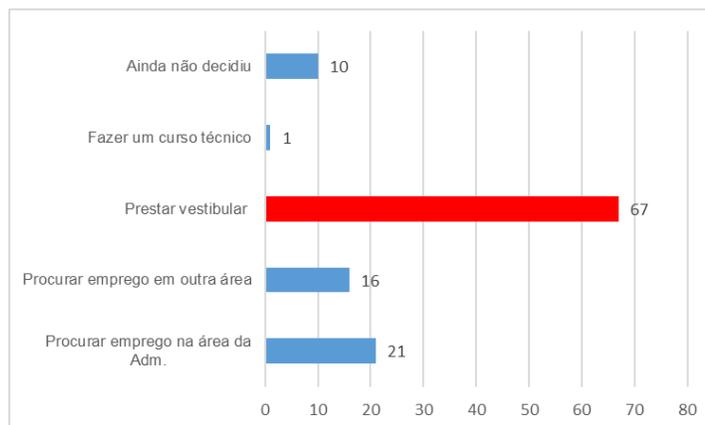
Gráfico 13: Formação do aluno do Etim de Administração



Fonte: Borges (2018)

Conforme gráfico acima a maioria dos alunos que corresponde a 32,9% (51 alunos) responderam que após finalizar a 3ª série, sentem-se preparados para atuar no mercado de trabalho como Técnico em Administração; 25,16% (39 alunos) comentaram que parcialmente e 6,08% (07 alunos) explanaram que não se sentem preparados para enfrentar o mercado de trabalho.

A última questão está relacionada sobre a decisão que o aluno pretende tomar, após formar-se na 3ª série do Etim de Administração.

Gráfico 14: Decisão do aluno após finalização do curso

Fonte: Borges (2018)

Ao analisar a figura acima se percebe nitidamente que apesar da maioria dos alunos sente-se preparados para enfrentar o mercado de trabalho, a maioria dos alunos 58,26% (67 alunos) pretende ao finalizar o curso, prestar o vestibular para ingressar no ensino superior; 18,26% (21 alunos) responderam que procuraria um emprego na área da Administração; 13,91% (16 alunos) procurariam um emprego em outra área; 8,69% (10 alunos) ainda não haviam decidido e apenas 0,86% (01 aluno) respondeu que pretendia fazer um curso técnico.

Observa-se que os alunos que finalizaram o curso do Etim de Administração deduzem a integração curricular entre os componentes curriculares da Formação Geral com a Formação Profissional; que conseguem correlacionar os estudos com o mercado de trabalho.

Os alunos compreendem que a maioria dos componentes curriculares utiliza o processo de avaliação como meio de integração curricular. Que se sentem preparados para atuar como Técnico em Administração, todavia, a principal pretensão é prestar o vestibular para ingressar no ensino superior. Desconexo com a resposta dos alunos da 1ª série, que ingressaram no ensino integrado

Dessarte, sendo perceptível o entendimento dos alunos diante o currículo do ensino integrado, suas expectativas e intenções após concluírem o curso.

3.3. Análise dos Questionários: Coordenadores de Curso

O questionário foi realizado com 08 Coordenadores de Cursos da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio das escolas técnicas da regional de Ribeirão Preto.

Conforme Deliberação CEEPTES 19, de 16-07-2015, o Coordenador de Curso tem as seguintes funções: realizar ações relacionadas às atividades técnicas e pedagógicas dos cursos que a escola oferece, juntamente com a equipe gestora e comunidade escolar auxilia na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Plano Plurianual de Gestão (PPG); acompanha o trabalho do docente, realizando o alinhamento do Plano de Trabalho Docente e o Diário de Classe; orienta o professor para a realização da recuperação contínua e progressão parcial, juntamente com o Coordenador de Projetos responsável pelo Apoio e Orientação Educacional; atua nas atividades relacionadas com o estágio supervisionado; acompanha as aulas práticas, juntamente com o Auxiliar de Docentes; propõe atividades diferenciadas como visitas técnicas, palestras, cursos de pequena duração; avalia a atuação do professor e propõe reformulações curriculares para atender o mercado produtivo local.

SUBSEÇÃO I - Das Coordenações de Curso; Artigo 27 - As Coordenações de Curso são responsáveis pelo conjunto de ações destinadas ao planejamento do ensino, à supervisão de sua execução, ao controle das atividades docentes em relação às diretrizes didático-pedagógicas e administrativas, bem como pela otimização dos recursos físicos e didáticos disponíveis para os cursos mantidos pelas Etecs; Artigo 28 - Normas reguladoras das Coordenações de Curso serão expedidas pelo Conselho Deliberativo do CEETEPS (CETEC, 2013, p. 07).

O questionário foi disponibilizado para os Coordenadores de Curso responder, por meio da ferramenta do *Google Docs.*, contribuindo para o levantamento de informações relacionadas aos desafios da integração no ensino integrado.

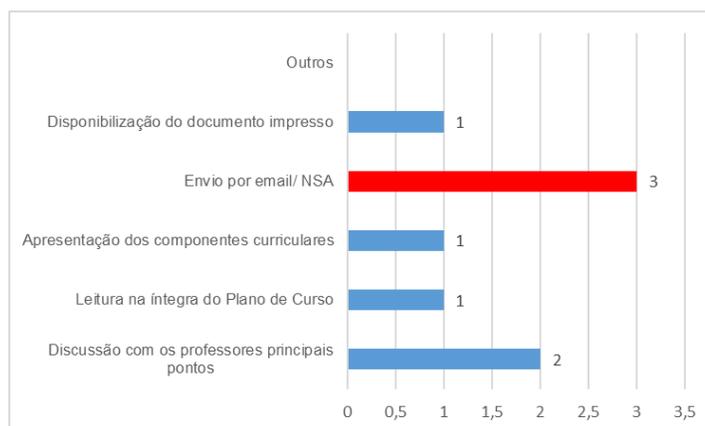
No questionário constam no total 13 questões, sendo 12 perguntas quantitativas, que são as primeiras questões do questionário e 01 a última questão qualitativa.

Destaca ainda sua importância ao ter a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação,

possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas. Assim, a abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos (RAUPP; BEUREN, 2003, p. 93).

A primeira questão consiste em que meio o Coordenador de Curso divulgou o Plano de Curso para os docentes.

Gráfico 15: Divulgação do Plano de Curso



Fonte: Borges (2018)

Analisando o gráfico acima se percebe que a maioria, totalizando 03 dos 08 Coordenadores de Curso, divulgou o Plano de Curso utilizando o email e/ ou o sistema acadêmico NSA, apenas enviando o documento ao docente; 02 realizaram discussão com os professores relacionados aos principais pontos; 01 disponibilizou o documento impresso; 01 apresentou os componentes curriculares (bases tecnológicas, habilidades e competências) e 01 realizou a leitura na íntegra.

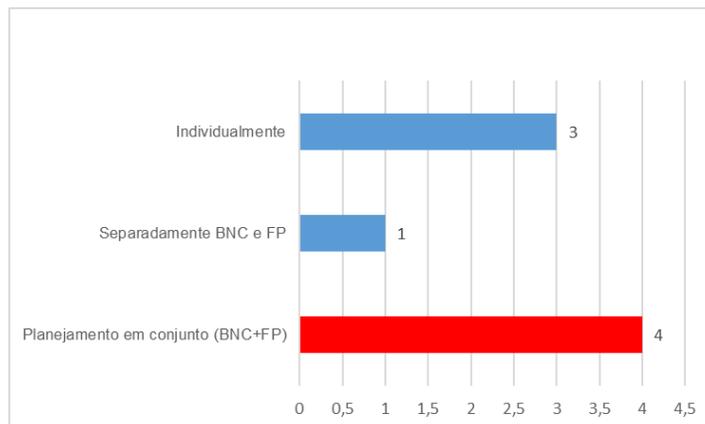
Apenas enviar por e-mail ou disponibilizar o Plano de Curso para os docentes, não é o suficiente para planejar um ano letivo de um curso que está retornando o seu oferecimento e os professores não conhecem na prática como trabalhar o currículo integrado em sala de aula.

Desta maneira, o recomendado pela Área da Gestão Pedagógica do Grupo de Supervisão Educacional seria reunir os professores em uma reunião de planejamento e realizar discussão do Plano de Curso com os professores, sobre os principais pontos.

Posteriormente reunir os professores afins para planejarem em conjunto as metodologias de ensino, a avaliação, apresentando os componentes curriculares as bases tecnológicas, competências, habilidades e outros. Apesar de importante, acredita-se que realizar a leitura na íntegra do Plano de Curso torna-se cansativo, pois, o documento possui 175 páginas. Além da discussão do Plano de Curso em equipe, outrossim, é disponibilizar o arquivo para a consulta dos professores.

A segunda questão pergunta como que ocorreu a confecção do Plano de Trabalho Docente (PTD), que é dever do professor, “VI - elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político-pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS” (CETEC, 2013, p. 20):

Gráfico 16: Confecção do Plano de Trabalho Docente (PTD)



Fonte: Borges (2018)

Percebe-se que a maioria dos Coordenadores de Curso, totalizando 04, responderam que todos os professores da Base Nacional Comum e da Formação Profissional reuniram e planejaram em conjunto os Planos de Trabalho Docente (PTD), 03 Coordenadores citaram que ocorreu individualmente, ou seja, cada professor planejou seu PTD e 01 respondeu que os professores realizaram separadamente, Formação Geral e Formação Profissional.

Apesar da maioria responder que os PTDs foram planejados em conjunto com todos os professores, pela diferença de um professor a outra resposta consta individualmente, o que não é recomendado pela Área da Gestão Pedagógica, pois como integrar o currículo realizando individualmente o PTD? Os professores precisam discutir em conjunto com todos os professores que ministram aulas no

curso, visto que também não adianta planejar o PTD somente os professores da Formação Geral separados da Formação Profissional.

O Coordenador de Curso precisa observar e orientar os professores para trabalharem em conjunto neste momento fundamental do planejamento letivo. Esta ocasião é possível verificar se o currículo integrado será realmente colocado em prática.

A terceira questão interrogou se os professores da formação profissional acrescentaram as bases científicas no Plano de Trabalho Docente.

As bases científicas estão no quadro III do Plano de Trabalho Docente da Formação Profissional que corresponde ao procedimento didático e cronograma de desenvolvimento.

As bases científicas correspondem às bases da Formação Geral que o aluno precisa saber para conseguir aprender as bases tecnológicas (conteúdo) da formação profissional.

Segue abaixo (figura) parte do Plano de Trabalho Docente da formação profissional do ensino integrado.

Figura 12: Parte do PTD da Formação Profissional



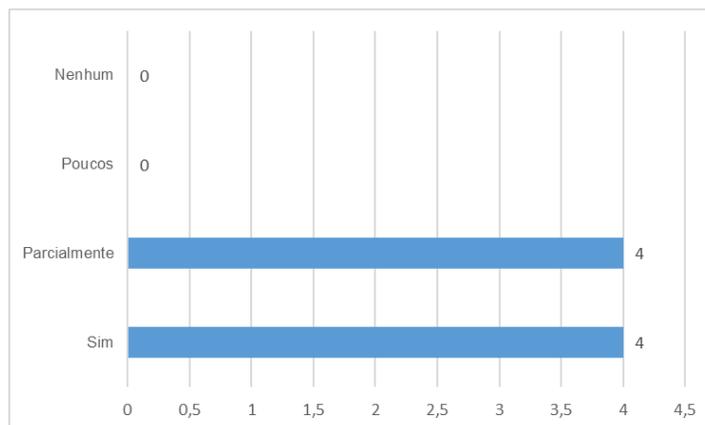
Unidade de Ensino Médio e Técnico – Cetec

III – Procedimento Didático e Cronograma de Desenvolvimento

Componente Curricular: _____ Série: _____

Habilidade (Identificar pelo número)	Bases Tecnológicas	Bases Científicas	Procedimentos Didáticos	Cronograma (Dia e Mês)
				_ / _ a _ / _

Fonte: CETEC. Plano de Trabalho Docente. Disponível em <<http://www.cpscetec.com.br/bdctec/index.php>>. Acesso em: 05 de abril de 2017

Gráfico 17: Presença das bases científicas no PTD

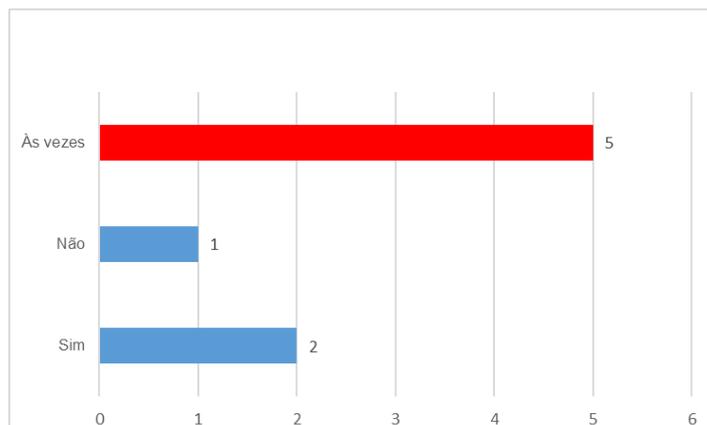
Fonte: Borges (2018)

Observa-se que 50% dos Coordenadores de Curso responderam que sim, que os professores da Formação Profissional acrescentam as bases científicas nos seus PTDs e 50% disseram que parcialmente. Percebe-se que os professores são orientados pelos Coordenadores de Curso, em decorrência que nenhum respondeu “poucos” ou “nenhum”

A quarta pergunta está associada com o acompanhamento que o Coordenador de Curso realiza no Diário de Classe, na qual, os docentes diariamente realizam os registros do processo de ensino-aprendizagem, processo de avaliação/recuperação contínua, frequência dos alunos e de acordo com a Deliberação 19 (2015), desta maneira, o Coordenador de Curso acompanha e alinha estes registros semanalmente no sistema acadêmico (NSA).

Atualmente 100% das escolas técnicas da regional de Ribeirão Preto realizam os registros acadêmicos no Sistema NSA. E a Supervisão possui o acesso destas informações por meio de *login* e senha.

A quarta questão trata-se do acompanhamento do Diário de Classe verificando se há registros que demonstraram a integração curricular entre a Base Nacional Comum e a Formação Profissional.

Gráfico 18: Registros acadêmicos e a integração curricular

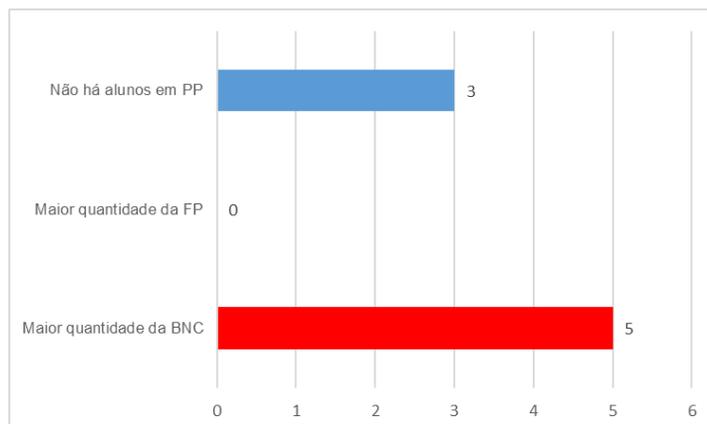
Fonte: Borges (2018)

Conforme gráfico acima a maioria dos (5) Coordenadores de Curso afirmaram que, às vezes, percebe-se a integração curricular de acordo com os registros acadêmicos; 02 Coordenadores de Curso afirmaram que sim e 01 respondeu que não.

Os registros acadêmicos é um dos meios do Coordenador de Curso acompanhar o cumprimento curricular alinhando com o PTD e o Plano de Curso, orientando metodologias e avaliações diversificadas, verificando o rendimento escolar do aluno, para adequações necessárias para a formação do aluno.

A quinta questão persiste na progressão parcial, também conhecida como PP, à progressão parcial ocorre quando ao final do semestre/ano letivo o aluno fica, em no máximo, três componentes curriculares com menção I (insatisfatório), desta forma, o aluno é promovido para a série/ módulo seguinte e realiza a progressão parcial dos componentes curriculares que ficou com menção insatisfatória.

Artigo 78 - O aluno com rendimento insatisfatório em até três componentes curriculares, exceto na série ou módulo final, a critério do Conselho de Classe, poderá ser classificado na série/módulo subsequente em regime de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, devendo submeter-se, nessa série/módulo, a programa especial de estudos. § 1º - A retenção em componentes curriculares cursados em regime de progressão parcial não determina a retenção na série ou módulo regulares. § 2º - O aluno poderá acumular até três componentes curriculares cursados em regimes de progressão parcial, ainda que de séries ou módulos diferentes. § 3º - Os alunos em regime de progressão parcial, respeitados os limites previstos nos parágrafos anteriores, poderão prosseguir estudos nas séries ou módulos subsequentes (CETEC, 2013, p. 17).

Gráfico 19: Alunos em PP no ensino integrado

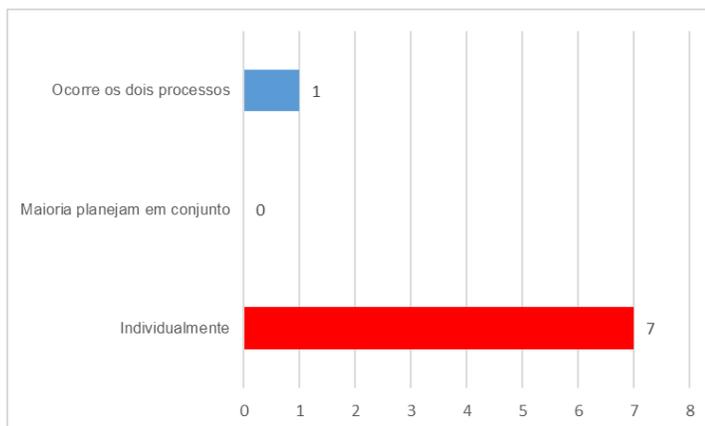
Fonte: Borges (2018)

A maioria dos Coordenadores de Curso 05 dos 08 respondeu que: a maior quantidade de alunos em PP é dos componentes curriculares da Base Nacional Comum; 03 Coordenadores responderam que não há alunos em processo de progressão parcial e nenhum colocou que a maior quantidade de alunos em PP é da formação profissional.

A sexta pergunta corresponde ao processo de avaliação e recuperação contínua no ensino integrado.

Artigo 68 - A avaliação do rendimento em qualquer componente curricular: I - será sistemática, contínua e cumulativa, por meio de instrumentos diversificados, elaborados pelo professor, com o acompanhamento do Coordenador de Curso e II - deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes situações de aprendizagem, considerados os objetivos propostos para cada uma delas (CETEC, 2013, p. 15).

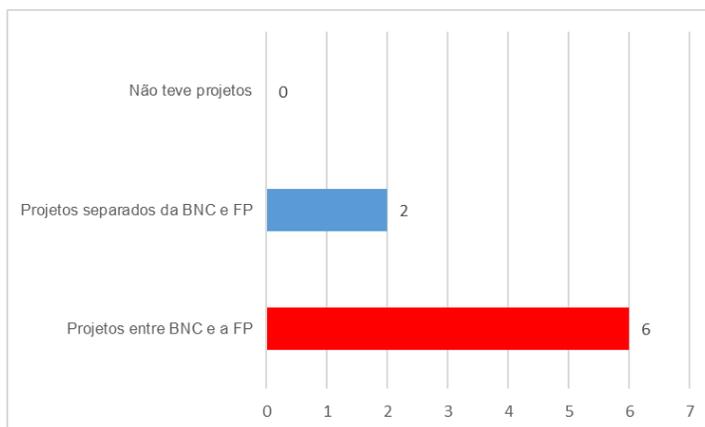
A recuperação ocorre durante o semestre/ano letivo quando o aluno apresenta baixo rendimento escolar, ou seja, menção insatisfatória (I) em algum componente curricular, assim sendo, os alunos têm o direito de fazer a recuperação e com instrumento diversificado e este resultado integrará ao resultado de avaliação do aluno, de acordo como regimento escolar das Etecs, artigo 71, Cetec (2013).

Gráfico 20: Processo de avaliação e recuperação

Fonte: Borges (2018)

Nota-se que os professores planejaram suas avaliações individualmente 07 Coordenadores de Curso responderam que cada componente curricular realiza a avaliação dos alunos individualmente e 01 Coordenador respondeu que ocorre os dois processos de avaliação, individualmente por componente curricular e entre os componentes curriculares da Base Nacional Comum e a formação profissional; nenhum respondeu que a maioria dos componentes curriculares planejam atividades avaliativas em conjunto.

A sétima questão corresponde aos projetos integradores e interdisciplinares que estão previstos no Plano Plurianual de Gestão (PPG) da Unidade Escolar.

Gráfico 21: A ocorrência dos projetos integradores

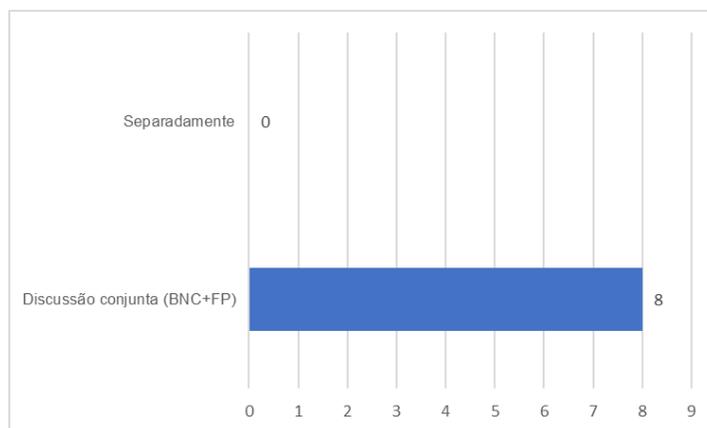
Fonte: Borges (2018)

A maioria dos Coordenadores de Curso, 06 dos 08, responderam que no Etim ocorreram projetos integradores que envolveram os componentes curriculares da Base Nacional Comum e Formação Profissional; 02 responderam que houveram projetos interdisciplinares que envolveram somente os componentes curriculares da Formação Geral ou Formação Profissional, mas de forma separada; e nenhum respondeu que não houveram projetos interdisciplinares previstos no PPG.

A oitava questão é sobre o conselho de classe intermediário no “Artigo 77 - O Conselho de Classe decidirá a promoção ou retenção, à vista do desempenho global do aluno, expresso pelas sínteses finais de avaliação de cada componente curricular” (CETEC, 2013, p. 17).

Que no caso o objetivo dessa questão foi verificar como que os professores realizaram o Conselho de Classe Intermediário, por meio de discussões conjuntas ou separadas. Todavia foi presenciado por esta Supervisão na Escola 02 que o Conselho de Classe Intermediário em meados de 2017, onde os professores sentaram separadamente, Formação Geral da Formação Profissional e realizaram a discussão do rendimento escolar do aluno de seu componente curricular e não ocorrendo uma discussão do desempenho global do aluno com todos os professores.

Gráfico 22: Integração dos docentes no Conselho de Classe



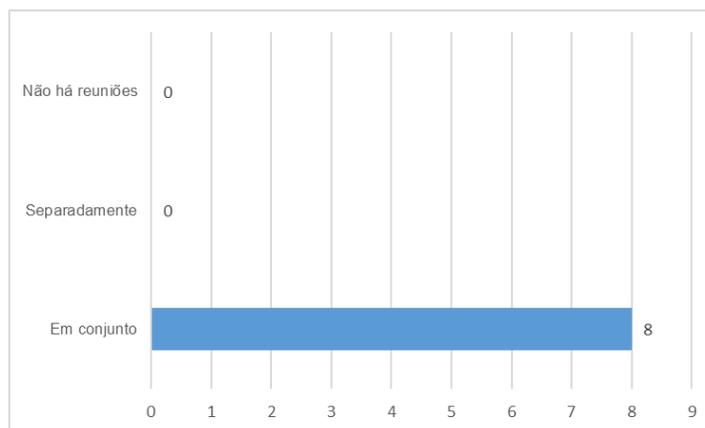
Fonte: Borges (2018)

Conforme gráfico acima se constatou que 100% dos Coordenadores de Curso afirmaram que durante o Conselho de Classe Intermediário e final, os professores

(Base Nacional Comum e Formação Profissional) discutiram em conjunto sobre o desempenho escolar dos alunos.

A nona pergunta trata-se sobre as reuniões de curso que de acordo com o subsídio para a elaboração do calendário escolar (2017, p. 03), consta “reuniões de Curso - no mínimo, 04 (quatro) durante o ano (02 reuniões/semestre), que podem ocorrer em dia letivo, em horários diferentes do horário de aula”.

Gráfico 23: Reunião de curso

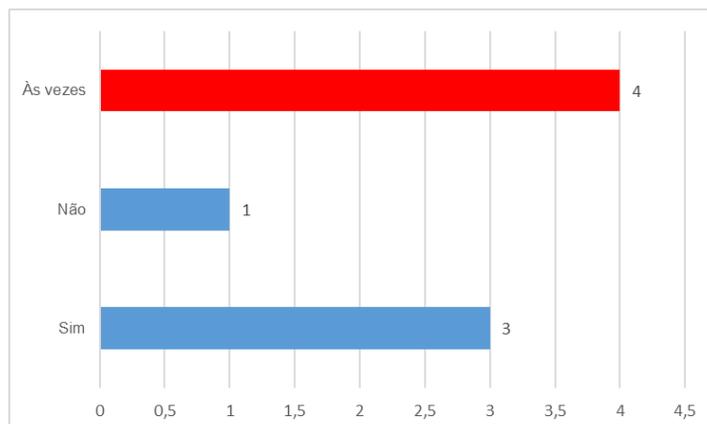


Fonte: Borges (2018)

Todos os Coordenadores de Curso citaram que as reuniões de curso ocorreram em conjunto, contando com a presença dos professores da Base Nacional Comum e formação profissional.

A décima questão é uma das principais questões para verificar a integração curricular na prática, desta maneira, se existe a integração entre os componentes curriculares da Formação Geral e a Formação Profissional.

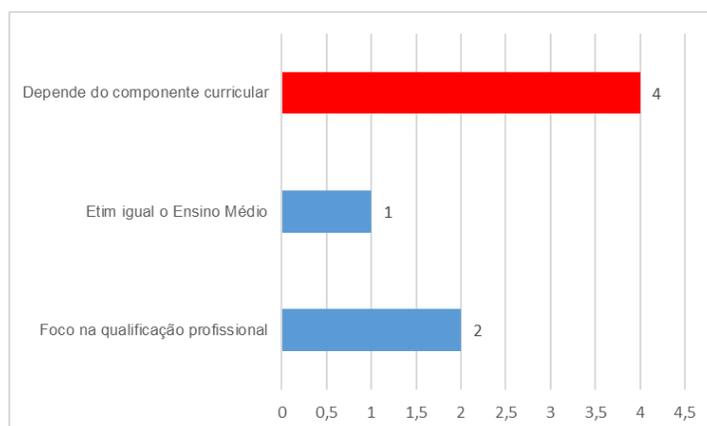
Exemplificando: a matemática auxiliando com o componente curricular de Gestão Empresarial e Cálculos Financeiros e Estatísticos. A Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional colaborando para a aprendizagem da Legislação Empresarial, sendo ministradas de forma integrada, para que o aluno consiga associar o aprendizado com o mercado de trabalho.

Gráfico 24: A integração curricular durante as aulas

Fonte: Borges (2018)

A maioria dos Coordenadores de Curso, 04 dos 08, responderam que a integração curricular, por meio das aulas, ocorreu às vezes; 03 garantiram que a integração curricular ocorreu durante as aulas e 01 respondeu que não ocorreu.

A décima primeira questão consiste nas aulas da Base Nacional Comum. Qual é o principal foco que os professores que ministraram as aulas da Base Nacional Comum enfatizam nas aulas ministradas?

Gráfico 25: Foco das aulas na formação geral

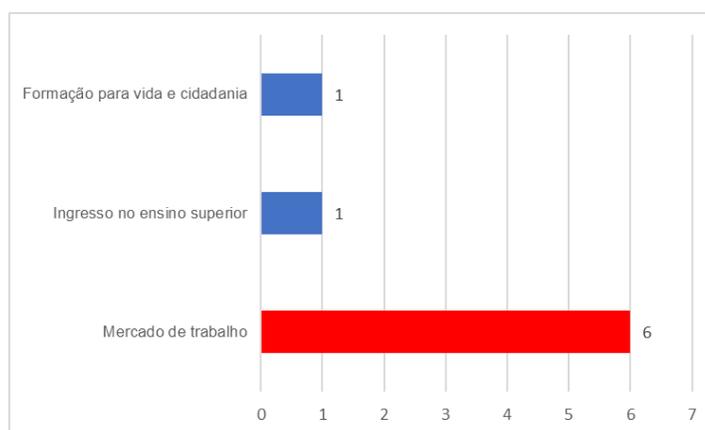
Fonte: Borges (2018)

Percebeu-se que a maioria dos Coordenadores de Curso, 04 dos 08, colocou que depende do componente curricular, uns trabalham para a Formação Profissional e outros trabalham igual o Ensino Médio; 02 responderam que a maioria dos docentes atuam com o foco na qualificação profissional do aluno e apenas 01

colocou que as aulas ministradas no Etim são iguais as que são ministradas no Ensino Médio, nesta última opção, provavelmente os professores não utilizaram o Plano de Curso do Etim de Administração, pois se comparado com o Plano de Curso do Ensino Médio, por exemplo, a matemática é diferente quando comparada com o Etim de Administração.

A décima segunda questão consta sobre a formação do aluno do ensino integrado.

Gráfico 26: Foco principal para a formação do aluno do Etim



Fonte: Borges (2018)

Conforme a figura acima se compreende que a maioria dos Coordenadores de Curso, 06 dos 08 relataram que a formação do aluno é para o mercado de trabalho; 01 Coordenador citou que é para o ingresso no ensino superior e 01 para a formação para a vida e cidadania.

A última questão e décima terceira questionou sobre a ocorrência da integração curricular, que foi uma pergunta aberta, para os Coordenadores de Curso relatarem.

Na pesquisa qualitativa, concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último (RAUPP; BEUREN, 2003, p. 92).

Questionado sobre a integração curricular na Unidade Escolar em que trabalha, o Coordenador de Curso da Escola 01 respondeu que:

Na 13 acho que a resposta melhor seria para o mercado de trabalho, para a vida e cidadania. Não acontece, deveria acontecer, mas, as disciplinas do ensino médio deveriam apoiar as necessidades e

aplicações da profissionalizante. A única integração que ocorre é entre algumas disciplinas da formação profissional.

O Coordenador de Curso da Escola 02 comentou que não tem tanta experiência nesta modalidade de ensino e que realizaram projetos para integrar o curso.

Trabalhamos no presente momento com a primeira turma de Administração integrada ao Ensino Médio. Coordenação e docentes estão trabalhando para a realização dos projetos e a devida integração do curso. Em 2018 teremos maiores subsídios para integrar ainda mais o núcleo técnico e a Base Nacional Comum. A partir de um processo, essa integração estará devidamente realizada em 2019, quando a primeira turma concluirá o curso.

Na Escola 03 o Coordenador de Curso relatou que: “A integração do currículo ocorre através da elaboração de projetos a partir de problemáticas reais do cotidiano do aluno”.

O Coordenador de Curso da Escola 04 também citou a relação do ensino integrado por meio de projeto: “Através de Projetos. Nas reuniões de curso são discutidas a integração dos conteúdos nos componentes curriculares”.

Na Escola 05 o Coordenador de Curso escreveu sobre a falta de experiência e as dificuldades para integrar o currículo, que fizeram algumas atividades em conjunto, mas que necessitam ser aprimorados.

Estamos tentando algumas coisas e sempre discutindo se está dando certo ou não, mas sentimos algumas dificuldades em integrar tudo pela falta de experiência. Fizemos algumas atividades e projetos em conjunto, as aulas estão sendo pensadas para ajudar outros componentes, mas nada ainda muito elaborado. No próximo ano faremos mais e novas tentativas.

O Coordenador de Curso da Escola 06 explanou que os professores avaliaram o plano de atividades: “Os docentes avaliam o plano de atividade docente conforme seu componente profissional ou base nacional e desenvolvem as atividades integrando habilidades e competências dos discentes”.

O penúltimo questionário referente ao Coordenador de Curso da Escola 07 descreveu que os instrumentos utilizados para integrar o currículo: “Através do desenvolvimento de projetos interdisciplinares, gincanas, palestras, visitas técnicas e etc”.

Realizando uma análise pedagógica percebe-se que a o Coordenador de Curso da Escola 08 procurou realizar a integração do curso, utilizando o planejamento do Plano de Trabalho Docente e projetos integradores.

A integração do Ensino Integrado na Unidade Escolar, ocorre desde o planejamento dos PTDs e nas reuniões de áreas no início do ano letivo, onde são elaborados de forma integradas nas suas áreas afins. Os projetos são envolvidos em partes integradas entre todos e desenvolvidos com os conteúdos do currículo escolar, fazendo junção com mais de um componente. A integração ocorre desde a base comum até os componentes técnicos. Estamos iniciando os ETIMs Integrados onde o parâmetro contextual está centrado no conteúdo dos PTDS e desenvolvimento de projetos para a comunidade escolar, em que o ensino também envolve a comunidade local, mundo do trabalho e o direcionamento dos componentes.

Analisando as respostas dos Coordenadores de Curso percebe-se um esforço para a integração curricular no Etim de Administração, alguns alegaram a falta de experiência nesta modalidade de ensino, a maioria busca a integração por meio dos projetos interdisciplinares/ integradores e relataram que necessitam aprimorar a integração no ensino, apenas um Coordenador de Curso comentou que a integração entre os componentes curriculares da Base Nacional Comum e a Formação Profissional não ocorreu de fato.

3.4. Análise das Entrevistas: Coordenadores de Projetos responsáveis pela Coordenação Pedagógica das Unidades Escolares da Regional de Ribeirão Preto

Inicialmente, foi elencada a função do Coordenador de Projetos responsável pela Coordenação Pedagógica, conforme Deliberação CEETEPS 20, de 16-07-2015, para entender a sua importância para a Unidade Escola e para o gerenciamento do processo de ensino-aprendizagem, em busca da qualidade de ensino e a formação profissional do aluno.

Desta forma, consta que o Coordenador Pedagógico possui a função de principal de acompanhar e orientar juntamente com os Coordenadores de Curso o processo de ensino-aprendizagem; auxiliar juntamente com a Direção na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Plano Plurianual de Gestão (PPG); acompanhar e gerenciar os projetos que foram propostos no PPG; capacitar continuamente os Coordenadores de Curso e docentes para adequar as práticas pedagógicas e os indicadores pedagógicos (rendimento escolar do aluno, reduzir a evasão e outros); participar de bancas de processo seletivo e concurso público

numa visão pedagógica; orientar os docentes para diversificar as metodologias de avaliação; participar, quando necessário do processo de reconsideração e recursos dos alunos que apresentaram menção insatisfatória e não concordaram com o resultado tomado pelo Conselho de Classe; analisar e divulgar os indicadores pedagógicos.

Para ocupar esta função o Coordenador Pedagógico passa por processo de qualificação, geralmente, ocorre de 02 em 02 anos e para isso há pré-requisitos poder fazer a inscrição para prestar a prova e ocupar esta função, a Direção da Unidade Escolar precisa estar de acordo com o projeto proposto e a Supervisão verifica se o projeto atende as metas do Centro Paula Souza.

As entrevistas com os Coordenadores de Projetos responsáveis pela Coordenação Pedagógica, conforme o cronograma de execução do projeto ocorreu no mês de dezembro de 2017. Na regional de Ribeirão Preto constam oito escolas que oferecem a Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, sendo 7 Etecs e 1 Classe Descentralizada e 100% participaram da entrevista. Antes de iniciar as análises das entrevistas, interessante definir o conceito:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 92).

A maioria das entrevistas ocorreu por meio do *Skype for Business* e apenas 01 foi pessoalmente, que “trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado verbalmente, a informação necessária” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 92), que foi previamente agendada com cada Coordenador Pedagógico, de acordo com sua disponibilidade e elas foram gravadas e transcritas de forma fiel.

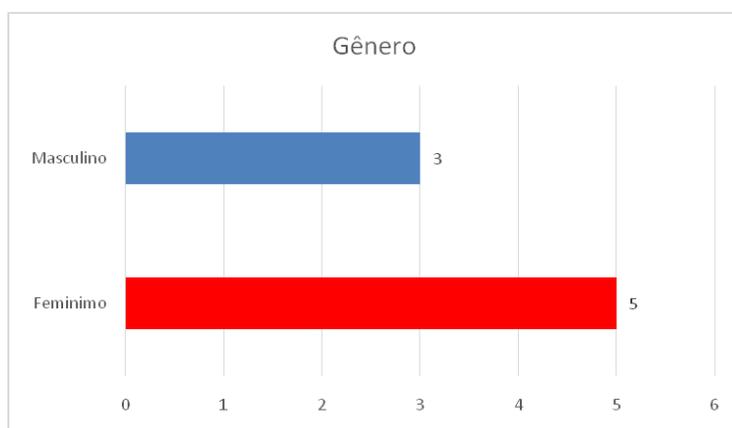
A entrevista teve como objetivo entender como que a Coordenação Pedagógica orientou os Coordenadores de Curso e professores com relação à integração do currículo, o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação, recuperação contínua, progressão parcial e projetos interdisciplinares, ou seja, como que a integração curricular ocorre na prática em sala de aula. A entrevista ocorreu

de forma padronizada com 06 questões realizadas aos Coordenadores Pedagógicos.

[...] é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 92-93).

Para iniciar a transcrição e análise das entrevistas, elenca-se o gênero, tempo no Centro Paula Souza, tempo nesta função e a formação acadêmica do Coordenador Pedagógico.

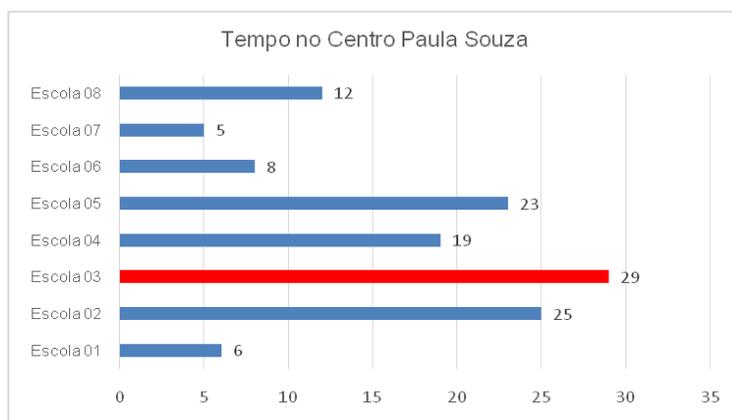
Gráfico 27: Gênero dos Coordenadores Pedagógicos



Fonte: Borges (2018)

De acordo com o gráfico supramencionado percebe-se que a maioria dos Coordenadores Pedagógicos é do gênero feminino, totalizando 05 e 03 são do gênero masculino.

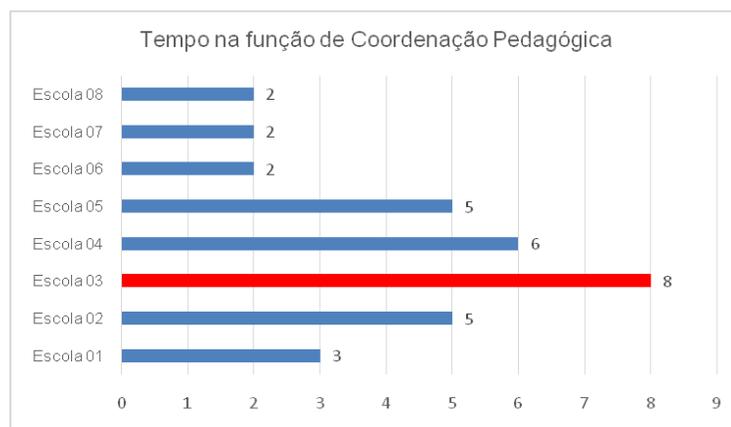
Gráfico 28: Tempo (anos) de Centro Paula Souza



Fonte: Borges (2018)

Percebe-se que os Coordenadores de Pedagógicos possuem experiência na docência no Centro Paula Souza, sendo o contratado mais recente da Escola 07 com 5 anos e o mais experiente da Escola 03 com 29 anos de casa.

Gráfico 29: Tempo (anos) na função da Coordenação Pedagógica



Fonte: Borges (2018)

E com relação ao tempo na função da Coordenação Pedagógica as três últimas escolas os Coordenadores Pedagógicos têm experiência de 02 anos e da Escola 03 e o que se tem maior tempo com 08 anos. Sendo 06 deles qualificados e 02 em caráter excepcional.

Tabela 02: Formação acadêmica dos Coordenadores Pedagógicos

Escola 01	Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia
Escola 02	Licenciatura em Matemática
Escola 03	Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia
Escola 04	Graduação em Engenharia de Alimentos; Licenciatura em Pedagogia e Pós-Graduada em Gestão Escolar
Escola 05	Licenciatura em Matemática
Escola 06	Licenciatura em Química; Licenciatura em Pedagogia; Especialização em Metodologia e Gestão para a Educação a Distância e Mestrado em Ciências.
Escola 07	Bacharel em Direito e Licenciatura em Pedagogia
Escola 08	Bacharel em Enfermagem.

Fonte: Borges (2018)

Iniciando a análise das entrevistas, a primeira questão, se o Coordenador Pedagógico pode afirmar que na sua Unidade Escolar a integração curricular ocorreu na prática, a entrevistada 01 respondeu que:

Não ocorre a integração curricular, os professores trabalham de maneira bastante individual os componentes curriculares, assim não havendo integração, por exemplo, a Base Nacional Comum com a parte específica.

Comentou brevemente do projeto realizado com a Festa das Nações. “Ele daria para englobar vários componentes curriculares, mas o que acontece aqui, de fato, é que apenas o componente de Geografia é que trabalha isso”.

A entrevistada 01 comentou sobre os projetos: “inclusive tem projetos, tem ideias para o ano que vem, para que essa integração aconteça de fato, com mais outros componentes, mas que até agora não aconteceu”.

O entrevistado 02 respondeu este questionamento, com algumas perguntas:

Eu tenho que afirmar? Se eu posso afirmar? Boa pergunta, hein. Lembra que eu falei para você que nós não tínhamos nenhum projeto e nós elaboramos um projeto de última hora? Eu conversei com o Abel, né, e ele tem um projeto de integração para criação de empresas e foi a partir desse projeto... eu mandei para você, não mandei? Isso, então a ideia do Abel é colocar esse projeto em funcionamento agora em 2017. Então hoje se eu falar para você que eu tenho alguma coisa que está funcionando a pleno vapor eu vou estar mentindo.

Naquele momento da entrevista foi insistido ao Coordenador Pedagógico, que respondesse essa primeira questão e afirmou: “que de fato, nesse momento aqui não, até porque o curso está recente também. Nós começamos ano passado, esse ano. Está bem recente”.

Ele comentou também que:

É a primeira turma. E aqui dentro está tudo muito precário, nós estamos numa correria para lá, para cá. Então, até onde eu tenho conhecimento, e olha que eu tenho conversado muito com o Rodrigo, com o Abel e nós não temos nada que eu possa dizer integrador, não. Nesse sentido que você está dizendo.

Apenas esclarecendo a citação acima: “Rodrigo” é o Coordenador de Curso e o “Abel”, professor de um componente curricular da formação profissional, referente a Escola 02.

O Coordenador Pedagógico da Escola 03 afirmou que na sua escola, a integração acontece em alguns componentes curriculares: “a integração curricular

ocorre entre os componentes que desenvolvem as competências de língua portuguesa, língua estrangeira moderna e as tecnologias da informação”.

Na Escola 04 o Coordenador Pedagógico explicou que:

Procuramos integrar o currículo, e mostrar uma visão diferente do curso integrado para os professores e para os alunos, mostrar um plano de curso onde que o componente da Base Nacional Comum Curricular vai influenciar na parte técnica, onde às vezes ele deixou de ser trabalhado como um ensino regular numa “matéria” específica e ele começa a ser desenvolvido na parte técnica, e aonde que essa integração vai acontecer. Diferente de quando você tem um ensino regular e depois aulas complementares num outro período.

A Coordenadora Pedagógica da Escola 04 afirmou que incentiva os docentes a trabalhar de forma integrada, e que eles já vêm da área técnica, assim havendo uma flexibilidade maior para trabalhar de forma integrada, e que até o presente momento não tiveram problemas com isso.

Na Escola 05 o entrevistado comentou que a integração curricular ocorre na medida do possível, assim, foi solicitado a ele que explicasse melhor:

Durante a reunião de planejamento, reunimos os professores para realizarem o PTD em conjunto, procuram realizarem projetos de integração, por exemplo, os professores da parte técnica procuram trabalhar de forma integrada, as bases tecnológicas afins são trabalhadas nas diversas disciplinas.

O entrevistado 06 no início da entrevista comentou que fazia pouco tempo que havia assumido a Coordenação Pedagógica, em caráter excepcional, mas que estava ministrando aulas do ensino integrado desde que iniciou o curso na escola, e relatou que:

Eu acho que eu poderia afirmar que sim, deve ter particularidades em algumas disciplinas que às vezes nós, mesmo estando na coordenação, não temos acesso. Mas eu vou tentar citar algum exemplo que eu tenho que eu acho que poderia contribuir para essa resposta. A gente fez um campeonato interclasses na nossa unidade. E aí, por que eu estou falando isso? Porque a disciplina de Educação Física, que é uma que teoricamente estaria com maiores dificuldades, assim, a gente tem uma visão leiga, né. Eu não sou professor de Educação Física então, nossa, como é que eu vou fazer uma integração das bases da administração com Educação Física? É uma coisa que, inicialmente, parece difícil e talvez a nossa professora Lucinéia tenha conseguido fazer. Ela fez um projetinho para esse interclasse, e aí foi bom que ela me mandou o projeto, a gente deu uma discutida e tal e aí, mas nesse projeto interclasse tinha um comitê central organizador da parte de administração, relações públicas, imprensa, segurança; um comitê técnico, com arbitragem, instalações e materiais, premiação; comitê de finanças porque os alunos, para poder fazer a inscrição, pagavam um valor lá, irrisório, de dois reais

para poder comprar depois os troféus e tal; comitê de marketing, de recepção, solenidade. Então, assim, é um exemplo muito positivo.

O Coordenador Pedagógico da Escola 06 deu um exemplo sobre os jogos interclasses e a relação que ele acredita ser de integração com os demais componentes curriculares.

A Coordenação Pedagógica da Escola 07 citou sobre um projeto integrador como exemplo: “Praça é Nossa, que acho que você teve oportunidade de acompanhar o comecinho dele, e ele foi para a FETESP (Feira Tecnológica), ele é o que a gente mais tem essa integração.”

A última Coordenação Pedagógica referente a Escola 08 que afirmou que a integração não ocorreu em todos os componentes curriculares:

Então, também a gente fica meio em dúvida se está fazendo corretamente ou não, mas, por exemplo, os alunos que fazem uma visita técnica. Então, o aluno volta, ele tem que fazer um relatório, e é onde o professor de Português entra, o aluno faz o relatório, o professor de Português, faz a correção com eles. Aí eu falei para a professora de Informática quando eles forem digitar no Word, para fazer formatação, então, assim, dessa maneira que a gente está começando a trabalhar.

O segundo questionamento realizado com os Coordenadores Pedagógicos da regional de Ribeirão foi: Quais são os pontos fortes do ensino integrado na Unidade Escolar que atua?

Essa questão trata-se das práticas pedagógicas em sala de aula, o Coordenador Pedagógico, em uma de suas funções, acompanha e orienta o processo de ensino-aprendizagem bem como a avaliação e recuperação contínua, com o apoio do Coordenador de Curso. Neste momento, espera-se que Coordenador Pedagógico relate os pontos fortes nos procedimentos pedagógicos.

Artigo 26 – Integram a Coordenação Pedagógica: I - as Coordenações de Curso; II - os Conselhos de Classe. Parágrafo único – Integra a Coordenação Pedagógica a orientação educacional, destinada a assistir o educando, individualmente ou em grupo, visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, bem como sua orientação profissional (CETEC, 2013, p. 7).

A entrevistada da Escola 01 comentou que um dos pontos positivos do ensino integrado é: “a integração entre os alunos, pois eles permanecem um tempo maior na unidade”. Afirmou também que os professores não conhecem todo o plano de curso do Etim de Administração, “os professores da Base Comum conhecem a parte

deles, as bases tecnológicas, os conhecimentos que eles vão ministrar”. E o mesmo ocorre com os professores da parte profissional.

A resposta do segundo entrevistado da Escola 02 disse que: “Os pontos fortes[...] Do Ensino Integrado [...] você está fazendo umas perguntas muito difíceis aí”, citou da falta de estrutura (física) da escola, que os coordenadores de curso são empenhados, que geralmente trazem palestras para os alunos, levam os alunos para doarem sangue, para o teatro. Mas, não respondeu à questão dos pontos fortes do ensino integrado.

O Coordenador Pedagógico da Escola 03 respondeu que: “como pontos fortes podemos citar o perfil do aluno, presença dos pais nas atividades escolares e estrutura ambiental adequada aos cursos oferecidos”.

Na Escola 04 o entrevistado relatou que muitos alunos que prestam o processo do Vestibulinho para entrar no ensino integrado, têm insegurança de não conseguir ter o aprendizado suficiente da Base Nacional Comum para ingressar no ensino superior, e ele afirma que:

Os pontos fortes que nós vimos, identificamos até agora é que o aluno, ele não deixa, não tem perda de conteúdo. Que às vezes ele tem medo de fazer o integrado e não estar capacitado para prestar um vestibular. Na hora que ele entra, ele vai ver que ele não tem perda de conteúdo, ele tem acréscimo de conteúdo. Então ele consegue prestar vestibular, ele consegue prestar o Enem e ter êxito do mesmo jeito, às vezes até melhor do que o do regular. Ele já sai com uma habilitação técnica que ele pode trabalhar. Então, e outra coisa, ele passa a conviver mais tempo na escola. Eles têm esse vínculo com a escola muito grande, então eles gostam de ficar da escola.

O Coordenador Pedagógico da Escola 05 discorreu sobre os pontos fortes do ensino integrado e citou que: “é o comprometimento da direção, da equipe diretiva, dos próprios alunos, dos professores, que isso superou nossas expectativas”, comentou também sobre a adaptação dos alunos com a escola, que eles gostam de estudar da Escola 06.

A segunda questão consta sobre o ponto forte, mas, além disso, o Coordenador Pedagógico da Escola 06 abordou sobre os pontos fracos, complementando sua resposta. Iniciou sobre os pontos fortes: “Então, assim, a gente tem uma sorte, sei lá qual que é a palavra, com esses professores com pré-disposição de desenvolvimento de projetos”. E ele citou sobre o empenho dos alunos em participar dos projetos propostos na escola:

E outro ponto forte é que, assim, e isso eu acho que é uma particularidade, nós temos sorte mesmo, os nossos alunos são muito bons. Eles pegam e fazem. A gente estava discutindo isso nessa semana, tudo isso que a gente fez esses dias aí, o evento Escola Aberta para divulgar os nossos cursos. Eles encabeçaram. Assim, a gente estava orientando, mas, assim, eles prepararam as salas, que se tornaram meio que ambientes, eles apresentaram. E a gente orientando. Eles pegaram esse campeonato interclasses e fizeram tudo, assim, sabe? Óbvio que são eles, a equipe nossa é pequena para poder resolver tudo isso. Então esse eu acho que é o maior ponto forte, assim, eles abraçam mesmo. Independente, participativo. Talvez um outro, quando acabou de chegar, ainda não entenda muito o que é esse curso Integrado.

Sobre os pontos fracos comentou da idade que os alunos iniciam o curso, a maioria com 14 anos, e por este motivo:

Então, os pais escolheram. Isso é uma realidade. Os pais querem um Ensino Médio de qualidade e como nós não oferecemos mais só o Ensino Médio, então colocam no Integrado. Muitas vezes até, assim, sem saber. Os pais não sabem muito e etc.

A Coordenação Pedagógica da Escola 07 discursou que para garantir os pontos fortes seria melhor aguardar os resultados dos projetos interdisciplinares realizados, e que: “essa integração feita através de um projeto, ela melhora [...] Diminuímos, nós temos esses índices de diminuições dos conceitos I a partir dessa integração, desse trabalho conjunto”.

Comentou da redução do índice de evasão: “Eu acho que diminui também a evasão, por isso eu acredito que no Integrado a gente tenha menos evasão do que nos técnicos simplesmente”. E explicou também sobre a formação dos alunos: “[...] porque eles se sentem importantes porque eles vão sair com uma formação profissional, mas eles se sentem atendidos quanto à formação geral”.

A Coordenação Pedagógica da Escola 08 narrou sobre o empenho dos professores para integrar o currículo: “eu penso assim, o comprometimento do professor é um ponto forte, porque tudo que a gente fala eles acatam. Assim, tem certa resistência dos professores mais antigos”. E que o outro passo, tentar integrar a avaliação:

Mas nós não marcamos semana de prova, não tem semana de prova, cada professor trabalhou [...] e eu pedi para eles, as áreas em comum, que são comuns, tentarem conversar para ver se consegue já fazer alguma coisa. Não precisa ser integrada, mas uma coisa junto.

A proposta foi fazer algo junto na avaliação dos componentes curriculares da Base Nacional Comum e não de forma integrada. Acredita-se que esta ainda não é a proposta ideal para a avaliação integrada.

Na terceira questão que está se refere à integração: Em sua opinião, qual é o maior desafio do ensino integrado? Neste momento o Coordenador Pedagógico, na opinião dele, como fazer com que o ensino integrado realmente aconteça na prática, refletindo sobre os meios de integrar o currículo, integrar os componentes da formação geral e da formação profissional, como os professores podem trabalhar juntos.

A Coordenação Pedagógica da Escola 01 comentou que:

Fazer acontecer de fato o ensino integrado, pois a maioria dos professores da formação geral dá suas aulas iguais do Ensino Médio, quando pensamos em integrar o ensino por meio de projetos não temos a efetiva participação, são sempre os mesmos. Ainda temos um trabalho árduo para colocarmos na prática a integração curricular.

Ela citou que procura trabalhar com os professores em reunião pedagógica sobre este tema, mas que “é um trabalho de “formiguinha” e que para dar certo, todos precisam estar de acordo e acreditando neste trabalho integrado”.

O entrevistado da Escola 02 comentou que é um trabalho novo, pois, a escola nem Ensino Médio ofertavam, mas ele acredita que o maior desafio é “colocar em prática o projeto integrador, pois nem todos os professores querem trabalhar desta forma, às vezes, é um professor que faz o projeto e tenta “encaixar” as demais disciplinas para trabalhar de forma integrada”.

A Coordenação Pedagógica da Escola 03 citou que o maior desafio no ensino integrado é: “Alinhar a atuação docente para a avaliação por competências de forma integrada”. Além do desafio da avaliação, também acredita que há outro grande desafio:

A tarefa mais difícil do coordenador pedagógico nessa modalidade de ensino médio é fazer com que os professores do ensino profissional e da base comum interajam de forma plena, tanto no desenvolvimento de projetos e eventos pedagógicos quanto no processo integrado de avaliação das competências.

A entrevistada da Escola 04 que a modalidade do ensino integrado é um estímulo para toda a equipe gestora, acredita que necessita ampliar o oferecimento desta oferta, pois o aluno acaba formando tanto para o mercado de trabalho, como também para ingressar no ensino superior. E o desafio é atender a estas duas

demandas, porque pode acabar perdendo os alunos: “Senão você acaba perdendo mesmo. Porque ele quer [...] uns querem prestar vestibular, outros”.

Eu acho que é um desafio para a gente, o Ensino Integrado, mas eu acho que a escola só tem a ganhar com o Ensino Integrado porque a gente não tem evasão, nós não temos perda. As perdas que gente tem são poucas, né. Você vai oferecer outras oportunidades se você não focar só no trabalho. Porque nossa cidade, ela não tem muito Ensino Médio público, então eles vêm na escola buscando o Ensino Médio para vestibular.

O Coordenador Pedagógico da Escola 05 explicou durante a entrevista que: “um dos maiores desafios é integrar, não apenas, as disciplinas com projetos, que isso na escola aqui já acontece, mas integrarmos o processo de ensino-aprendizagem, as aulas da formação geral e específica”. O Coordenador comentou a respeito da avaliação que:

Precisa melhorar a questão da avaliação, não são todos os professores que “abraçam” a avaliação menos tradicional, de acordo com o perfil do aluno, da turma, diversificando mais os instrumentos de avaliação, conforme as orientações da Supervisão, de avaliar os alunos em todos os sentidos, fazendo com que ele escreva, interprete, lê, apresenta e outros. Não usando apenas a prova escrita.

O entrevistado da Escola 06 discursou que o maior desafio é “buscar a integração utilizando as aulas dos professores, pois os projetos já ocorrem, apesar de precisarmos ainda melhorar em alguns detalhes, mas se integrassem durante as aulas, seria perfeito”. Ele narrou sobre a integração por meio da avaliação, que eles realizam uma prova “tipo simulado” como se fosse um Vestibular ou um Enem, mas que acredita que só esse tipo de avaliação, não é possível afirmar que a avaliação ocorre de forma integrada.

A Coordenadora Pedagógica da Escola 07 explicou sobre o desafio dos projetos “acredita que precisa de mais projetos interdisciplinares, para tentar aproximar os alunos do mercado de trabalho, apesar dos professores trabalharem bastante em sala de aula”, relatou que trabalhar projetos é uma forma de trabalhar uma metodologia diferenciada. Questionei-a sobre os processos de ensino-aprendizagem e avaliação e ela comentou que:

Acredito que o processo de ensino-aprendizagem ocorre de forma integrado, a avaliação que necessita adequar, que eles não estão mais fazendo a semana de provas, que estão seguindo as orientações da Supervisão Regional, que a avaliação ainda ocorre de forma mais individualizada, assim precisando melhorar um pouco mais este processo.

Na penúltima e quarta questão: Quais as orientações realizadas pela equipe gestora para buscar a integração entre os docentes da Base Nacional Comum e a Formação Profissional? Nesta questão espera-se que o Coordenador Pedagógico responda como ele orienta os seus professores para buscar a integração curricular do ensino integrado, pois uma das atribuições do Coordenador Pedagógico é acompanhar e esclarecer os Coordenadores de Curso e professores quanto aos processos pedagógicos.

Artigo 25 – A Coordenação Pedagógica é responsável pelo suporte didático-pedagógico do processo de ensino e aprendizagem.

Parágrafo único - Cabe à Coordenação Pedagógica, além do previsto em documento próprio do CEETEPS: 1 – planejar as atividades educacionais; 3 – promover a formação contínua dos educadores; 4 – coordenar atividades pedagógicas; 5 – orientar ou assistir o orientando individualmente ou em grupo (CETEC, 2013, p. 7).

A entrevistada da Escola 01 comentou: “que as orientações ocorrem em relação ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares”. Também citou que procura trabalhar as metodologias diversificadas e metodologias ativas, que basicamente trabalha desta forma.

O Coordenador Pedagógico da Escola 02 afirmou que os docentes e coordenadores não tem muito que melhorar, pois são pessoas proativas:

O que nós temos que fazer é fazer. Que nós não tínhamos nada, não tínhamos nenhum projeto. Eu não tenho impedimento nenhum por conta do corpo docente e dos coordenadores, eu não tenho resistências. Então se eu falar para você que eu tenho dificuldades de implantar um projeto, eu estou mentindo.

Enfatizou bastante que não problemas com os professores, mas, o que realmente precisa é “colocar a mão na massa”:

Eu não tenho essa dificuldade. A questão é implantar mesmo, é nós nos organizarmos, e começar a fazer de fato, para que as coisas aconteçam. Essas condições de corpo docente, de suporte, nós temos. Eu não posso reclamar dela. Nós temos falhas estruturais, por exemplo, eu tenho laboratórios aqui que estão uma tragédia. Nós já pedimos para trocar poltronas e as cadeiras que estão tudo quebradas, mas mesmo estando nessa situação precária, nós trabalhamos. Só não temos uma condição boa, mas isso não tem sido impedimento para se trabalhar direito.

Relatou desta primeira turma do Etim de Administração que é uma classe que possui ótimos rendimentos, que aconteceu a participação da equipe da Supervisão Educacional Pedagógica Regional de Ribeirão Preto e que não houve alunos com menção insatisfatória, que a sala realmente possui um bom rendimento escolar, mas

essencial citar que esta turma no processo do Vestibulinho no início do ano (2017), teve em média 08 candidatos por vaga, desta forma, havendo uma seleção.

Persistiu-se para que o Coordenador Pedagógico respondesse de fato quais as orientações pedagógicas realizadas aos professores e coordenadores de curso e explicou que:

Nós temos discutido muito entre os coordenadores, nas reuniões de quarta-feira, essa questão. Parece que a escola, ainda não caiu a ficha que isso daqui não é mais só o Ensino Técnico. Esse processo é meio que recente aqui, apesar de nós já termos formado duas turmas, uma de Informática e uma de Edificações, o processo é meio recente aqui para nós. Então você percebe que os professores se ressentem até de estarem juntos muitas vezes em reuniões. Eu observo isso com frequência. Você deve ter visto no último conselho, senta a galera técnica de um lado e senta a galera do núcleo comum de outro.

A Escola 02 era a única da regional que apenas ofertava o curso modular, ou seja, o curso técnico e que há uns três anos eles iniciaram a oferta do ensino integrado, então, esta modalidade de ensino é muito nova para a Unidade Escolar. Os professores da Base Nacional Comum teoricamente são professores novos na Escola 02 e na maioria das reuniões, eles acabam se dividindo em dois grupos: Formação Geral e da Formação Específica, como observado pela equipe da Supervisão em participação do conselho de classe intermediário e final.

Então nós temos esse problema, mas se bem que eu estou percebendo, numa dessas reuniões pedagógicas, na última, eu cheguei a abordar essa questão, onde eu comentei com todos os professores que nós não éramos mais uma escola totalmente dedicada aos cursos modulares, e eu tenho percebido que o entrosamento entre eles tem melhorado. Não só na ADM quanto em outros cursos. Você pega, por exemplo, da área de Edificações e Design, existe uma integração muito legal. Você vê na área industrial essa integração, ela é um pouquinho mais dificultosa, né, mas ela também está acontecendo.

O entrevistado comentou que tem visto esta integração dos docentes no Etim de Administração e afirmou que:

Mas, tudo é um processo lento na nossa unidade. O pessoal, de primeiro, saía até fogo quando você colocava um perto do outro e nós tivemos caso aqui de até professor ofendendo o colega do núcleo comum [...]. Porque ele achava que esse pessoal estava tirando o emprego dele. Não é uma questão de tirar o emprego dele, é uma questão de que o cara tem que trabalhar, ele prestou um concurso, ele entrou e vocês vão ter que conviver. E isso, na última reunião pedagógica, eu deixei isso bastante acentuado. Então, eu tenho percebido que, de maneira bem sutil e devagar, esse entrosamento está acontecendo. É só continuar a fazer esse estímulo em reuniões.

Este problema supramencionado ocorreu de fato na Escola 02 e a equipe gestora tem trabalhado com os Coordenadores de Curso e professores essa questão do trabalho em equipe, pois é um único curso e os professores precisam se unir para adequar o trabalho para a formação do aluno e principalmente com qualidade de ensino.

A Coordenação Pedagógica da Escola 03 relatou que orienta os professores: “Por meio das reuniões de planejamento escolar, pedagógicas e as segmentadas por curso busca-se a capacitação docente para que as práticas de ensino integrado possibilitem o atingimento dos objetivos do Etim”.

A entrevistada da Escola 04 iniciou respondendo sobre a dificuldade que a escola possuía com a falta de estrutura de um refeitório para os alunos do Ensino Integrado, e a questão do horário de intervalo, que a escola possui uma grande quantidade de turmas do ensino integrado e não tem espaço adequado para refeição e descanso, mas que aos poucos a escola vai adequando o espaço. Mas, com relação às orientações pedagógicas a entrevistada comentou que:

Quanto aos processos pedagógicos, como os cursos que a escola chegou num consenso que deveria ter como Integrado, a gente tem laboratório que vem do curso técnico. Então eles têm a condição de utilizar laboratório, que é o laboratório multidisciplinar, laboratório de Química, laboratório de Nutrição, que às vezes eles fazem experimentos. Então eles têm um período da tarde todo para eles fazerem isso, então dá para diversificar a metodologia e dá para eles cativarem esses alunos no período da tarde.

O entrevistado da Escola 05 comentou inicialmente que a sala dos professores pode ser considerada uma oficina pedagógica e relatou que:

Incentiva muito os professores para trabalharem os conteúdos, bases tecnológicas, competências, trocando ideias entre os professores, falando sobre questão profissional, trabalhando os professores da formação profissional com os da formação geral.

O Coordenador Pedagógico da Escola 06 relatou sobre as reuniões pedagógicas, Conselhos de Classe Intermediário e Final, que o grande desafio foi conseguir reunir todos os docentes para discutir a questão da integração curricular.

Reuniões em que estão todos os professores, não só reunião de coordenação e direção. É importante começar a esclarecer, a integrar isso já entre os próprios professores, então, já faz um tempo que a gente não tem divisão, numa reunião pedagógica, por exemplo. A gente faz aquela parte que a gente chamava de comum, aí falava assim “agora a gente vai dividir o Ensino Médio...”, isso não tem mais.

O Coordenador citou sobre a dificuldade dos professores da Formação Profissional em preencher a coluna das bases científicas no Plano de Trabalho Docente: “Então esse é um tipo de dúvida que quando o professor recebia esse plano e quando ele fazia uma leitura mais, assim, minuciosa, ele procurava a gente e a gente tentava orientar”.

Aí a gente imprimiu as bases dos dois componentes e fizemos uma discussão lá. Então foi meio que, assim, uma coisa que eu acompanhei né, eu me lembro de ter acontecido. Então eu acho que são essas, assim, as orientações enquanto coordenação que a gente tem tentado fazer.

Essa orientação é muito importante para o professor que ministra aulas no Etm para a Formação Profissional, pois, é uma das maneiras de entender a relação entre os componentes do ensino geral com os do ensino profissional, que um complementa o outro na formação do aluno, e fazer com que o professor faça esta reflexão, desta maneira inicia-se a integração curricular.

A entrevistada da Escola 07 averiguou sobre a necessidade de orientar melhor seus professores sobre as visitas técnicas:

Porque o que acontece? As visitas técnicas nós não tínhamos um procedimento formal, então eu sentei com a Diretora, com os coordenadores, com a ((falha no áudio)) administrativa e nós montamos um formulário onde estão colocadas as competências, as habilidades, os valores que vão ser trabalhados nas palestras, especialmente nas visitas técnicas.

A Coordenação Pedagógica citou que não há uma padronização documental sobre as visitas técnicas e as palestras realizadas, que ela está orientando seus professores e Coordenadores de Curso para melhorarem estes registros.

A entrevistada da Escola 08 foi questionada sobre os procedimentos pedagógicos que, ela como Coordenadora Pedagógica realiza para melhorar a integração do ensino, mas respondeu sobre os problemas da falta de livros.

Deixa eu pensar o que precisa melhorar. Eu ia falar assim, precisa ter mais livros, né, livros específicos. Que eu acho que, apesar de eles usarem muito a biblioteca, muito, eles usam bastante, tem a monitoria, mas eu acho que falta para melhorias, entendeu? Pelo menos os livros técnicos.

Foi insistido para a Coordenadora sobre os procedimentos pedagógicos que necessitam de mais orientação, mas continuou não respondendo o que foi perguntado.

Deixa eu pensar aqui na minha cabecinha agora, porque se eles fazem tanta atividade... procedimentos pedagógicos... ah de cabeça agora... eles usam lousa, usam Datashow, fazem cantoria, seminário, eles usam tantas coisas... de cabeça... ah! Eu acho que o professor de Física, eu já conversei com ele, mas eu não sei se existe outro método da dar Física sem ser muito convencional. Eles reclamam um pouco da aula de Física.

A Coordenadora Pedagógica foi questionada sobre as aulas práticas, como elas ocorrem no ensino integrado:

Não, eles amam. Principalmente agora que o professor de Biologia começou, fez bastante coisa no laboratório, sabe? A professora de Química que chegou, agora a gente está implantando mesmo o laboratório de Química e Física. Entendeu? Porque faltava uns encanamentos lá e parece que agora já foram feitos. E agora nós lavamos, limpamos e vai, para o ano que vem, até esse laboratório vai funcionar.

E após conversas foi perguntado novamente sobre os procedimentos didáticos que ela realiza para adequar o processo de ensino-aprendizagem para os alunos do ensino integrado, e comentou que recentemente tem assistido às aulas dos professores e tem realizado orientações necessárias.

Nas reuniões, sempre é um assunto constante, eu comecei a assistir as aulas dos professores, tudo mediante a autorização deles, e eu vou lá no plano de curso [...] depois que eu faço o meu relatório, porque tem um relatório pronto lá no observatório. Eu peguei aquele lá. Ele assina, eu coloquei um critério lá para ele assinar, aí eu pego aquilo lá, eu faço toda a anotação, aí eu vou ao curso dele, vejo se está alinhado, se ele está trabalhando corretamente, olho às fichas de desempenho dele [...] E depois eu o chamo para dar o *feedback* para ele.

Se for acordado entre as partes assistir a aula do professor essa é uma oportunidade para a Coordenação Pedagógica realizar os *feedbacks* necessários para os professores, interessante também acompanhar as aulas, verificando o Plano de Curso, Plano de Trabalho Docente e a Ficha de Desempenho do Aluno, onde o professor registra as avaliações, os instrumentos e critérios de avaliação utilizados para avaliar o aluno.

A quinta e última questão trata-se sobre: Qual é o foco que os docentes dão para a formação do aluno do Ensino Integrado? No caso, os professores tanto da formação geral e da formação profissional orientam os alunos a ingressar no ensino superior? Incentiva os alunos a enfrentar o mundo do trabalho? Ou trabalha com os dois focos, formando o aluno para a continuidade dos estudos e inserção do mercado de trabalho.

A primeira entrevistada apresentou que a formação do aluno no Ensino Integrado: “Para a cidadania todos eles formam de uma maneira geral”. Era esta intenção, mas: “como nós temos mais componentes relacionados ao núcleo comum, o foco é no vestibular e os professores da formação profissional trabalham voltados para o mercado de trabalho”. E que realizou uma pesquisa com os alunos: “O foco dos alunos, até mesmo pelos indicadores que eu tenho com pesquisas realizadas, é o vestibular, o curso superior”. Explicou que candidatos que querem ingressar no Ensino Médio da Escola 01, que: “eles prestam o Etim por considerarem a entrada mais fácil do que só no Ensino Médio, pois o número de concorrentes é menor”.

E a entrevistada comentou sobre uma ocorrência na Unidade Escolar:

Inclusive, em um determinado momento, quando eles se deparam com a realidade de 18 componentes, período integral, eles querem pedir transferência para o Ensino Médio, e aí quando eles ficam sabendo que não tem como, muitos querem desistir.

Complementou que os componentes curriculares da Formação Geral e Profissional têm horários mesclados das aulas (manhã e tarde): “Isso, alternados. Nós temos aula do núcleo comum, depois profissional. Então, assim, não tem só do núcleo comum de manhã e à tarde”. Mas, que também percebe que: “No período da tarde há um número maior de ausências dos alunos”. E que comunicam os pais/responsáveis dessas ausências dos alunos.

Nós ligamos, quando a gente vai verificar o registro, né, no diário de classe, aquele aluno que estava presente no período da manhã e consta uma falta, então a gente já liga para a mãe para saber o que aconteceu. E às vezes o aluno tem um dentista, tem um médico, e às vezes a mãe não está nem sabendo que ele foi embora e não voltou.

O Coordenador Pedagógico da Escola 02 relatou em conversas informais com os professores, por meio intervalo das aulas que percebeu: “que tem um direcionamento muito grande para o mercado de trabalho, que é a nossa maior preocupação”. Explanou algumas conversas de alunos:

Porque apesar de todos os pesares, e nós sabemos que o Etim também tem sido um trampolim para as faculdades, isso tem sido muito comum. Eu já ouvi de aluno aqui “ah, você fez Edificações, mas você vai atuar?”, “não, eu não vou atuar em Edificações. Eu fiz porque meu pai me colocou aqui e eu tive que fazer”.

O Coordenador Pedagógico relatou que o foco é a formação de técnico, mas, que o aluno tem habilidades para prestar o vestibular. Que a formação é diferenciada: “Nós temos uma qualidade que é diferenciada. Porém, o nosso foco

realmente é sair um bom técnico e com condições de prestar um vestibular, se ele não for atuar na área técnica”. Falou da importância do Etim para a escola e da dificuldade que os professores da área técnica tiveram para ministrar aulas no Etim, diferente dos professores do núcleo comum e que o Etim é um grande aprendizado para toda comunidade escolar.

O Etim mudou muito a escola, os professores do núcleo técnico, eles parecem que estavam, até a pouco tempo atrás, muito perdidos. Você conversava com alguns professores da área técnica e eles falavam “eu não sei o que eu faço”. Você percebia um pedido de socorro desses professores da área técnica. O pessoal do núcleo comum não tem esse problema, porque para eles enfrentar essa galerinha é algo normal.

As relações estão melhorando, nós estamos aprendendo com isso tudo, eu também estou aprendendo com isso tudo, os professores da área técnica também estão aprendendo.

Então eu diria que a nossa escola, a nossa unidade aqui, ela passa por um momento de aprendizagem comum. Mais dos professores técnicos, mas também dos professores do núcleo comum. Então eu percebo que nós estamos caminhando.

A entrevistada da escola 03 respondeu de forma bem sucinta que o foco é a formação técnica sendo: “A maioria dos professores pretendem a formação escolar do Etim com vistas à formação profissional que evidencie o desenvolvimento das competências científicas e tecnológicas.”

A Coordenação Pedagógica da Escola 04 afirmou que:

Olha, a gente sabe que o foco do Ensino Integrado é para o trabalho, né? Só que, além disso, para nós conseguirmos manter o nosso aluno na escola e não ter interesse que ele procure um ensino regular, que ele saia da escola, a gente colocou dois focos, tanto para qualificar ele para o vestibular quanto para o mercado de trabalho. Então não é um foco único.

Para complementar comentou que há dois tipos de interesse após a formação do aluno no Ensino Integrado, que a maioria dos alunos é de classe média, e que tem mesclado com a classe mais baixa, assim: “Metade vai para o vestibular, metade vai para o mercado de trabalho”.

O Coordenador Pedagógico da Escola 05 explanou que o foco da formação do aluno é para o mercado de trabalho, mas que trabalham também para a formação da cidadania e que:

Os professores estão trabalhando o empreendedorismo, que eles estão organizando “feirinhas” para os alunos do Etim de Administração praticarem o empreendedorismo, assim eles acabam planejando, organizando, analisando a lucratividade, como se fosse uma oficina para um futuro trabalho. Este é o foco que os professores buscam

trabalhar, mas os alunos têm um grande interesse também pelo vestibular, o ingresso no ensino superior.

O entrevistado da escola 06 disse que os professores procuram focar a formação do aluno para o mercado de trabalho, que acabam discutindo bastante em reunião com os professores e alunos. Mas, têm muitos pais que “cobram” a questão do incentivo para a entrada do ensino superior.

Porém a gente sabe que, assim, alguns alunos, alguns pais, às vezes não entendem isso também, viu, Ana.

Então, assim, o que aconteceu este ano, agora é um exemplo do primeiro ano do Etim, que, os alunos que entraram neste ano, nós perdemos acho que dois alunos, porque eram alunos provenientes de escola particular, que a gente acaba pegando muito aluno mesmo do Positivo, lá do Objetivo, só que aí os pais vieram retirar porque eles, ou os filhos comentando com eles, entenderam que não estava tendo aquele foco no vestibular e a formação para prestar vestibular.

Por conta disso os professores procuraram difundir a formação do aluno para o mercado de trabalho, para o vestibular e para a cidadania. Mas, que acredita que ainda isso não está muito claro, que precisa discutir muito com a equipe gestora e comunidade escolar.

A Coordenação Pedagógica da escola 07 relatou que o foco da formação do aluno: “é mercado de trabalho. Só que a gente busca alinhar isso com a formação do cidadão, pois, os projetos, pelo menos a maioria, têm um foco voltado para a questão de valores”.

Comentou que a direção sempre enfatiza para todos os Coordenadores de Cursos e professores que o plano de curso possui a formação por competências, habilidades, valores e atitudes. E que há um interesse por parte dos alunos para o ensino superior, assim, também atender a esta demanda.

Então, assim, eles cobram, os alunos cobram da gente uma atenção para Enem, para vestibular [...] eles cobram isso.

E a gente procura atender, dentro do possível, entendeu? “Professora, pode fazer, lá na biblioteca, um núcleo de estudo de redação?”, então nós fizemos uma oficina de redação.

A Coordenação Pedagógica relatou da metodologia no componente curricular de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) que houve mudança na metodologia de ensino desta disciplina, na tentativa de “vender” a proposta dos trabalhos.

Porque o TCC era feito na escola, para a banca de professores, e a gente já vem trabalhando o TCC, apresentando no Centro Cultural, chamando empresários, chamando o pessoal da prefeitura, chamando especialistas de dentro do mercado de trabalho para assistir os TCC’s. Para tentar apresentar esse aluno para o mercado de trabalho. Então

a gente trabalha o TCC para eles desenvolverem na Informática aplicativos, na Administração planos de trabalho, de (inint) de empresas, de economia, entendeu?

Outra orientação que a Coordenação Pedagógica realiza para os Coordenadores de Curso e professores é o intenso trabalho com a recuperação contínua, que é direito do aluno e a escola precisa garantir isso. “Dentro desse conceito do Integrado para evitar que o aluno venha a arrastar essa progressão parcial”.

Artigo 78 - O aluno com rendimento insatisfatório em até três componentes curriculares, exceto na série ou módulo final, a critério do Conselho de Classe, poderá ser classificado na série/módulo subsequente em regime de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, devendo submeter-se, nessa série/módulo, a programa especial de estudos. § 1º - A retenção em componentes curriculares cursados em regime de progressão parcial não determina a retenção na série ou módulo regulares. § 2º - O aluno poderá acumular até três componentes curriculares cursados em regimes de progressão parcial, ainda que de séries ou módulos diferentes. § 3º - Os alunos em regime de progressão parcial, respeitados os limites previstos nos parágrafos anteriores, poderão prosseguir estudos nas séries ou módulos subsequentes (Cetec, p. 17, 2013).

A entrevistada comenta sobre o trabalho realizado pela Coordenadora de Projetos responsável pela Orientação e Apoio Educacional que realizou um acompanhamento do rendimento do desempenho escolar do aluno, garantindo a recuperação contínua e fazendo com que o aluno construa as competências necessárias para a continuidade dos estudos na série/ módulo seguinte.

Eu queria até te dar o mérito, assim, que o trabalho da Luana foi muito bem feito, o trabalho dela com relação a acompanhar os alunos nessa parte de recuperação. A gente teve resultados muito legais, ela arquivou toda a documentação, então foi muito bom o trabalho que ela fez.

Há necessidade de citar que esta Escola é uma das que não possui aluno em Progressão Parcial, devido ao acompanhamento contínuo da vida escola do aluno, e fazer com que o aluno adquira as competências durante o processo de ensino-aprendizagem.

A entrevistada da Escola 08 relatou sobre a formação do aluno voltada para o desenvolvimento social e para o ingresso no ensino superior, mas que o vestibular é o principal.

Olha, eu acho que a nossa formação lá [...] eu não sei se eu fico com desenvolvimento social do aluno ou o foco voltado para vestibular e nível superior, porque os dois é trabalhado tão assim [...] junto. Porque

não se trabalha só uma coisa, “não, vocês têm que passar no vestibular, ENEM”, não. eles trabalham toda a questão social também. Principalmente a professora de Filosofia, Sociologia, você entendeu? Trabalha todos esses aspectos juntos. Eu penso [...] para trabalho, eles vão trabalhar, mas eles querem [...] eu acho que o foco mesmo é o Ensino Superior.

A Coordenação Pedagógica relatou no final do ano havia conseguido uma parceria com alunos do curso de Psicologia de uma faculdade próxima da Escola 08, “para as alunas virem fazer um teste vocacional na unidade com os alunos do terceiro módulo. Terceiro do Ensino Médio”.

Esta entrevista foi realizada com os Coordenadores Pedagógicos das escolas técnicas que oferecem o Etim de Administração pertencentes da Supervisão Educacional Pedagógica Regional de Ribeirão Preto que teve como objetivo verificar como que ocorre às orientações pedagógicas sobre a integração curricular. Como Coordenadores Pedagógicos acompanham e orientam os Coordenadores de Curso e docentes quanto ao processo de ensino-aprendizagem, a avaliação, os projetos interdisciplinares e as atividades integradoras que podem auxiliar na integração do currículo.

3.5. Análise Documental dos Diários de Classe e Plano de Trabalho Docente

Por meio do NSA foram analisados os Diários de Classe comparando-os com o Plano de Curso, de 02 Escolas (Escola 01 e Escola 03) da regional de Ribeirão Preto, que ofertaram esta modalidade de ensino em 2017, dos componentes curriculares das 1ª e 3ª séries, referente à Formação Geral: Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional, Matemática; e da Formação Técnica e Profissional: Cálculos Financeiros e Estatísticos, Gestão Empresarial e Técnicas Organizacionais.

Tabela 03: Análise do Diário de Classe e o Plano de Curso - Escola 01:

Escola	01	-	Observações
Componente Curricular			
Língua Portuguesa, Literatura		e	1ª série – observando o Plano de Curso e comparando com o Diário de Classe, não consta registros que o

Comunicação Profissional	professor apresentou o componente curricular para os alunos, como é recomendado pela Coordenação de Curso; fazendo um comparativo, percebe-se que o professor não segue exatamente o que consta no Plano de Curso e sim o livro didático; praticamente todas as aulas ocorrem por meio de aulas expositivas e dialogadas; constam registros de avaliação como exercício, trabalho em grupo e prova escrita; não há uso de textos da área administrativa e não consta integração curricular com os componentes curriculares da Formação Profissional.
Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional	3ª série – foi observada uma desordem nos registros; pois o professor não segue o Plano de Curso em sua totalidade; não há registros de metodologia de ensino; consta que no segundo dia de aula o professor realizou recuperação contínua; de atividade avaliativa conta “aula de exercício” e “correção de exercício”; não se percebe o cumprimento curricular; a integração entre os componentes curriculares da Formação Profissional.
Matemática	1ª série - No Diário de Classe o professor não apresentou as bases tecnológicas, conhecimento, competências e habilidades no início do ano letivo, a maioria das aulas constam aulas expositivas e exercícios, não há o registro de recuperação contínua; não é perceptível a integração curricular com os componentes curriculares da Formação Profissional.
Matemática	3ª série – consta registrado a “apresentação dos conteúdos” na primeira aula; foi seguido o plano de curso; as metodologias utilizadas foram aula expositiva e dialogada e aplicação e correção de exercícios e prova escrita, não há o registro de recuperação contínua; não é perceptível a integração curricular com os componentes curriculares da Formação Profissional.
Gestão Empresarial	1ª série – conforme os registros no primeiro dia de aula o professor apresentou para os alunos as bases tecnológicas, metodologias das aulas, avaliação e

	<p>recuperação; consta que em quase 02 meses o professor ficou no mesmo assunto, 1º item do Plano de Curso: “História da Teoria da Administração”; a metodologia de aula, praticamente em todas consta expositiva e dialogada; prevista como atividade avaliativa, trabalho em grupo e prova escrita; não há registros das bases científicas; não é perceptível a integração curricular com os componentes curriculares da Formação Geral. Outra observação que o professor não dividiu as competências e as bases tecnológicas durante o ano letivo, ao final do ano percebe-se que o professor “acelerou” o “conteúdo” para garantir o cumprimento até o final do ano letivo.</p>
<p>Técnicas Organizacionais</p>	<p>1ª série – conforme os registros no primeiro dia de aula o professor apresentou para os alunos as bases tecnológicas, metodologias das aulas, avaliação e recuperação (1 dia); realizou dinâmica de grupo (1 dia); depois ficou 3 dias apresentando o perfil profissional de administração, ou seja, os alunos não tiveram aula por 15 dias; praticamente todas as aulas com metodologia de aula expositiva e orientada; constam atividade avaliativas de prova escrita e trabalho em grupo e percebe-se um planejamento da divisão das bases tecnológicas durante o ano letivo não muito bem dividida; não há registros das bases científicas; não é perceptível a integração curricular com os componentes curriculares da Formação Geral.</p>
<p>Gestão Financeira e Econômica</p>	<p>3ª série - conforme os registros no primeiro dia de aula o professor apresentou para os alunos as bases tecnológicas, metodologias das aulas, avaliação e recuperação; seguiu criteriosamente as bases tecnológicas previstas no Plano de Curso; mas a metodologia predominante foi “aula expositiva e orientada”, as atividades avaliativas foram exercícios e trabalho em dupla, com correção. Não sendo perceptível a integração curricular com os componentes curriculares</p>

	da Formação Geral.
--	--------------------

Fonte: Borges (2018)

Tabela 04: Análise do Diário de Classe e PTD da Escola 03:

Escola 03 – Componente Curricular	Observações
Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional	3ª série – de acordo com os registros do professor no primeiro dia de aula consta “conteúdo programático”, foi observado que durante o ano letivo de 2017, o professor ausentou-se das aulas e foram substituídas por outro professor que não tem formação na área de Letras e foram ministradas aulas voltadas para o desenvolvimento de TCC; aparentemente os registros não estão alinhados com o Plano de Curso, consta como metodologia “aula expositiva”; consta registros realizados pela “Secretaria”, isso ocorre quando o professor não realiza o registros durante a aula, consta registros de projeto relacionado ao carnaval; avaliação oral. Não sendo perceptível a integração curricular com os componentes curriculares da Formação Profissional.
Matemática	3ª série – no primeiro dia de aula há o registro “bases tecnológicas, competência e habilidades”; o diário de classe não está alinhado com o Plano de Curso; na maioria dos dias constam aplicação de exercícios, revisão para a prova escrita; não há o registro das metodologias. Não sendo perceptível a integração curricular com os componentes curriculares da Formação Profissional.
Gestão Financeira e Econômica	3ª série – consta no primeiro dia de aula os registros da apresentação do professor; das competências, habilidades e bases tecnológicas; utiliza as 03 primeiras aulas para realizar retomada de conteúdo financeiro que serão utilizados no componente; não há registros de metodologia em todas as aulas, mas quanto tem é a “aula expositiva”; a avaliação é aplicação de exercícios e correção. Os registros estão de acordo com o previsto

	no Plano de Curso. Mas, não é perceptível a integração curricular com os componentes curriculares da Formação Geral.
Gestão de Pessoas	3ª série – no primeiro dia de aula consta “boas vindas, apresentação do método de trabalho, dos alunos e do professor”; não há o registro da metodologia de ensino; consta exercícios e recuperação, mas não explicitando as bases tecnológicas; há registros como: revisão para prova; recuperação de conteúdo; correção de exercícios. Não há um alinhamento com o Plano de Curso. Não é perceptível a integração curricular com os componentes curriculares da Formação Geral.

Fonte: Borges (2018)

4. O PROTÓTIPO: COMPLEMENTAÇÃO DO CURSO MOODLE SOBRE O ENSINO INTEGRADO: “O CURRÍCULO INTEGRADO NA PRÁTICA”

Desde o aumento da ofertadas vagas do ensino técnico integrado ao ensino médio, a equipe do Grupo de Supervisão Educacional (GSE), especificamente da Área da Gestão Pedagógica (Geped), juntamente com as Supervisões Educacionais Pedagógicas Regionais têm realizado constantemente o gerenciamento e as orientações pedagógicas para o cumprimento curricular e a integração do ensino.

Todavia capacitar à equipe gestora e os professores que ministram aulas no ensino integrado deve ser um processo contínuo, e em constantes adaptações, buscando atender as necessidades do andamento do curso.

A sugestão deste protótipo é complementar este curso, utilizando como base as percepções da pesquisa da dissertação realizada com os alunos da 1ª e 3ª séries do Etim de Administração, Coordenador de Curso e Coordenador Pedagógico, no qual foram verificados os pontos fortes da prática curricular e o que precisa adequar.

4.1. Descrição da ação

A presente ação do protótipo está relacionada com a complementação do curso oferecido pelo Centro Paula Souza, Grupo de Supervisão Educacional da área de Gestão Pedagógica, para os professores que ministram aulas no ensino integrado, o curso “Capacitação EaD - Metodologias de Integração no Etim”, possui de 40h e ocorre por meio da site: www.moodle.cps.sp.gov.br, uma plataforma de educação à distância do Centro Paula Souza para atualizações técnicas.

O conteúdo programático baseia-se em:

- Gestão de aprendizagem e os saberes necessários ao educador;
- O desenvolvimento de competências e a integração curricular;
- Processo Ensino-Aprendizagem voltado para temas e problemas e Trabalho em Grupo por Projetos;
- Aulas práticas nos diversos ambientes de Aprendizagem

O conteúdo complementar proposto teria o tema: “O currículo integrado na prática”, aumentando a carga horária do curso em 10h, totalizando 50h, tendo como público-alvo o Coordenador de Curso e os professores do Ensino Integrado, sendo subdividida em três partes:

Quadro 1: Temas das aulas complementares

Aula complementar 01	Planejamento pedagógico para as ações integradas
Aula complementar 02	O processo de ensino-aprendizagem integrado: práticas em sala de aula
Aula complementar 03	Avaliação como meio da integração curricular

Fonte: Borges, 2018.

4.1.1. Aula Complementar 01: Planejamento pedagógico para as ações integradas

O planejamento pedagógico, que acontece na primeira reunião com todos os professores e equipe gestora, após o dia da atribuição de aula. Momento importante para iniciar um estudo sobre o Plano de Curso com o objetivo da integração curricular, os professores do ensino integrado necessitam reunir para refletir sobre as metodologias de ensino, processo de avaliação os projetos integrados que auxiliarão no andamento do curso.

A proposta é que na primeira reunião de planejamento no início do ano letivo a equipe gestora, reúna todos os professores do Ensino Integrado, e a Coordenação Pedagógica com a Coordenação de Curso, explicam as questões pedagógicas que interessam a todos os professores, relacionadas a:

- Esclarecer sobre o Gfac (Grupo de Formulação e Análise Curricular) que é o grupo responsável pelo planejamento de todos os Planos de Curso do Centro Paula Souza, com o auxílio dos professores especialistas e pessoas afim ao mundo do trabalho;
- De modo geral, explicar o que consta na justificativa e os objetivos do curso;
- Explicar toda a organização do curso e seu funcionamento;

- O perfil profissional, relacionando a formação do aluno com o mercado de trabalho; acredita-se que este é um dos principais pontos, pois todos os professores tanto da Formação Geral, quanto da Formação Profissional precisam ter ciência da formação do aluno para planejar suas aulas;
- Além do foco profissional, o professor precisa entender as áreas do conhecimento, por ser conculinte do Ensino Médio; E as áreas das atividades;
- Citar sobre as atribuições e responsabilidades por série e o itinerário formativo;
- Expor a matriz curricular, definida antecipadamente para a atribuição de aulas e apresentando os professores e os respectivos componentes curriculares.

Observação: O Plano de Curso é a base para os professores nortear o andamento do curso, para isso é necessário entender a proposta do curso para o professor planejar suas aulas entendendo a formação do aluno. Assim, o Coordenador de Curso, precisa estudar o Plano de Curso para poder apresentar aos professores.

No segundo momento, após esta apresentação, o Coordenador de Curso deverá iniciar um estudo com os professores de cada componente curricular, contanto com a exposição deles, para explicar sobre a importância do seu componente curricular para o curso e para a formação do aluno, especificamente das bases tecnológicas, competências, habilidades e valores.

No terceiro momento o Coordenador de Curso separará os professores por áreas afins e por séries para fazer um estudo de seus componentes curriculares, verificando o que tem em comum, para discussão do processo de ensino-aprendizagem, a avaliação, recuperação contínua, metodologias diversificadas.

4.1.2. Aula Complementar 02: O processo de ensino-aprendizagem integrado: práticas em sala de aula

Neste item, baseado no Plano de Curso (Cetec, 2017) o Coordenador de Curso deverá apresentar para os professores será descrito sobre a “leitura crítica da

realidade e inclusão construtiva na sociedade da informação e do conhecimento”; “a aprendizagem como processo de construção coletiva em situações e ambientes cooperativos”; “compartilhamento da responsabilidade do ensino-aprendizagem por professores e alunos”; “respeito à diversidade, valorização da subjetividade e promoção da inclusão”; “ética de identidade, estética da sensibilidade e política da igualdade”; “autonomia, protagonismo e aprender a aprender”; “contextualização do ensino-aprendizagem”; “interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e formação de profissionais polivalentes”; “problematização do conhecimento”; “trabalho por projeto no desenvolvimento e na avaliação do ensino-aprendizagem”.

O ensino profissional destituído da fundamentação do saber-fazer reforça a sua subordinação à divisão do trabalho, que se perpetua no modo de produção capitalista. As tentativas de integração destas duas formações constituem esforços no sentido da recomposição do saber dos trabalhadores, sob pena de intensificação do processo alienante em que o trabalho. (SOUSA; OLIVEIRA, 2005, p. 76).

O processo de ensino-aprendizagem pode ser utilizando como meio de integração curricular, os professores podem planejar aulas em conjunto, tratando do mesmo assunto, mas de formas e metodologias diferentes, fazendo com que o aluno contextualize o que está aprendendo em sala de aula com o mundo do trabalho.

As aulas não devem ser entendidas pelo aluno separadamente, elas precisam estar relacionadas sejam pelas competências, pelas habilidades e/ou pelos valores.

Este pode ser o quarto momento de discussão da equipe docente, com os grupos divididos em áreas afins, os professores deverão verificar as informações em comum e planejar as aulas, verificando como que um componente curricular poderá complementar o outro, definindo as estratégias metodológicas

4.1.3. Aula Complementar 03: A Avaliação como meio de Integração Curricular

A avaliação é um dos grandes desafios na escola:

No Brasil tampouco há referências teóricas consistentes sobre a avaliação enquanto mecanismos de integração curricular. Apenas indiretamente é possível considerar que a avaliação possa ser esse mecanismo: quando o trabalho é o princípio educativo que embasa todo o currículo. A avaliação que toma o trabalho como ponto de partida pode auxiliar na integração curricular (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 357).

Os autores Moraes e Küller (2016), comentaram da importância da avaliação externa, como Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos), que podem favorecer a integração curricular, não é explícito que essas avaliações têm a intenção da integração curricular, mas, pode haver influências positivas ou negativas quanto a organização curricular. "[...] se tiverem um enfoque transdisciplinar, ajudarão na integração curricular. Se forem direcionadas para disciplinas específicas e estanques, terão efeito inverso" (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 357).

No planejamento pedagógico da escola, ou mesmo no Projeto Político Pedagógico, é necessário que seja previsto a formação integral do jovem, utilizando-se a avaliação integrada como parte do processo de ensino aprendizagem e planejada de forma coletiva, entre os docentes do curso e até mesmo com as participações dos alunos, os autores Moraes e Küller (2016), reforçam que:

A avaliação deve integrar um processo educativo, no qual todos aprendem e ensinam, avaliam e são constantemente avaliados pela sua participação no processo e pelos resultados obtidos. Essa avaliação orienta a aprendizagem e apoia a organização dos processos escolares, sem focar em mecanismos de recompensa e punição (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 358).

Quando a equipe gestora reúne os professores do mesmo curso para discutirem o planejamento das metodologias de ensino e os instrumentos de avaliação em conjunto, este mecanismo para a integração curricular pode funcionar. "[...] isso acontece quando são usados procedimentos e instrumentos comuns e interdisciplinares de avaliação, como os portfólios, por exemplo, (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 358). Para que este exemplo dos autores ocorra na prática é necessário reunir a equipe, como citado acima, e entrar em um consenso para definir os critérios de avaliação, que precisam estar alinhados "[...] com os projetos e as atividades de investigação e transformação previstas no componente integrador" (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 358), o instrumento que será utilizado, que se recomendam atividades práticas "[...] É fundamental pensar em procedimentos e instrumentos que incentivem a ação, produção e a avaliação coletiva" (MORAES; KÜLLER; 2016, p. 359), período para a aplicação, as competências e áreas do conhecimento que serão avaliadas e os componentes curriculares envolvidos neste processo avaliativo.

No plano de curso do Centro Paula Souza para cada competência está prevista instrumentos e procedimentos de avaliação, uma forma de diversificar o instrumento de avaliação e evitar a utilização apenas da “prova escrita” e de “aplicação de exercício”.

Figura 13: A avaliação prevista no Plano de Curso por competência

1.2. Competência: Usar línguas estrangeiras modernas como instrumento de acesso a informações, a outras culturas ou etnias e para a comunicação interpessoal.

Habilidades	Valores e Atitudes
1. Comunicar-se por escrito e/ ou oralmente no idioma estrangeiro em nível básico. 2. Utilizar estratégias verbais e não verbais para favorecer e efetivar a comunicação e alcançar o efeito pretendido, tanto na produção quanto na leitura de texto. 3. Utilizar sites da Internet para pesquisa e como instrumento de acesso a diferentes manifestações culturais de outros povos, expressas em suas próprias línguas.	a) Valorização das manifestações culturais de outros povos, do seu conhecimento e de sua fruição.

Instrumentos e Procedimentos de Avaliação

- A. Propor uma situação-problema que possa ser solucionada a partir da leitura e interpretação de um texto e que demande a elaboração de um discurso oral ou escrito.
- B. Análise do portfólio do aluno.

Fonte: Cetec, 2017, p. 29.

Para desenvolver a integração curricular, é necessário planejar uma avaliação formativa, com a participação dos docentes e conscientizar a comunidade escolar sobre a importância do processo de avaliação integrado.

Para tanto, a avaliação do componente curricular que exerce a função de integração é crítica. Quando esse componente é a principal estratégia de integração do currículo, precisa contar com formas de avaliação que reforcem esse papel integrador (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 358).

Outro fato que pode facilitar o processo de integração curricular são as trocas de experiências entre os alunos, pois, cada um possui sua vivência, formação familiar e de educação, dando autonomia para auxiliar neste processo em busca de uma construção do currículo integrado, o diálogo entre os alunos acaba facilitando, pois possuem a mesma linguagem, tornando este processo mais fácil. Quando os alunos estão envolvidos, eles aprendem e acompanham o seu rendimento escolar, sabem onde precisam melhorar e auxiliam os colegas que estão precisando adquirir

conhecimentos e competências, participando efetivamente do processo e a avaliação deixa de ser um obstáculo.

O diálogo aluno-aluno também permite aos professores modificarem a forma de ver e perceber os alunos, compreendendo que estes são capazes de trabalhar autonomamente e aprender sozinhos ou com outros, de uma forma integrada e mais eficaz (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 359).

Quando os alunos estão fazendo parte do processo de avaliação, é interessante que os conheçam as fichas de observação, ou seja, para o Centro Paula Souza, a ficha de menção, onde os professores registram o rendimento escolar do aluno, assim, os alunos possuem uma visão globalizada das metodologias e os instrumentos das avaliações utilizados durante o ano letivo.

"[...] A lógica de quem aponta o erro é diferente da lógica de quem a prática. É muito difícil o avanço na aprendizagem com sentido e com autonomia sem que o aluno reflita sobre sua ação, sobre o que fez e como fez, e sobre seus resultados [...]" (MORAES; KÜLLER, 2016, p. 360).

A princípio a primeira proposta contempla em complementar um curso Moodle já existente no Centro Paula Souza, para atender todas as escolas do Centro Paula Souza, como forma de capacitar os professores envolvidos no ensino integrado e oportunizando as orientações para adequar a oferta deste ensino.

A implantação dependerá do aval da Supervisão representada pela Área da Gestão Pedagógica, para que o curso seja complementado conforme realidade levantada com a pesquisa, a fim da qualificação profissional contínua dos docentes. Por ser um curso a distância, não há previsão de custos e investimentos para o Centro Paula Souza.

A complementação do curso do Etim pode ser considerada um elemento importante para o ensino integrado, o cumprimento curricular e a formação profissional do aluno com excelência. Contudo, há que se destacar a necessidade da contínua adaptação do curso para atender o público alvo, no caso o professor e conseqüentemente o aluno, com formação continuada e professores qualificados, resultado assim, na melhoria da oferta do ensino integrado, com o intuito da formação profissional do aluno com o exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Desde o Decreto 5.514/ 2004 teve início a consolidação tanto na integração curricular entre o Ensino Médio e a Formação Técnica quanto nas políticas públicas para esta modalidade de ensino, que oportuniza para o aluno o ingresso no mercado de trabalho. Não há como falar sobre o ensino integrado sem citar a Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio) que prevê o ensino médio dando ao aluno a opção para uma área profissional.

O currículo integrado deve ser trabalhado com o intuito de fazer o aluno a refletir sobre a construção das competências, o “diálogo” entre os componentes curriculares, sua aplicabilidade e atendimento do mundo do trabalho em seu entorno, em busca de formar alunos que exercerão a função da cidadania de forma crítica, autônoma e participativa.

O Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio não é apenas a junção de 02 cursos (Ensino Médio + Ensino Técnico) fragmentados, e sim um curso para ser ministrado de forma integrada, para isso, os professores precisam trabalhar conjuntamente.

De acordo com a pesquisa realizada percebe-se que na maioria das escolas ocorre os projetos integrados, no qual foi citado pela maior parte dos alunos e professores, mas observando os Planos de Trabalhos Docente os projetos não evidenciam o que cada componente curricular contribuirá para a realização do projeto. Consta, por exemplo: “Festa Caipira”; “Feira Tecnológica”; “Garoto e Garota Etec”; “Feira do Livro” e outros. A Coordenação Pedagógica da Escola 01 colocou em sua entrevista que os projetos integrados acontecem, mas não integram de fato o currículo. Acredita-se que há necessidade de aprimorar a realização destes projetos, que necessitam de um foco na formação profissional do aluno.

Além da realização dos projetos integradores envolvendo os componentes curriculares da Base Nacional Comum e a Formação Técnica, os professores precisam planejar suas aulas verificando o que há em comum entre as competências e conhecimentos previstos em seus componentes curriculares e planejar a aula observando o que um auxiliará e complementar a base tecnológica do outro, de forma que o aluno perceba esta articulação da teoria com a prática.

Exemplificando a Língua Portuguesa com a aplicação na montagem de um currículo, no plano de ação de uma empresa, que a Matemática auxilie no balanço financeiro previsto no componente curricular de Gestão Financeira, para que isso realmente ocorra não basta enviar o Plano de Curso por e-mail ou disponibilizá-lo no sistema acadêmico, é preciso que seja realizado um trabalho em conjunto com constantes discussões utilizando as reuniões de planejamento, pedagógica e de curso.

O processo de avaliação utilizado como forma de integrar o currículo, promove para os alunos e professores a oportunidade desta articulação, pois levando em consideração que o aluno da 1ª série do Etim de Administração, de acordo com a matriz curricular Cetec (2017), possui 17 componentes curriculares para estudar, os professores são orientados pelo Grupo de Supervisão Educacional (GSE) a proporcionar para o aluno avaliações diversificadas. Assim, supõe-se que cada professor planeja realizar 03 avaliações por bimestre, fazendo-se as contas, o aluno fará 51 avaliações por bimestre e 204 avaliações por ano, não sendo contabilizadas as recuperações contínuas, uma quantidade significativa e que pode ser realizada de forma integrada e contextualizando as competências.

Assim, recomenda-se que as avaliações sejam realizadas em conjunto de forma integrada, com instrumentos diversificados, de forma que os alunos aprendam neste processo, e reflita sobre as competências, a aplicabilidade conforme o seu entorno. E não planejar avaliações punitivas, que necessitam de memorização e que não acrescentará na formação profissional do aluno.

Acredita-se que há a necessidade de adequar a integração curricular por meio das metodologias de ensino, processo de avaliação e realização dos projetos, pois os alunos, em sua maioria, responderam que percebem a integração curricular, mas não foi observada com clareza nos Diários de Classe e Plano de Trabalho Docente a integração entre os componentes curriculares e mesmo a realização dos projetos.

O Centro Paula Souza conta com os registros acadêmicos do Plano de Trabalho Docente, Diário de Classe, a Ficha de Desempenho do Aluno e outros documentos relacionados ao baixo rendimento escolar. Nos quais precisam estar alinhados e de acordo com o Plano de Curso a fim do cumprimento curricular em 100%. Para isso é fundamental que os registros acadêmicos e pedagógicos estejam de acordo, realizados durante todo o ano letivo, coerente com as competências construídas pelo aluno e adequando com as práticas pedagógicas necessárias.

Parece burocrático, todavia, o registro realizado pelo professor é um “termômetro” para a equipe gestora acompanhar o trabalho docente e a vida escolar do aluno com qualidade no ensino.

A equipe gestora tem um papel pedagógico fundamental acompanhando e orientando os professores da Base Nacional Comum e a Formação Profissional para que a integração curricular realmente ocorra na sala de aula, por meios dos projetos integradores, do processo de ensino-aprendizagem e da avaliação, garantindo o cumprimento do Plano de Curso e conseqüentemente do currículo. Com o objetivo de formar alunos aptos para enfrentar o mundo do trabalho e a vida de forma autônoma, crítica e participativa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edgard (Org.). **Modernização Produtiva & Relações de Trabalho – Perspectivas de Políticas Públicas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ANDREOTTI, Azilde L. **História da Administração Escolar no Brasil: Do Diretor ao Gestor**. In: LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (Orgs.). Campinas: Alínea Editora, 2010.

BRASIL. Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 de julho de 2004.

_____. Decreto Nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta §2º art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, 17 de abril de 1997.

_____. Lei Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014. Dispõe sobre o Plano de Carreiras, de Empregos públicos e Sistema retributório dos servidores do CEETEPS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Brasília: DF, 22 abr. 2014. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2014/lei.complementar-1240-22.04.2014.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

_____, **Diário Oficial Poder Executivo**. Aprova o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza. Deliberação CEETEPS nº 003, 18-07-2013, São Paulo, capítulo VII, 2013. Disponível em <<http://www.cps.sp.gov.br/etec/regimento-comum/regimento-comum-2013.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2017.

_____, **Diário Oficial Poder Executivo**. Dispõe sobre a Coordenação de Curso nas Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS. Deliberação CEETEPS 19, de 16-07-2015, São Paulo, 2015. Disponível em <<http://cpscetek.com.br/>> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

_____, **Diário Oficial Poder Executivo**. Dispõe sobre a atividade de Professor Coordenador de Projetos Responsável pela Coordenação Pedagógica nas Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS. Deliberação CEETEPS 20, de 16-07-2015, São Paulo, 2015. Disponível em <<http://cpscetek.com.br/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

_____, Portal do MEC. **Novo Ensino Médio**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

_____, Portal do Mec. **Cartilha sobre o Novo Ensino Médio é lançada no Senado; publicação explica mudanças**. Disponível em

<<http://portal.mec.gov.br/componen>>t/tags/tag/39691>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2018.

_____, Portal do Governo do Estado de São Paulo. **Secretaria da Educação**. Disponível em <<http://www.educacao.sp.gov.br/vence>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

CAPELLINI, Vera Lúcia; MANZONI, Rosa Maria (Orgs.). **Políticas Públicas, Práticas Pedagógicas e Ensino-Aprendizagem: Diferentes Olhares sobre o Processo Educacional**. Cultura Acadêmica: São Paulo, 2008.

CETEC, **Banco de dados do Ensino Técnico no Centro Paula Souza**. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/bdcetec>>. Acesso em: 04 de abril de 2017.

_____, **Calendário Escolar**. Disponível em <http://www.cps.sp.gov.br/cetec/geped/calendario/2017/1_sem/subsidios.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

_____, **Centro Paula Souza**. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>>. Acesso em: 29 de abril de 2017

_____, **Centro Paula Souza**. Disponível em <<http://www.cps.sp.gov.br/cetec/>>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

_____, **Centro Paula Souza**. Disponível em <<http://www.cps.sp.gov.br/secretaria-de-desenvolvimento/>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

_____, **Grupo de Formulação e Análises Curriculares**. Disponível em <<http://www.cpscetec.com.br/cpscetec/arquivos/2014/missao.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2017.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, p. 83-105, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **Política educacional no Brasil: A profissionalização no Ensino Médio**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1972.

FARJADO, Vanessa. 33 escolas técnicas de São Paulo vão inaugurar modelo proposto pela reforma do ensino médio. **G1 on-line**, São Paulo, 17 jan. 2018. Disponível em <g1.globo.com/educacao/noticia/33-escolas-tecnicas-de-sao-paulo-va-inaugurar-modelo-proposto-pela-reforma-do-ensino-medio.ghtml> Acesso em: 27 de janeiro de 2018.

FERRETTI, Celso João. **Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no Ensino Médio e no Ensino Técnico**. Educação & Sociedade nº 70. Campinas: Cedes, ano XXI, abr. 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v21n70/a06v2170.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

FRANCO, Luiz Antonio. **A Escola do Trabalho e o Trabalho da Escola**. São Paulo: Cortez, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A formação do cidadão produtivo: A cultura do mercado no Ensino Médio Técnico**. Brasília:Inep, 2006.

_____, Gaudêncio. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. In: CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). São Paulo: Cortez Editora, 2012.

GRACIOLI, Maria Madalena (Org.). **Juventude, Trabalho e Emprego: Políticas públicas, desafios ne perspectivas**. Curitiba:Editora CRV, 2016.

KUENZER, Acacia (Org.). **Ensino Médio – Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Acacia. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

LEAL, Ruy. **Condutores do amanhã: Jovens que entram e dão certo no mercado de trabalho**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LUCHESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo:Cortez, 2013.

MARCONI, Marian de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 6ª edição revista ampliada. Editora Atlas: São Paulo: 2007. Disponível em <http://www.labev.uerj.br/textos/tecnicas-pesquisa_documentacao-direta-intensiva.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

MARTINO, Vânia de Fátima; COLOMBAROLI, Ana Carolina M. **Educação, Direitos Humanos e Construção da Cidadania: uma experiência com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental**. Revista Eletrônica Cadernos CIMEAC, v. 3, p. 1 - 13, 2013.

MENDONÇA, Gilda. **O Planejamento Estratégico aplicado em serviços educacionais**. Convibra, 2005. Disponível em <<http://www.convibra.com.br/2005/artigos/201.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2017. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 24 de maio de 2017.

MORAES, Carmen Sylvia; ALVES, Júlia Falivene. **Contribuição à Pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo: Inventário de Fontes Documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MORAES, Francisco; KÜLLER, José Antônio. **Currículos Integrados no ensino médio e na educação profissional – Desafios, Experiências e Propostas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2016.

MOREIRA, Antonio Flavio. et al. **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papirus Editora, 2012.

MOURA, Dante Henrique; PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Currículo e formação humana no ensino médio técnico e integrado de jovens e adultos**. Em aberto, v. 22, nº 82: Brasília, 2009, p. 91-108. Disponível em <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2244/2211>>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Adão. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. In: PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Editora da PUC Goiás, p. 93-99, 2010.

OLIVEIRA, Ramon (Org.). **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional – Políticas Públicas em Debate**. Campinas: Papirus, 2012.

PACHECO, José Augusto. **Critérios de Avaliação na Escola**. Avaliação das aprendizagens: das concepções às práticas, p. 53 – 64, 2002. Disponível em <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10190/3/Crit%C3%A9rios.pdf>>. Acesso em: 07 de maio de 2017.

RAMOS, Marise. **Políticas e Diretrizes para a Educação Profissional no Brasil**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

_____, Marise. **Educação Profissional: História e Legislação**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

_____, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Rio Grande do Norte: Secretaria da Educação do Paraná, 2008. Disponível em <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em <http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

REGATTIERI, Marilza; CASTRO, Jane Margareth (Orgs). **Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração**. 2ª edição: Brasília: Unesco, 2010.

SILVA, Monica (ORG.). **Ensino Médio Integrado – Travessias**. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2013.

SOUZA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes (ORG.). **Educação Profissional: Análise Contextualizada**. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

SOUZA, Aparecida. **Trajetórias de professores da Educação Profissional**. Pro-Posições, v. 16, n. 3 (48), Campinas: 2005. Disponível em <file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/8643685-15865-1-SM.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do**

APÊNDICES

Prezado (a) Aluno (a): Este questionário contribuirá para o levantamento de informações relacionadas aos “*Desafios da Integração do Currículo da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio*” nas Unidades Escolares da região de Ribeirão Preto, necessito da sua atenção para responder esta pesquisa. Desde já agradeço a colaboração e garanto o sigilo dos dados e não identificação:

ETIM ADMINISTRAÇÃO: 1ª SÉRIE

1. Por que você decidiu fazer o Etim de Administração?
 Para atuar no mercado de trabalho
 Para ingressar no ensino superior
 Formar para a vida e cidadania
 Qualidade de ensino na Etec
 Falta de opção
 Influência amigos e família
 Por vontade própria
 Outro motivo

2. No início do curso você foi orientado sobre as competências, habilidades e valores (que constam no Plano de Curso) que seriam desenvolvidos em cada componente curricular (disciplina)?
 Na maioria dos componentes curriculares
 Na minoria dos componentes curriculares
 Em nenhum dos componentes curriculares

3. Os professores dos componentes curriculares (disciplinas) da Base Nacional Comum (Matemática, Geografia, Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional, História, Inglês e outros) relacionam suas aulas com a formação profissional (disciplinas da parte técnica) de Técnico em Administração?
 Sim
 Não
 Parcialmente
 Não sei do que se trata

4. 4. Ao finalizar a 1ª série do Etim de Administração, a qualificação profissional é de Auxiliar Administrativo. Você se sente qualificado para esta função?
 Sim
 Não
 Parcialmente

Prezado (a) Aluno (a): Este questionário contribuirá para o levantamento de informações relacionadas aos “*Desafios da Integração do Currículo da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio*” nas Unidades Escolares da região de Ribeirão Preto, necessito da sua atenção para responder esta pesquisa. Desde já agradeço a colaboração e garanto o sigilo dos dados e não identificação:

ETIM ADMINISTRAÇÃO: 3ª SÉRIE

1. Há a integração curricular nos componentes curriculares (disciplinas) da Base Nacional Comum com a Formação Profissional no Etim de Administração?
 Sim;
 Não;
 Parcialmente;
 Não sei do que se trata.
2. Você consegue relacionar os componentes curriculares (disciplinas) estudadas com o mercado de trabalho? Ou seja, relacionar a teoria da sala de aula com a prática do mercado de trabalho?
3.
 Sim;
 Não;
 Parcialmente;
4. Os professores avaliam em conjunto, ou seja, uma única avaliação para várias disciplinas?
 Em todos os componentes curriculares (disciplinas);
 Na maioria dos componentes curriculares (disciplinas);
 Na minoria dos componentes curriculares (disciplinas);
 Em nenhum dos componentes curriculares (disciplinas);
5. Após finalizar a 3ª série do Etim de Administração, você se sente preparado (a) para o mercado de trabalho como Técnico em Administração?
 Sim;
 Não;
 Parcialmente.
6. Ao finalizar a 3ª série do Etim de Administração você pretende:
 Procurar um emprego na área da Administração;
 Procurar um emprego em outra área;
 Prestar vestibular, se sim em qual curso: _____
 Fazer um curso técnico;
 Ainda não decidiu.

Prezado (a) Coordenador (a) de Curso – Etim Administração: Este questionário contribuirá para o levantamento de informações relacionadas aos “*Desafios da Integração do Currículo da Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio*” nas Unidades Escolares da região de Ribeirão Preto. No momento, necessito de sua atenção para responder a esta pesquisa. Desde já agradeço a colaboração e garanto o sigilo dos dados e não identificação:

1. Como você divulgou para o docente o Plano de Curso.
 - Discuti com os docentes os principais pontos do Plano de Curso;
 - Realizou a leitura na íntegra do Plano de Curso;
 - Apresentou os componentes curriculares (base tecnológica, competências e habilidades);
 - Enviou por email/ NSA (Sistema Acadêmico);
 - Disponibilizou o documento impresso para os docentes;
 - _____) Outro, quais _____

2. Como ocorreu a confecção do Plano de Trabalho Docente?
 - Todos os professores da Base Nacional Comum e da Formação Profissional reuniram-se e planejaram em conjunto o plano de trabalho docente;
 - Os professores reuniram-se separadamente, Base Nacional Comum e Formação Profissional;
 - Cada professor planejou seu plano de trabalho docente separadamente;

3. Os professores da formação profissional acrescentaram as bases científicas no Plano de Trabalho Docente?
 - Sim, todos os docentes acrescentaram as bases científicas nas bases tecnológicas;
 - Parcialmente, nem todos os professores acrescentaram as bases científicas no plano de trabalho docente;
 - Não, poucos docentes acrescentaram esta informação no plano de trabalho docente;
 - Nenhum docente da formação profissional acrescentou as bases científicas no plano de trabalho docente;

4. Ao realizar o acompanhamento do Diário de Classe há registros que demonstram a integração curricular entre a Base Nacional Comum e a formação profissional?
 - Sim;
 - Não;
 - Às vezes;

5. No ensino integrado há alunos em processo de progressão parcial (PP)?
 - Sim, a maior quantidade de alunos em PP são dos componentes curriculares da Base Nacional Comum;
 - Sim, a maior quantidade de alunos em PP são dos componentes curriculares da formação profissional;
 - Não há alunos em processo de progressão parcial;

6. Com relação ao processo de avaliação/ recuperação contínua no ensino integrado.
- Cada componente curricular realiza a avaliação dos alunos;
 - A maioria dos componentes curriculares planejam atividades avaliativas em conjunto;
 - Ocorre os dois processos de avaliação, individualmente por componente curricular e entre os componentes curriculares da Base Nacional Comum e a formação profissional;
7. Como ocorrem os projetos integradores/ interdisciplinares na Unidade Escolar:
- No Etim ocorre projetos interdisciplinares que envolvem os componentes curriculares da Base Nacional Comum e formação profissional;
 - Há projetos interdisciplinares que envolvem somente os componentes curriculares da Base Nacional Comum ou formação profissional (separadamente).
 - Em 2016 não ocorreu projetos interdisciplinares previstos no PPG (Plano Plurianual de Gestão)
8. Durante o conselho de classe intermediário é observado que:
- Os professores (Base Nacional Comum e Formação Profissional) discutem em conjunto sobre o desempenho escolar dos alunos.
 - A integração entre os professores não acontece, as discussões ocorre separadamente.
9. Como ocorrem as reuniões específicas do curso/ área?
- Em conjunto, contando com a presença dos professores da Base Nacional Comum e formação profissional;
 - Ocorre separadamente, uma reunião para os professores da Base Nacional Comum e outra para os docentes da formação profissional;
 - Não ocorrem as reuniões de curso.
10. Durante as aulas, os docentes ministram as aulas de forma integrada? Por exemplo: a matemática contribui com o componente curricular de Gestão Empresarial? E Cálculos Financeiros e Estatísticos? A Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional contribui para a aprendizagem da Legislação Empresarial? E outros componentes curriculares também trabalham desta forma?
- Sim;
 - Às vezes;
 - Não;
11. Os professores que ministram as aulas da Base Nacional Comum:
- A maioria dos docentes trabalham com o foco na qualificação profissional do aluno;
 - As aulas ministradas no Etim são iguais as que são ministradas no Ensino Médio;
 - Depende do componente curricular, uns trabalham para a formação profissional e outros trabalham igual como no Ensino Médio;
12. Qual é o foco principal para a formação do aluno do Etim?
- Formação para o mercado de trabalho;
 - Formação para o ingresso no ensino superior;
 - Formação para a vida e para a cidadania;

() Outros. Quais _____

13. Quais são os aspectos positivos e negativos quanto a integração dos currículos no ensino integrado?

Entrevista com o Coordenador de Projetos Responsáveis pela Coordenação Pedagógica

1. Você pode afirmar que na Unidade Escolar que atua como Coordenador (a) Pedagógico (a) ocorre à integração curricular no Ensino Integrado?
2. Quais são os pontos fortes do ensino integrado na Unidade Escolar que atua?
3. O que precisa adequar e/ou melhorar quanto aos procedimentos pedagógicos?
4. Em sua opinião qual é o maior desafio do ensino integrado?
5. Quais as orientações realizadas pela equipe gestora para buscar a integração entre os docentes da Base Nacional Comum e a formação profissional?
6. Qual é o foco que os docentes dão para a formação do aluno do Ensino Integrado?

ANEXOS

4.3. Matriz Curricular

a) Sem Espanhol

MATRIZ CURRICULAR							
Elxo Tecnológico	GESTÃO E NEGÓCIOS						
Curso	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (Período Diurno)				Plano de Curso	218	
Lei Federal n.º 9094, de 20-12-1996; Lei Federal n.º 11741/2008; Resolução CNE/CES n.º 1, de 5-12-2014; Resolução CNE/CES n.º 6, de 20-9-2012; Resolução CNE/CES n.º 2, de 30-1-2012; Resolução CNE/CES n.º 4, de 13-7-2010; Resolução SEI n.º 78, de 7-11-2008; Decreto Federal n.º 5154, de 23-7-2004. Plano de Curso aprovado pela Portaria Cetecc – 735, de 10-9-2015, publicada no Diário Oficial de 11-9-2015 – Poder Executivo – Seção I – página 53.							
Ensino Médio (Base Nacional Comum e Parte Diversificada) e Formação Profissional	Componentes Curriculares		Carga Horária em Horas-aula			Carga Horária em Horas	
			1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	Total	
		Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional	160	160	160	480	424
		Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional	80	80	80	240	212
		Língua Estrangeira Moderna – Espanhol	-	*	-	*	*
		Artes	120	-	-	120	106
		Educação Física	80	80	80	240	212
		Aplicativos Informatizados	80	-	-	80	71
		História	80	80	80	240	212
		Geografia	80	80	80	240	212
		Filosofia	40	40	40	120	106
		Sociologia	40	40	40	120	106
		Física	80	80	80	240	212
		Química	80	80	80	240	212
		Biologia	80	80	80	240	212
		Matemática	160	160	160	480	424
		Gestão Empresarial	80	-	-	80	71
		Administração de Marketing	120	-	-	120	106
		Ética e Cidadania Organizacional	40	-	-	40	35
		Técnicas Organizacionais	80	-	-	80	71
		Gestão de Pessoas I e II	-	120	120	240	212
		Cálculos Financeiros e Estatísticos	-	80	-	80	71
		Legislação Empresarial	-	80	-	80	71
		Custos, Processos e Operações Contábeis	-	120	-	120	106
		Gestão Empreendedora e Inovação	-	80	-	80	71
		Gestão Financeira e Econômica	-	-	80	80	71
		Gestão de Produção e Materiais	-	-	80	80	71
	Logística Empresarial	-	-	80	80	71	
	Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração	-	-	80	80	71	
TOTAL GERAL DO CURSO			1480	1440	1400	4320	3819
Componentes curriculares da Formação Profissional com aulas integralmente práticas (100% da carga horária prática)	1ª Série	Aplicativos Informatizados.					
	3ª Série	Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração (divisão de classes em turmas).					
Certificados e Diploma	1ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO					
	1ª + 2ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO					
	1ª + 2ª + 3ª Série	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO					
Observações	* – Os conhecimentos da “Língua Estrangeira Moderna – Espanhol” serão desenvolvidos por meio de Trabalho de Conclusão de Curso: 120 horas. A distribuição de Componentes Curriculares da Base Nacional Comum, da Parte Diversificada e da Formação Profissional consta do Plano de Curso e atende à legislação. Carga Horária Semanal Máxima: 40 horas-aula semanais (horas-aula de 50 minutos).						

b) Sem Espanhol

MATRIZ CURRICULAR							
Elxo Tecnológico	GESTÃO E NEGÓCIOS						
Curso	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (Período Diurno)			Plano de Curso	213		
Lei Federal n.º 9394, de 20-12-1996; Lei Federal n.º 11741/2008; Resolução CNECES n.º 1, de 5-12-2014; Resolução CNECEB n.º 6, de 20-9-2012; Resolução CNECEB n.º 2, de 30-1-2012; Resolução CNECES n.º 4, de 13-7-2010; Resolução SE n.º 78, de 7-11-2008; Decreto Federal n.º 5154, de 23-7-2004.							
Plano de Curso aprovado pela Portaria Catec – 735, de 10-9-2015, publicada no Diário Oficial de 11-9-2015 – Poder Executivo – Seção I – página 53.							
Ensino Médio (Base Nacional Comum e Parte Diversificada) e Formação Profissional	Componentes Curriculares		Carga Horária em Horas-aula			Carga Horária em Horas	
	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	Total			
	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional		160	160	160	480	424
	Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional		80	80	80	240	212
	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol		-	80	-	80	71
	Artes		120	-	-	120	106
	Educação Física		80	80	80	240	212
	Aplicativos Informatizados		80	-	-	80	71
	História		80	80	80	240	212
	Geografia		80	80	80	240	212
	Filosofia		40	40	40	120	106
	Sociologia		40	40	40	120	106
	Física		80	80	80	240	212
	Química		80	80	80	240	212
	Biologia		80	80	80	240	212
	Matemática		160	160	160	480	424
	Gestão Empresarial		80	-	-	80	71
	Administração de Marketing		120	-	-	120	106
	Ética e Cidadania Organizacional		40	-	-	40	35
	Técnicas Organizacionais		80	-	-	80	71
	Gestão de Pessoas I e II		-	120	120	240	212
	Cálculos Financeiros e Estatísticos		-	80	-	80	71
	Legislação Empresarial		-	80	-	80	71
	Custos, Processos e Operações Contábeis		-	120	-	120	106
	Gestão Empreendedora e Inovação		-	80	-	80	71
	Gestão Financeira e Econômica		-	-	80	80	71
	Gestão de Produção e Materiais		-	-	80	80	71
	Logística Empresarial		-	-	80	80	71
Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração		-	-	80	80	71	
TOTAL GERAL DO CURSO		1480	1520	1400	4400	3890	
Componentes curriculares da Formação Profissional com aulas integralmente práticas (100% da carga horária prática)	1ª Série	Aplicativos Informatizados.					
	3ª Série	Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração (divisão de classes em turmas).					
Certificados e Diploma	1ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO					
	1ª + 2ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO					
	1ª + 2ª + 3ª Série	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO					
Observações	Trabalho de Conclusão de Curso: 120 horas. A distribuição de Componentes Curriculares de Base Nacional Comum, de Parte Diversificada e de Formação Profissional consta do Plano de Curso e atende à legislação. Carga Horária Semanal Máxima: 40 horas-aula semanais (horas-aula de 50 minutos).						